



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

NOVEMBRO 2020

MAPEAMENTO DE PRÁTICAS PROMISSORAS NACIONAIS E LATINOAMERICANAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA

- ▼
- ▼
- ▼
- ▼
- ▼ PROJETO BRA/19/013 – Programa de Prevenção ao Crime e à
- ▼ Violência de Pernambuco – Produto 2

Sumário

Apresentação	4
1ª Parte: Práticas da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas - SPVD.	6
Prática 1. Programa Atitude.....	6
Prática 2. Juventude Presente.....	16
2ª Parte: Práticas Promissoras Nacionais e Latino-Americanas	21
Prática 3. Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência - CCPHA.....	21
Prática 4. Citizen Security and Justice - 2ª fase	28
Prática 5. Mesa de Seguridad y Justicia.....	36
Prática 6. Programa de Controle de Homicídios do Estado de MG - Fica Vivo!.....	41
Prática 7. Sistema Integrado de Información para Políticas de Convivencia y Seguridad Ciudadana.....	54
Prática 8. Modelo de Ocupación Humana en Programa de tratamiento de Drogas y alcohol para adolescentes infractores de Ley - PAMOH.....	61
Prática 9. Cuenta Hasta 10 y Abre la Posibilidad de Actuar Distinto.....	68
Prática 10. Tratamiento Integral de Pandillas - Jóvenes sin Fronteras	76

Apresentação

O “Programa de Prevenção ao Crime e à Violência de Pernambuco” tem como objetivo desenvolver conhecimentos e metodologias inovadoras, bem como ações-piloto voltadas ao fortalecimento da prevenção social ao crime e à violência no estado de Pernambuco, dando ênfase à promoção de espaços urbanos de qualidade e à integração da população mais vulnerável a esses espaços.

No âmbito desse programa, o Instituto Igarapé realiza a assessoria técnica, a partir da realização de um mapeamento de práticas promissoras na área de prevenção social ao crime e à violência, bem como da proposição de metodologia e estrutura para a implantação de um Observatório de Prevenção à Violência para o estado. Para isso, foram entregues seis produtos ao longo de 12 meses.

O presente documento, intitulado “Mapeamento de Práticas Promissoras Nacionais e Latino-americanas de Prevenção à Violência”, traz dez experiências nessa temática, sendo duas realizadas pela Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas do Estado de Pernambuco - SPVD/PE e outras oito executadas por diferentes instituições.

As duas práticas realizadas pela SPVD buscam reduzir a incidência da violência letal em públicos mais afetados, como jovens de 13 a 29 anos e pessoas com uso problemático de drogas. As outras oito práticas implementadas no Brasil ou na América Latina trazidas têm como objetivo auxiliar a Secretaria a fortalecer suas práticas, a partir da descrição da metodologia implementada para reduzir

o número de crimes ou violências, da descrição dos desafios enfrentados e dos ensinamentos aprendidos.

Para descrever as duas práticas realizadas pela SPVD, foi realizado um trabalho de leitura do material disponível sobre as práticas e a realização de cerca de dez reuniões virtuais com cada equipe do projeto para: organizar as informações existentes; descrever melhor o comportamento que se espera modificar e o problema que se visa resolver; confrontar teórica e empiricamente os objetivos já traçados com princípios nacionais e internacionais de prevenção; definir o melhor fluxo entre a ação planejada e realizada para possibilitar o alcance dos objetivos traçados, assim como para definir indicadores que permitem monitorar o sucesso ou não do programa implementado.

Esse processo foi realizado em parceria com a equipe do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que foi responsável por mediar as reuniões e auxiliar a equipe na construção do marco lógico dos projetos, enquanto o Instituto Igarapé ficou responsável por auxiliar nas discussões e sistematizar a conclusão desse processo em forma de texto. O resultado do trabalho está descrito na primeira parte deste documento.

Já para selecionar as outras oito práticas que fazem parte da segunda parte desse documento, a equipe do Instituto Igarapé revisou os inúmeros relatórios¹ que tinha produzido anteriormente, além de acessar materiais de outras organizações que continham seleções e documentações sobre práticas promissoras de prevenção à violência. O foco das intervenções levantadas,

1 Prevenção da Violência Juvenil do Brasil <https://igarape.org.br/prevencao-da-violencia-juvenil-do-brasil/>; La “mano dura”: los costos de la represión y los beneficios de la prevención para los jóvenes en América Latina <https://igarape.org.br/la-mano-dura/>; Guia de práticas: Estratégias para Liberdade: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/02/2020-02-03-Guia-de-praticas-estrategias-para-liberdade.pdf>.

no primeiro momento, foi bastante amplo, trazendo iniciativas voltadas para a prevenção de violência contra jovens, contra a mulher, para a prevenção do uso abusivo de drogas e para a inserção de egressos do sistema prisional, entre outros. O objetivo foi assegurar que haveria um universo variado de ações em todas as possíveis áreas de intervenções em prevenção. Em seguida, foram selecionadas iniciativas, em conjunto com a SPVD, que encaixavam com os desafios encontrados no estado de Pernambuco, de modo que os aprendizados trazidos auxiliassem na elaboração e implementação de programas de prevenção efetivos.

O “Mapeamento de Práticas Promissoras Nacionais e Latino-americanas de Prevenção à Violência” é o resultado de todo esse processo, que traz uma sistematização da metodologia desenvolvida em cada uma das iniciativas selecionadas, os desafios enfrentados, os principais aprendizados por elas e indicações de outros documentos ou atores-chave que podem ser consultados para se ter mais detalhes sobre a implementação.

Assim, espera-se oferecer subsídios para o fortalecimento das políticas e ações implementadas no estado, bem como servir de auxílio para a concepção de um Observatório de Prevenção à Violência para o estado de Pernambuco.

1ª Parte: Práticas da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas - SPVD

Prática 1. Programa Atitude

Pernambuco, Brasil - 2011 até os dias atuais

Resumo

O Programa de Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares, conhecido como Programa Atitude, tem, originalmente, como objetivo prestar atendimento aos usuários de crack, álcool e outras drogas que estão mais expostos à violência, assim como para seus familiares. A preocupação com esse público surgiu após a implementação do programa Pacto pela Vida, no ano de 2007, em que se passou a acompanhar mais os casos de violência vivenciados ou protagonizados por este público. Assim, em 2010, foi implantado, como Projeto Piloto, o Serviço de Atenção aos Usuários de Drogas (SAUD) que em 2011 passou a se denominar Programa Atitude.

Atualmente, o programa é coordenado pela Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas – SPVD e tem como principal objetivo garantir ao usuário de drogas, em específico ao usuário de crack, a proteção integral, desde cuidados primários, passando pela preservação da sua integridade física, e pelo resgate do convívio familiar, buscando atender pessoas vulneráveis e ameaçadas pelo tráfico de drogas, sem possibilidade de retorno às suas comunidades e com seus vínculos familiares fragilizados ou rompidos.

Dados gerais

Ano de implementação: 2011 até os dias atuais.

Instituição responsável: Governo do Estado de Pernambuco - Secretaria de Política de Prevenção à violência e as drogas (SPVD/PE).

Estratégia: Prevenção Social - Redução de riscos e danos.

Objetivo original:² Garantir proteção integral ao usuário de drogas, em específico ao usuário de crack e outras drogas com grande exposição à violência.

Nova proposta a partir do marco lógico da prevenção

Objetivo geral: Reduzir agressões, ameaças, tentativas de homicídio e homicídios relacionados a drogas, através da oferta de serviços especializados para atendimento de pessoas com uso problemático de drogas em situação de ameaça (ou em risco).

² Fonte: Secretaria de Política de Prevenção à Violência e às Drogas: Construção da Política de Prevenção à Violência em Pernambuco.

Objetivos específicos:

1) Promoção de fatores protetivos associados à segurança e organização financeira de pessoas com uso problemático de drogas: elevação da escolaridade, qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho formal, acesso a serviços públicos e programas sociais (CadÚnico, Bolsa Família, etc.);

2) Reduzir a vulnerabilidade social de pessoas com uso problemático de drogas, através da promoção do acesso a serviços públicos, acesso a direitos e promoção da cidadania, e fortalecimento de vínculos familiares;

3) Promover a proteção social de pessoas em situação de rua com uso problemático de drogas, através da articulação do acesso aos serviços públicos, sensibilização e orientação em estratégias de redução de danos, bem como oferta de acolhimento para público específico do Atitude;

4) Promover atendimento adequado a níveis distintos de vulnerabilidade e risco no interior do Programa, através de protocolo único de triagem e encaminhamento;

5) Criar metodologias de planejamento, matriciamento e gerenciamento de casos, para identificação das vulnerabilidades específicas de cada pessoa e acesso a serviços relacionados;

6) Agilizar processos burocráticos e fluxo de encaminhamentos de pessoas em situações de risco/ameaça relacionadas a drogas entre serviços (saúde, assistência, educação, etc.), definindo responsabilidade compartilhada;

7) Sensibilizar, articular e capacitar serviços públicos nos territórios para atenção conjunta ao público atendido pelo Programa;

8) Promover a formação teórica e prática de equipes multiprofissionais no atendimento aos usuários de drogas como forma de qualificar o serviço ofertado;

9) Garantir qualificação técnica adequada para profissionais em funções de gestão de serviços de atenção a pessoas com uso problemático de drogas, promovendo a integração de serviços e a resposta especializada para casos de violência;

10) Reduzir número de mortes de pessoas em alta vulnerabilidade/ameaçadas em decorrência da dinâmica das drogas, através da promoção de atendimento ágil e encaminhamento para serviço especializado.

Beneficiários: Pessoas com uso problemático de drogas e em situação de risco/ameaça de morte.

Fonte de financiamento: No início, contou com financiamento do Banco Mundial. Atualmente, é financiado pelo Governo do Estado de Pernambuco.

Avaliação e resultados: O Programa Atitude tem sido apontado como um serviço eficaz — atingindo seus objetivos de proteção social e acompanhamento do usuário para sua reinserção social —, e efetivo — promovendo a redução do uso de crack e a transformação das situações de vulnerabilidade social potencializadas pelo uso compulsivo e/ou dependente —, pelos quais foi reconhecido nacionalmente.³

3 Efeitos do Programa Atitude em Pernambuco sobre o padrão de uso do crack: uma análise por árvore de decisão (2018) Hugo A. V. Medeiros, J. Arturo C. Escobar, Rebeca de O. B. Santos, Maria Lucia F. B. Mesquita, Márcia V. B. Ribeiro, Rubia de O. Patú, Priscila C. L. de Carvalho, Vivian L. Mota, Fátima M. Lindoso.

Origem da iniciativa ⁴

Na década de 90, começaram a surgir estudos sobre a relação dos brasileiros com o uso problemático de drogas, apontando que mais de 60% dos brasileiros consomem álcool e que 24% começaram a consumir com idade inferior a 10 anos (Medina, 1995). Anos mais tarde, pesquisa do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas - CEBRID também revelou que, cada vez mais, os jovens fazem uso associado de crack com álcool. (NAPPO, 2005).

Em 2009, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE chamou atenção para o fato de que no Brasil havia 1,2 milhão de usuários de crack e a idade média de iniciação do consumo da droga era de apenas 13 anos. Apesar da falta de precisão dos dados no que se refere ao uso de crack em Pernambuco, pode-se considerar, utilizando ainda os parâmetros populacionais do IBGE, que 61.600 pessoas já fizeram uso de crack, o que corresponde a 0,7% da população pernambucana.

Compare-se isto com o fato de que a OMS considera a AIDS como epidemia concentrada por atingir 0,6% da população brasileira.

A preocupação com o alto número de usuários de crack e também com a problemática do crack relacionada à violência no estado de Pernambuco surge após a criação do Plano Estadual de Segurança Pública e a implementação do Pacto pela Vida - PPV, no ano de 2007. A partir da elaboração de um diagnóstico detalhado sobre os homicídios no estado, nota-se um grande percentual de crimes violentos letais intencionais (CVLI) relacionados à dinâmica da droga. Assim, passa-se a refletir que o atendimento e atenção aos usuários de crack e outras drogas demandavam arranjos complexos de rede, exigindo a estruturação de novos serviços/dispositivos e modalidades de atendimento.

Nesse cenário, em 2011, começaram a desenvolver o Programa de Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus familiares - Programa Atitude, no âmbito do Sistema Único de Assistência

Social - SUAS, inserido no Serviço de Atenção aos Usuários de Drogas - SAUD. O Programa foi institucionalizado através do Decreto 39.201 de março de 2013.

Em 2015, o programa foi aprimorado e se tornou mais robusto com a implementação da gestão por resultado em parceria com a Secretaria de Planejamento em Gestão – SEPLAG. Nesse âmbito, houve a definição de indicadores de impacto e resultado, a consolidação de metas e começou-se a realizar apresentações sistemáticas do programa nas reuniões do Comitê Gestor do PPV. Assim, no início de 2016, passou-se a acompanhar mensalmente 25 indicadores ligados ao Programa.

Em fevereiro de 2019, foi criada a Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas por meio da Lei nº 16.561. Em maio do mesmo ano, por meio da Lei nº 16.569 instituiu-se a Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência no Estado de Pernambuco. Na sequência, o programa Atitude passou a ser coordenado por essa Secretaria. Essa mudança de coordenação trouxe um processo importante de repactuação dos territórios de atuação prioritária e realização de estudo sobre o perfil dos 59 territórios priorizados.

Por fim, a mudança mais recente realizada no ano de 2021, foi a elaboração de um marco lógico, liderado pelo Escritório da ONU sobre Drogas e Crime - UNODC, no âmbito da Cooperação Pernambuco. A intenção foi repactuar os objetivos do programa, que havia sido pensado para a área de promoção social, de forma a permitir abarcar estratégias prioritariamente voltadas a prevenir à violência que envolve usuários problemáticos de drogas. Assim, a equipe gestora do programa, juntamente com coordenadores dos núcleos do programa Atitude participaram de 12 reuniões para entender os problemas que precisam ser enfrentados prioritariamente pelo Programa, as causas e as consequências desses, assim como direcionar as ações. O resultado final desse processo será apresentado a seguir.

⁴ Fonte: Secretaria de Política de Prevenção à Violência e às Drogas. Construção da Política de Prevenção à Violência em Pernambuco.

Metodologia de intervenção

A metodologia da intervenção do programa Atitude foi construída baseando-se na estratégia de redução de danos, com prioridade de atuação junto às pessoas que fazem uso problemático de drogas e que possuem, adicionalmente, situação de risco ou ameaça de morte. O objetivo principal é diminuir os números de crimes violentos perpetrados por ou contra pessoas com uso problemático de drogas, através da redução dos danos associados ao uso, compreendendo o usuário como agente ativo e corresponsável em suas escolhas e projeto de vida. Desse modo, o Programa não tem por foco a busca pela abstinência, e sim a diminuição de eventos violentos e mortes de pessoas com uso problemático de drogas por meio da promoção de melhores condições de vida para os usuários e suas famílias.

Assim, o programa está estruturado para ouvir os usuários e adaptar-se às suas demandas, sem impor regras ou expectativas de comportamento.⁵ Para isso, quando uma pessoa é inserida no programa, uma das primeiras atividades realizadas é a construção do Plano Individual de Atendimento – PIA, para coletar seus anseios e expectativas e traçar um caminho a ser seguido em conjunto, de acordo com as realidades locais e suporte de rede. Esse documento permite acompanhar as evoluções alcançadas com o passar do tempo e também possibilita a redefinição de rotas, caso as expectativas não estejam sendo atingidas.

No processo de acompanhamento desse usuário, objetiva-se em primeiro lugar construir a autonomia do usuário, de forma a que ele mesmo diga o que é melhor para si e, assim, promover o aumento da independência e do autocuidado. A partir das necessidades colocadas, os técnicos dos serviços também

auxiliam a articulação para que o usuário tenha acesso à rede socioassistencial, de forma a garantir acesso aos bens e serviços oferecidos pelas políticas públicas. Além disso, entende-se que os vínculos sociais são fundamentais para a proteção e para o bem-estar dos usuários, portanto, sempre que possível objetiva-se restabelecer os vínculos familiares e comunitários.

Ao final, espera-se que essas intervenções sejam capazes de prevenir a continuidade de situações de violências, vividas ou protagonizadas por essas pessoas.

Para fortalecer o impacto dessa intervenção, atualmente, o programa é desenvolvido através de Núcleos Regionais compostos por quatro serviços⁶ e um Núcleo Central. Os Núcleos Regionais são formados por:

Atitude nas Ruas: Uma equipe composta por psicólogos, assistentes sociais e enfermeiros atua de forma itinerante em espaços públicos, como praças, escolas, bares, ruas ou outros espaços de circulação de pessoas em que há cenas de uso de drogas. O objetivo principal é construir processos de vinculação dos usuários para a redução de riscos e de danos em relação ao uso abusivo/dependência de drogas, possibilitando encaminhamentos e informações sobre a rede de serviços disponíveis, além de acolher e realizar busca ativa dos usuários de drogas.

Centro de Acolhimento e Apoio: Serviço na modalidade Casa de Passagem, funcionando 24 horas por dia, voltado para o acolhimento dos usuários de drogas e seus familiares que estejam em situação de vulnerabilidade social e pessoal em razão do uso de drogas.

5 OSF (2017) Crack: Reduzir Danos Lições Brasileiras de Saúde, Segurança, e Cidadania <https://www.opensocietyfoundations.org/publications/crack-reduzir-danos/pt>.

6 Projeto Atitude 2011-2014 - Plano de Ação Final.

O serviço é territorializado, com endereço fixo, e oferece atendimento socioassistencial, visando à redução de riscos e de danos em relação ao uso abusivo/dependência de drogas, além de encaminhamentos para rede SUS e SUAS conforme o caso. Tem como finalidade assegurar acolhimento singularizado, descanso, higiene, alimentação e cuidados primários, na perspectiva de considerar o bem-estar dessas pessoas.

Centro de Acolhimento Intensivo: Serviço na modalidade de acolhimento institucional, que visa à proteção integral intensiva para usuários de drogas com vínculos familiares e comunitários rompidos, com grande exposição à violência, que vivenciem situações de ameaça e conflitos decorrentes do uso de crack e/ou outras drogas. O serviço tem caráter regional, prestando serviço 24h por dia por até 6 meses de permanência.

Aluguel Social: Benefício eventual constituído como porta de saída do Centro de Acolhimento Intensivo. Caracteriza-se como um espaço residencial alugado ou república, para aqueles que não tenham condições de moradia e/ou que estejam com seus vínculos fragilizados ou rompidos. Seu tempo de permanência é de até seis meses, podendo ser renovado por igual período, além de contar com acompanhamento profissional sistemático de acordo com o Plano Individual/Familiar de Atendimento.

Quanto ao Núcleo Central, este se configura como instância de monitoramento técnico-operacional geral da execução do Programa Atitude realizando acompanhamento sistemático e in loco das atividades desenvolvidas pelas Organizações da Sociedade Civil - OSC que executam o programa e as equipes dos núcleos regionais.

Por fim, para garantir que o programa seja capaz de gerar os resultados a que se pretende, a partir do ano de 2016 passou-se a acompanhar, monitorar e avaliar o programa por meio de 25 indicadores.

Para fazer esse acompanhamento, são utilizados o Cadastro dos Usuários, o Plano Individual de Atendimento – PIA, a planilha de frequência do usuário e o registro dos técnicos, que controla as atividades realizadas pelos profissionais. Dessa forma, monitora-se o alcance e o impacto do programa, apontando quantos usuários encaminhados pelo Programa Atitude são acolhidos por outros programas estaduais, assim como se pessoas inseridas no programa se tornam vítimas de homicídios ou tentativas de homicídio, cruzando a informações dos usuários cadastrados com o banco de vítimas de crimes violentos letais intencionais. O indicador de Impacto está diretamente associado à questão da segurança pública e da proteção social ao usuário de crack e outras drogas, conformando-se no Número de Crimes Violentos Letais e Intencionais de usuários vinculados ao programa Atitude.

Gestão da iniciativa

O programa conta com equipes interdisciplinares compostas por profissionais das áreas de psicologia, serviço social, enfermagem, educadores sociais, oficinairos, motoristas, cozinheiros, vigias que atuam em quatro núcleos diferentes no estado. Ao todo são 130 profissionais responsáveis por implementar as estratégias descritas no programa.

Além disso, após a implantação da Gestão por Resultados e a definição de indicadores de impacto e resultado e a consolidação de metas, a equipe passou a ter uma coordenadoria de monitoramento e gestão da informação dentro do Programa, com uma pessoa responsável pela sistematização e organização de dados produzidos pelo programa.

Desafios encontrados e soluções possíveis⁸

Nos seus dez anos de existência, o programa tem enfrentado uma série de desafios.

A metodologia de elaboração do marco lógico do programa, finalizada no segundo semestre de 2021, permitiu que a equipe de gestão do programa e as coordenadoras dos diferentes núcleos pudessem discutir esses desafios e pensar em estratégias conjuntas de ações. Como desafios enfrentados apontam-se principalmente:

1) Deficiência de protocolo único de triagem do público atendido pelo Programa (usuários de drogas em situação de ameaça) e encaminhamento interno a partir de diagnóstico personalizado;

2) Dificuldade em identificar quais as vulnerabilidades que as pessoas atendidas apresentam e em como trabalhar isso em conjunto com outros serviços de cuidado;

3) Existência de protocolos burocratizados para atendimento de situações de risco/ameaça relacionadas a drogas nos serviços (saúde, assistência, educação, etc.);

4) Não atendimento do usuário específico do programa Atitude em outros serviços das redes;

5) Não integração do Atitude a outras redes de atenção;

6) Atendimento insuficiente dos serviços previstos nas políticas públicas;

7) Dificuldade dos serviços especializados de atender pessoas em vulnerabilidade, risco social e ameaça em decorrência da dinâmica das drogas;

8) Déficit na formação (teórica e prática) da equipe multiprofissional no atendimento aos usuários de drogas;

9) Baixa qualificação na gestão de serviços/programas públicos de atenção;

10) Ausência de serviços especializados para atender pessoas em alta vulnerabilidade/ameaçadas em decorrência da dinâmica das drogas;

11) Ausência de um sistema integrado de informação entre os serviços que permita o acompanhamento amplo dos usuários e a avaliação sobre o impacto amplo do programa.

⁸ Informações provenientes das Oficinas de Marco Lógico, lideradas pelo UNODC e sistematizadas em produto específico da agência.

A partir da identificação dos principais desafios, a equipe realizou um amplo trabalho de restabelecer os objetivos específicos do programa, que passaram a ser definidos como:

1) Promoção de fatores protetivos associados à segurança e organização financeira de pessoas com uso problemático de drogas: elevação da escolaridade, qualificação profissional, acesso ao mercado de trabalho formal, acesso a serviços públicos e programas sociais (CadÚnico, Bolsa Família, etc.).

Atividade a ser desenvolvida: Realizar um projeto de reinserção produtiva, qualificação profissional e geração de renda de pessoas com uso problemático de drogas e em situação de ameaça, e seus familiares.

2) Reduzir a vulnerabilidade social de pessoas com uso problemático de drogas, através da promoção do acesso a serviços públicos, acesso a direitos e promoção da cidadania, e fortalecimento de vínculos familiares.

Atividade a ser desenvolvida: Realizar o acompanhamento multiprofissional do público beneficiário e seus familiares, com apoio ao acesso de serviços públicos, acesso a direitos, e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

3) Promover a proteção social de pessoas em situação de rua com uso problemático de drogas, através da articulação do acesso aos serviços públicos, sensibilização e orientação em estratégias de redução de danos, bem como oferta de acolhimento para público específico do Atitude.

Atividades a serem desenvolvidas:

a) Articular o acesso de pessoas em situação de rua aos serviços públicos;

b) Através do Atitude nas ruas, sensibilizar e orientar pessoas em situação de rua para estratégias de redução de danos, bem como oferta de acolhimento para público específico do Atitude.

4) Promover atendimento adequado a níveis distintos de vulnerabilidade e risco no interior do Programa, através de protocolo único de triagem e encaminhamento.

Atividades a serem desenvolvidas:

a) Capacitar equipes multiprofissionais no instrumental de categorização de situações de ameaça e risco de morte, e no Protocolo de Intervenção para grupos das categorias definidas;

b) Elaborar protocolo de intervenção para grupos das categorias definidas.

5) Criar metodologias de planejamento, matriciamento e gerenciamento de casos, para identificação das vulnerabilidades específicas de cada pessoa e acesso a serviços relacionados.

Atividades a serem desenvolvidas:

a) Produzir instrumental de categorização de situações de ameaça e risco de morte;

b) Elaborar protocolo de intervenção para grupos das categorias definidas.

6) Agilizar processos burocráticos e fluxo de encaminhamentos de pessoas em situações de risco/ameaça relacionadas a drogas entre serviços (saúde, assistência, educação, etc.), definindo responsabilidade compartilhada.

Atividade a ser desenvolvida: Elaborar protocolos intersetoriais de atuação do Programa com os demais serviços públicos, definindo responsabilidade compartilhada.

7) Sensibilizar, articular e capacitar serviços públicos nos territórios para atenção conjunta ao público atendido pelo Programa.

Atividades a serem desenvolvidas:

a) Mapear os serviços públicos relacionados à atenção, cuidado e proteção social nos territórios de atuação prioritária;

b) Realizar campanha de sensibilização acerca da demanda específica do Atitude para equipes profissionais e gestoras de serviços públicos relacionados a à atenção, cuidado e proteção social nos territórios de atuação prioritária;

c) Capacitar os profissionais de serviços públicos relacionados ao atendimento de pessoas com uso problemático de drogas para atendimento especializado do público específico do Atitude;

d) Articular para desenvolvimento de estratégias de cooperação e atuação conjunta com serviços públicos relacionados à atenção, cuidado e proteção social.

8) Promover a formação teórica e prática de equipes multiprofissionais no atendimento aos usuários de drogas como forma de qualificar o serviço ofertado.

Atividades a serem desenvolvidas:

a) Elaborar um projeto sociopedagógico do Atitude: com curso de curta duração em formato EAD; curso de especialização; e programa de estágio.

9) Garantir qualificação técnica adequada para profissionais em funções de gestão de serviços de atenção a pessoas com uso problemático de drogas, promovendo a integração de serviços e a resposta especializada para casos de violência.

Atividade a ser desenvolvida: Realizar um programa de formação direcionada aos profissionais da gestão.

10) Reduzir número de mortes de pessoas em alta vulnerabilidade/ameaçadas em decorrência da dinâmica das drogas, através da promoção de atendimento ágil e encaminhamento para serviço especializado.

Atividade a ser desenvolvida: Elaborar um Sistema de Gestão do Público beneficiário, com categorização de risco aperfeiçoada, gestão do tempo e fluxo de atendimento na rede.

Avaliação e resultados

Para além do monitoramento realizado pela própria equipe do programa, o Atitude já foi avaliado por pesquisadores externos ao governo e especialistas em prevenção à violência. Como resultado, foi demonstrado que o atendimento dos usuários gera uma redução do uso de crack, seja em número de pedras consumidas diariamente, ou na redução da frequência de uso semanal (ESCOBAR et al., 2015⁹; RATTON; WEST, 2016).¹⁰

Além disso, o atendimento dos usuários nos Centros de Acolhimento Intensivo (acolhimento institucional) provocou melhoras da saúde mental após 80 dias de permanência no serviço, com reduções de 40% em sintomas de ansiedade, 35% em sintomas de depressão e melhoras estatisticamente significativas em processos autoconscientes, com quedas na ocorrência de pensamentos ruminativos (ESCOBAR et al., 2015).¹¹

Outro acompanhamento feito mostrou que os usos de cannabis realizados pelos usuários do Programa Atitude impactaram significativamente na redução de sintomas de fissura.

O Programa Atitude tem sido apontado como um serviço eficaz, atingindo seus objetivos de proteção social e acompanhamento do usuário para sua reinserção social, e efetivo, promovendo a redução do uso de crack e a transformação das situações de vulnerabilidade social potencializadas pelo uso compulsivo e/ou dependente, pelos quais foi reconhecido nacional (CARVALHO; PELLEGRINO, 2015)¹² e internacionalmente (EVANS, 2017).¹³ Entretanto, apesar dos impactos sobre condições globais de saúde e socioassistenciais observadas nos atendidos pelo programa, continuavam desconhecidos os fatores envolvidos em tais resultados, apontando, assim, que novas avaliações de impacto sejam realizadas.¹⁴

9 ESCOBAR, J. A. C.; RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, R. C.; RUSH, B. Mental Health and Self-Consciousness among Crack Cocaine Users Attended at a Governmental Program in Pernambuco-Brazil. V Congresso Internacional da ABRAMD - Drogas e Transição de Paradigmas: Compartilhando saberes e recriando fazeres, 2015, Brasília. Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas, 1 a 3 de Dezembro, 2015.

10 RATTON, J. L.; WEST, R. Políticas de Drogas e Redução de Danos no Brasil: o Programa Atitude em Pernambuco. Recife: NEPS-UFPE, 2016.

11 ESCOBAR, J. A. C.; RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, R. C.; RUSH, B. Mental Health and Self-Consciousness among Crack Cocaine Users Attended at Governmental Program in Pernambuco-Brazil. V Congresso Internacional da ABRAMD - Drogas e Transição de Paradigmas: Compartilhando saberes e recriando fazeres, 2015, Brasília. Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas, 1 a 3 de Dezembro, 2015.

12 CARVALHO, I. S.; PELLEGRINO, A. P. Políticas de Drogas no Brasil: a mudança já começou. Instituto Igarapé. Rio de Janeiro, 2015.

13 EVANS, S. Lições Brasileiras de Saúde, Segurança e Cidadania - Crack: Reduzir Danos. Open Society Foundations, 2017.

14 Efeitos do Programa Atitude em Pernambuco sobre o padrão de uso do crack: Uma análise por árvore de decisão (2018) Hugo A. V. Medeiros, J. Arturo C. Escobar, Rebeca de O. B. Santos, Maria Lucia F. B. Mesquita, Márcia V. B. Ribeiro, Rubia de O. Patú, Priscila C. L. de Carvalho, Vívian L. Mota, Fátima M. Lindoso.

Uma avaliação feita pela Open Society Foundation - OSF,¹⁵ no ano de 2017, identificou que antes de participar do programa Atitude, 93% dos pesquisados (177 de 191 avaliados) se identificavam como usuários ativos de crack.

Entretanto, após o engajamento no programa, esse número caiu para 64%, com 36% dos participantes deixando de usar a droga. Aqueles que seguiram consumindo crack reportaram uso menos intenso da substância e intervalos mais longos entre episódios de alto consumo.

Por exemplo: indivíduos que fumavam cinco ou menos pedras de crack por episódio eram 10% antes de acessarem o Atitude e, após a entrada no programa, esse índice subiu para 39,4%. No caso de indivíduos que consumiam mais de 15 pedras de crack por episódio, o índice caiu de 57% antes para menos da metade (24,8%) depois do acesso ao Atitude. Ou seja, o volume total de uso da droga foi reduzido, bem como caiu a intensidade de uso dos indivíduos que continuaram a consumir a substância. Em paralelo, cerca de 91,1% dos participantes (174 avaliados) responderam que sua saúde melhorou após ingressar no programa.

Outro ponto importante e tido como componente chave do programa é conseguir reduzir a violência sofrida pelos usuários. Nesse sentido, enquanto 65,4% dos participantes (125 pessoas) tinham sofrido algum tipo de ameaça relacionada a drogas nos últimos seis meses, 77,2% (146 pessoas) disseram se sentir protegidos no Atitude. Esse percentual foi ainda maior (83%) entre os usuários que receberam cuidados intensivos e acolhimento de longo prazo no programa.

15 OSF (2017) Crack: Reduzir Danos Lições Brasileiras de Saúde, Segurança, e Cidadania <https://www.opensocietyfoundations.org/publications/crack-reduzir-danos/pt>.

Prática 2. Juventude Presente

Pernambuco, Brasil - 2019 até os dias atuais

Resumo

O programa Juventude Presente começou a ser gestado junto com o início da Secretaria Estadual de Prevenção à Violência e às Drogas de Pernambuco, no ano de 2019. A violência letal, não só em Pernambuco, mas em boa parte do mundo, tem como principais vítimas adolescentes e jovens de 12 a 29 anos. Por este motivo, falar em prevenção à violência conseqüentemente impõe que sejam traçadas estratégias para reduzir o envolvimento de adolescentes e jovens em atividades criminosas, seja como vítimas ou autores. Dessa forma, para conseguir dar conta

de tal objetivo, o programa foca na intervenção em territórios de maior vulnerabilidade, que são selecionados a partir de uma análise da dinâmica social da violência e da criminalidade do estado de Pernambuco. Após a seleção dos territórios, a equipe foca-se em buscar aproximação com os adolescentes e jovens que moram ou frequentam esses bairros, de forma a oferecer uma série de atividades que permitam a melhoria da qualidade de vida e novas oportunidades e, assim, criar um ambiente de maior proteção para esse público.

Dados gerais

Ano de implementação: 2019 até os dias atuais.

Instituição responsável: Governo do Estado de Pernambuco - Secretaria de Política de Prevenção à violência e as drogas (SPVD/PE).

Estratégia: Prevenção social.

Objetivo original:¹⁶ Contribuir para a prevenção e a redução de Crimes Violentos Letais Intencionais de adolescentes e jovens moradores dos territórios de maior vulnerabilidade ao crime e à violência no Estado de Pernambuco, por meio de ações integradas entre o Poder Público, a Sociedade Civil e a Iniciativa Privada.

Nova proposta a partir do marco lógico da prevenção

Objetivo geral: Reduzir o envolvimento de adolescentes (12 a 17 anos) e jovens (18 a 29 anos) em atividades violentas e/ou criminosas, seja como vítima ou autores, nos bairros com maior vitimização de jovens de Pernambuco.

Objetivos específicos:

- 1) Articular e acompanhar o atendimento, acolhimento e orientação de Adolescentes (e familiares) envolvidos em atividades violentas e/ou criminosas nos bairros com maior vitimização de jovens;
- 2) Articular e fortalecer a rede protetiva dos adolescentes para promoção escuta e orientação do jovem, com participação de responsáveis;
- 3) Construir e fortalecer referências positivas que influenciem a trajetória dos jovens, promova a superação de barreiras simbólicas e ampliação de repertório cultural;
- 4) Fomentar oportunidades educativas, culturais e profissionais valorizadas pelos adolescentes nas escolas, organizações sociais e comunitárias, e equipamentos públicos dos bairros com maior vitimização de jovens;

16 Minuta Nota Técnica - JP - QUALIFICAÇÃO - 06.08.20.

5) Fortalecer fatores protetivos de Envolvimento de jovens (18 a 29 anos) em atividades violentas e/ou criminosas em relação à violência, através da promoção da continuidade da trajetória escolar e/ou acesso ao mundo do trabalho formal;

6) Promover a ressignificação da trajetória de jovens com histórico de envolvimento em atividades criminosas/violência, através da articulação de atividades profissionais e de capacitação, e acesso ao mundo do trabalho formal, nos bairros com maior vitimização de jovens.

Beneficiários: Adolescentes (12 a 17 anos) e jovens (18 a 29 anos) residentes das áreas de vulnerabilidade à violência e à criminalidade do estado de Pernambuco.

Fonte de financiamento: Governo do Estado de Pernambuco.

Avaliação e resultados: O programa está no começo da implementação e ainda não foi avaliado.

Origem da iniciativa

A origem de todas as estratégias de prevenção à violência no estado de Pernambuco tem como marco inicial a criação do Plano Estadual de Segurança Pública e do programa Pacto pela Vida em 2007. Sabe-se que a violência não é distribuída em todos os territórios de maneira igual, portanto, em 2008, buscando focar a intervenção em locais mais vulnerabilizados, implementou-se no estado o programa Territórios da Paz, com auxílio do Governo Federal. Esse programa deu origem ao Governo Presente, implantado e institucionalizado através da Lei no 14.357, 14 de julho de 2011.

No ano de 2017, aumentou-se a preocupação com a violência que atingia mais fortemente jovens de 15 a 29 anos no estado, que foi o mote para estruturação de um programa voltado a este público. Assim, inicia-se dentro do programa Governo Presente, a construção da estratégia de atuação junto à juventude que tinha como foco principal a qualificação profissional e a estruturação de núcleos de cultura de paz dentro das escolas.

Assim, passou-se a intensificar as atividades realizadas com a juventude no Estado, através dos Fóruns de Juventude, oficinas multiculturais, implantação de alguns núcleos de cultura de paz, e ainda os cursos de qualificação profissional ofertados.

Apesar de os números de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) ocorridos em 2017 e 2018 em Pernambuco na faixa-etária de 15 a 29 anos serem

bastante críticos, em 2018, houve uma redução em relação ao ano anterior de 27,23%).¹⁷ A situação de vulnerabilidade à qual estão submetidos esses jovens seguiam exigindo cuidados. Por isso, em 2019, com a inauguração da Secretaria de Prevenção à Violência e às Drogas – SPVD e, conseqüentemente, da Política de Prevenção Social ao Crime e à Violência no Estado de Pernambuco, priorizou-se o fortalecimento da estratégia voltada à intervenção nesse público.

Então, estabelece-se formalmente o programa Juventude Presente instituído pela Lei no 16.569, de 15 de maio de 2019, visando garantir direitos, oportunizar crescimento e gerar uma mudança efetiva para a realidade pessoal e social desses adolescentes e jovens, na perspectiva de desconstrução de valores históricos culturais indutores de violência com foco na cultura de paz.

Em 2021, no âmbito da Cooperação Pernambuco e com a repactuação do Marco Lógico da Prevenção no estado, liderada pelo Escritório da ONU sobre Drogas e Crime (UNODC), a equipe do programa Juventude Presente realizou uma série de reuniões para repensar os principais problemas que precisa enfrentar, os desafios colocados e retrazar seus objetivos e estratégias de intervenção. O resultado de uma série de nove reuniões está descrito no tópico a seguir.

17 EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA TERMO DE COLABORAÇÃO. Processo No 004/2019.

Metodologia de intervenção

O programa Juventude Presente foi pensando de forma a promover a qualidade de vida e cidadania aos adolescentes e jovens moradores de territórios mais afetados pela violência no estado de Pernambuco, identificados inicialmente pela concentração de elevados índices de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) e de Tentativas de CVLIs.

Para isso, com intuito de contribuir para a redução do envolvimento de adolescentes e jovens em atividades criminosas, seja como vítimas ou autores, nos territórios com maior vitimização deste público, a equipe do programa busca em primeiro lugar realizar uma análise das demandas de cada um dos territórios selecionados como prioritário e o perfil da juventude que mora ou frequenta aquele território. A partir deste entendimento, promove-se a integração entre as políticas públicas voltadas para essa faixa etária, assim como foca-se em realizar parcerias institucionais que permitam melhorar a qualidade de vida desses meninos e meninas.

No início da implementação do programa, as atividades realizadas centravam-se principalmente em três eixos de atuação:

Conexão sociocultural: A partir da análise da dinâmica social da violência e da criminalidade de cada área, propõe-se a realização de oficinas estratégicas de socialização e atendimento ao público adolescente e jovem. Nessas oficinas socioculturais são utilizados elementos de aproximação com jovens — que podem ser pelo esporte, música, arte, dança (incluindo capoeira e hip hop (grafite e dança), videojornalismo, fotojornalismo, economia sustentável, circo, entre

outras — fortalecidos com a apresentação de conteúdos que tragam valores, atitudes, tradições e comportamentos baseados no respeito à vida e na desconstrução dos valores históricos indutores da violência e criminalidade.

Qualificação profissional: Buscando a inclusão social e produtiva de adolescentes e jovens residentes nas áreas de vulnerabilidade à violência e à criminalidade, realiza-se cursos de capacitação que os auxiliem a entrar no mercado de trabalho. Esses cursos são realizados em unidades de ensino das empresas parceiras ou em equipamentos sociais e comunitários, de forma a desenvolver um trabalho conjunto com as secretarias e órgãos Estaduais, Municipais, Federais e o Setor Privado.

Cultura de paz: A partir da realização de diversas ações estratégicas, como Rodas de Diálogo e Lives Papo Reto, Núcleos de Cultura de Paz nas Escolas, Rede Jovem PRÓ-PAZ e Momento “SE LIGA” nas Oficinas Socioculturais, busca-se aproximação e estreitamento do diálogo com a juventude para o fomento da cultura de paz como prática cotidiana, na perspectiva de desconstrução de valores culturais historicamente indutores de violência. Assim, espera-se contribuir para a prevenção e superação das vulnerabilidades vividas pelos jovens no ambiente doméstico, escolar e territorial por meio de reflexão sobre a importância do diálogo, do respeito, da cooperação e da solidariedade. Da mesma forma, o programa promove o protagonismo juvenil, envolvendo a juventude na construção de mecanismos disseminadores da cultura de paz por meio de participação.

Gestão da iniciativa

Atualmente o programa ocorre em 59 bairros de Pernambuco, distribuído em 12 municípios que apresentam altos índices de crimes violentos letais intencionais e agressões envolvendo adolescentes e jovens.

A equipe do programa Juventude Presente conta com 12 profissionais para executar todas as ações que se pretende. Os profissionais estão

divididos em cargos de gestão (Superintendente de Promoção e Inclusão Social, Coordenador Juventude Presente, Coordenador de Inserção Social e Produtiva) e equipe de execução (Articuladores de Políticas Públicas, Assessor Técnico, Assistente Administrativo, Coordenadora, Pedagoga, Técnica Social e Oficineiros).

Desafios encontrados e soluções possíveis¹⁸

Nesses um pouco mais de dois anos de existência do Juventude Presente, alguns desafios foram se apresentando para a equipe de gestão e execução do programa. Um deles foi a pandemia, que impossibilitou o encontro entre os jovens e a realização das atividades previstas para os anos de 2020 e 2021. Nesse sentido, foi bastante desafiador pensar em estratégias para que o programa continuasse a ocorrer, apesar das escolas fechadas e da imposição do distanciamento social. Portanto, muitas atividades foram adaptadas para o mundo virtual e passaram a acontecer de maneira remota.

Além disso, no ano de 2021, a equipe do programa foi convidada a repensar as estratégias de atuação, juntamente com toda a equipe da SPVD, de forma a readequar o programa à política de prevenção estadual que foi redefinida e melhor focada. Nesse processo de construção do marco lógico do programa, os principais desafios trazidos para o enfrentamento da problemática da violência que atinge os adolescentes e jovens foram:

- 1) Ausência de Supervisão parental, rejeição parental, ou supervisão parental opressora, agressiva, negativa;
- 2) Convivência em ambiente doméstico com uso de álcool e drogas, por vezes violência, e/ou atividade criminal, etc.;
- 3) Convivência com atividades criminosas desde muito cedo, que despertam interesse por elementos que lhe confirmam poder, riqueza e liderança de maneira rápida (Ethos Guerreiro);
- 4) Ausência de referências positivas que influenciem a trajetória dos jovens, falta de acesso a oportunidades educativas, culturais e profissionais valorizadas pelo jovem e barreiras simbólicas aos indivíduos e pouco repertório cultural;

5) Ausência de atividades atrativas para os jovens nos territórios no contraturno, dificuldade da escola em conquistar e manter os jovens, e incapacidade da escola de acolher/absorver/cuidar e alinhar seus interesses educacionais com os dos jovens;

6) Não continuidade da trajetória escolar;

7) Envolvimento em atividades criminosas e violência durante a adolescência e passagem por instituições socioeducativas e/ou prisionais.

Para tentar dar conta desse cenário, os objetivos específicos do projeto se tornaram:

1) Articular e acompanhar o atendimento, acolhimento e orientação de adolescentes (e familiares) envolvidos em atividades violentas e/ou criminosas nos bairros com maior vitimização de jovens de Pernambuco.

Atividade a ser desenvolvida: Mobilizar a rede de serviços voltados para atendimento dos adolescentes (12 a 17 anos) envolvidos em atividades violentas e/ou criminosas nos territórios, com foco no fortalecimento de relações de supervisão, orientação e acolhimento de adolescentes e seus familiares.

2) Articulação e fortalecimento da rede protetiva dos adolescentes para promoção, escuta e orientação do jovem, com participação de responsáveis.

Atividades a serem desenvolvidas:

- a) Elaborar um edital de fortalecimento de coletivos locais (em conjunto com Governo Presente) — com premiação de Boas Práticas em Prevenção da Violência com foco na juventude;
- b) Premiar boas práticas, a partir de Edital de fortalecimento de coletivos locais.

¹⁸ Informações provenientes das Oficinas de Marco Lógico, lideradas pelo UNODC e sistematizadas em Produto específico da Agência.

3) Construir e fortalecer referências positivas que influenciem a trajetória dos jovens e promovam a superação de barreiras simbólicas e ampliação de repertório cultural.

Atividades a serem desenvolvidas:

a) Realizar um hackaton com objetivo de encontrar soluções juntamente com os jovens para o cenário de violência vivido no território;

b) Realizar um Edital de Intercâmbio Social Internacional, como premiação do hackathon;

c) Realizar um intercâmbio regional entre os jovens que participam das diferentes oficinas oferecidas pelo programa;

d) Realizar uma coalizão de articulação de agentes de Prevenção nas Torcidas Organizadas.

4) Fomentar oportunidades educativas, culturais e profissionais valorizadas pelos adolescentes nas escolas, organizações sociais e comunitárias, e equipamentos públicos dos bairros com maior vitimização de jovens de Pernambuco.

Atividades a serem desenvolvidas:

a) Realizar oficinas de conexão sociocultural;

b) Realizar o Papo reto: Rodas de diálogos com especialistas sobre temas voltados para juventude;

c) Realizar o circuito de arte-debate com jovens em espaços de poder das cidades;

d) Implementar Núcleos de Cultura de Paz.

5) Fortalecer fatores protetivos de envolvimento de jovens (18 a 29 anos) em atividades violentas e/ou criminosas em relação à violência, através da promoção da continuidade da trajetória escolar e/ou acesso ao mundo do trabalho formal.

Atividades a serem desenvolvidas:

a) Criar um núcleo de acompanhamento de Universos Prioritários para identificação de necessidades e potencialidades dos jovens e realizar o encaminhamento desses para novas oportunidades educacionais e profissionais;

b) Oferecer o Selo para parceiros da Prevenção para os municípios que se adequarem à execução desse programa.

6) Promover a ressignificação da trajetória de jovens com histórico de envolvimento em atividades criminosas/violência, através da articulação de atividades profissionais e de capacitação, e acesso ao mundo do trabalho formal, nos bairros com maior vitimização de jovens de Pernambuco.

Atividades a serem desenvolvidas:

a) Criar um núcleo de acompanhamento de Universos Prioritários para identificação de necessidades e potencialidades dos jovens e realizar o encaminhamento desses para novas oportunidades educacionais e profissionais;

b) Oferecer o Selo para parceiros da Prevenção para os municípios que se adequarem à execução desse programa.

Avaliação e resultados

Apesar de estar em funcionamento desde 2019, ainda não houve nenhuma avaliação formal do programa Juventude Presente. A elaboração do marco lógico trouxe também ao programa alguns indicadores de acompanhamento, que passarão a ser monitorados integralmente pela equipe.

2ª Parte: Práticas Promissoras Nacionais e Latino-Americanas

Prática 3. Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência - CCPHA

Ceará (Programa estadual) - 2016 até os dias atuais

Resumo

Em 2015, Fortaleza e Ceará lideravam o ranking do Índice de Homicídios na Adolescência (IHA). Por este motivo, foi criado o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, uma iniciativa coordenada pela Assembleia Legislativa do Ceará com apoio do Governo do Estado do Ceará e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A constituição do comitê constitui uma tentativa de conhecer detalhadamente o problema que desencadeia nos homicídios de adolescentes, evitando análises superficiais e determinísticas, propondo recomendações ao governo, nos diversos níveis, e à sociedade, cujos representantes estiveram envolvidos desde as primeiras etapas deste trabalho. Assim, a primeira fase contou com a realização de um mapeamento de famílias que tiveram adolescentes assassinados em 2015 em sete cidades cearenses: Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Maracanaú, Caucaia, Horizonte e

Eusébio. Ao total, foram ouvidas 224 famílias de adolescentes assassinados e, a partir disso, foi elaborado um programa de acompanhamento da violência letal. Na segunda fase, o trabalho ficou centrado no acompanhamento das recomendações para reduzir a violência letal contra meninos e meninas de 10 a 19 anos. Para isso, a equipe que integra o Comitê se reuniu com os prefeitos das cidades onde a pesquisa diagnóstica foi realizada para apresentar o conjunto de recomendações elaboradas, ajudando a planejar ações de controle. Aposta-se que é necessário dialogar com diversos setores da sociedade, entendendo que esse problema só será superado se houver ampla mobilização de sociedade civil, entidades religiosas, empresas privadas, organizações de defesa da criança e do adolescente e poder público.

Dados gerais

Anos de implementação: 2016 até os dias atuais.

Instituição responsável: Assembleia Legislativa do Ceará, com apoio do Governo do Estado do Ceará e Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef.

Estratégia: Prevenção social.

Objetivo geral: Compreender o fenômeno da violência entre os jovens – com foco na faixa etária de 10 a 19 anos – para, a partir daí, elaborar propostas de políticas públicas que apontem para a prevenção e a redução de homicídios cometidos por adolescentes e contra adolescentes no Ceará.

Objetivos específicos:

- 1) Realizar audiências públicas territoriais para escuta das comunidades;
- 2) Realizar seminários temáticos sobre as razões que levaram jovens cearenses a se tornarem autores ou vítimas de homicídios;
- 3) Produzir informações sobre fenômenos que possam impactar nos números de adolescentes mortos;
- 4) Mobilizar gestores públicos e a sociedade em torno desse tema.

Beneficiários: Adolescentes de 10 a 19 anos.

Fonte de financiamento: Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef.

Avaliação e resultados: O Comitê não conta com avaliação de impacto, mas apresenta semestralmente relatórios de prestação de contas sobre as atividades desenvolvidas e realiza eventos de lançamento desses relatórios.

Origem da iniciativa

A morte de adolescentes no Ceará atingiu níveis de uma grande epidemia: 816 meninos e meninas entre 10 e 19 anos foram mortos no estado do Ceará em 2015, dos quais 387 foram na capital do estado, Fortaleza, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. Em Fortaleza, o Índice de Homicídios na Adolescência saltou de 2,35 para 9,92 por 1.000 adolescentes entre 2005 e 2012, enquanto em outras grandes cidades, como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, houve queda no mesmo período.

As estatísticas mostram que os homicídios aumentaram muito em uma década, especialmente entre os adolescentes. Além disso, havia uma previsão de que o número total de assassinatos de adolescentes em Fortaleza poderia chegar a 2.988 se não fossem adotadas medidas eficazes para transformar a realidade da violência e preservar a vida de meninos e meninas. Sendo assim, criou-se o Comitê Cearense para Prevenção dos Homicídios na Adolescência com a coordenação da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em parceria com o Governo do Estado e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O Comitê começou o trabalho realizando um diagnóstico para identificar os motivos da violência entre crianças e jovens entre 10 e 19 anos de idade. Para que isso se tornasse possível, foi necessária a participação efetiva de cinco deputados estaduais, membros de bancadas distintas. Esperava-se que o levantamento trouxesse informações novas, uma vez que as explicações tradicionais não conseguiam elucidar os índices alarmantes de letalidade entre adolescentes. Os indicadores brasileiros e cearenses de educação, saúde e oportunidades de lazer, por exemplo, melhoraram consideravelmente nos 12 anos anteriores ao início do Comitê e, na contramão disso, a violência não dava trégua.

Assim, trabalhou-se na perspectiva de entender as razões que levam os adolescentes a cometerem assassinatos e/ou a serem vítimas desse tipo de violência, de forma que o conhecimento gerado sirva de insumo para a elaboração de estratégias para prevenção.

Metodologia de intervenção

A iniciativa foi criada a partir do entendimento de que para enfrentar o problema das mortes violentas entre adolescentes, é necessário focar a vida de meninos e meninas, realizando um diagnóstico qualificado que auxiliasse a encontrar soluções de curto, médio e longo prazo. Assim, o Comitê tem três objetivos bem delineados:

- 1) Produzir pesquisas com rigor técnico sobre violência letal, especialmente contra jovens;
- 2) Produzir recomendações para o serviço público de como reduzir essa violência;
- 3) Mobilizar a sociedade para desnaturalizar essa violência.

Com o compromisso de buscar compreender a realidade enfrentada por esses adolescentes, muito mais do que apenas apresentar estatísticas fornecidas por diferentes instituições, passou-se a considerar indicadores de educação, esporte, cultura, lazer, habitação, desenvolvimento profissional, proteção social, saneamento básico, saúde e segurança. Assim tentam trazer novas explicações ou outros dados que possam contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno.

O principal tipo de intervenção realizada pelo Comitê é a produção de diagnósticos amplos que consigam dar conta do cenário complexo que envolve a dinâmica de homicídios de adolescentes. O primeiro estudo foi feito a partir de uma pesquisa de campo com as famílias dos adolescentes mortos ou que respondiam pelo crime de homicídios em sete municípios. Assim, procurou-se observar a fundo a trajetória de vida de cada um desses adolescentes, suas ambiências afetivas e seus entornos familiares e sociais.¹⁹ Em geral, as dinâmicas de morte — de ser morto ou de matar — são muito próximas.

Daí a importância de verificar quais as dinâmicas da vida — de estar e continuar vivo, mas também de representar ou não uma ameaça ao outro. Para aprofundar os achados, também foram realizados grupos focais com agentes públicos e famílias.

O fenômeno foi estudado com base na análise de quatro importantes aspectos da vida: individual, familiar, comunitário e institucional, referente às políticas públicas acessíveis ou não a eles. A pesquisa buscou responder questões como: Qual a trajetória de vida? Qual a participação das famílias? Qual a inserção nas comunidades? Qual a relação com os serviços e equipamentos públicos? O que faltou ou o que sobrou para tornar tantos adolescentes vítimas ou autores de homicídios? O ambiente familiar era de afeto e proteção? Quais os grupos dos quais eles faziam parte? Eles estavam na escola? Que relação existia com o consumo ou o comércio de drogas? Como se dava o acesso a armas de fogo?

A equipe que realizou a pesquisa contou com 24 profissionais contratados especificamente para isso. O questionário possuía 139 perguntas sobre as circunstâncias do evento que levou a morte do adolescente, a trajetória de vida, a retaguarda que teve ou deixou de existir e a representação das famílias sobre o adolescente morto.

Em paralelo, foram realizadas audiências públicas que tiveram como objetivo principal ouvir a população dos territórios com maior adensamento de mortes sobre a violência letal que envolve meninos e meninas no Ceará. Assim, o comitê procurou mobilizar as comunidades para refletir sobre os homicídios nos respectivos territórios e, a partir do exercício coletivo acerca da própria realidade, levou a população local a fazer proposições e se engajar

¹⁹ Para saber mais sobre o diagnóstico, consultar na pasta do projeto os seguintes documentos: “01.CCPHA_Cada-Vida-Importa_Diagnostico”, “02.CCPHA_Trajektorias-Interrompidas_Diagnostico”.

na superação do problema. Nas audiências, houve uma preocupação de que adolescentes e jovens tivessem a mesma oportunidade de se expressar que adultos e idosos, assim como que a falas das autoridades públicas não tivessem mais alcance que as falas da comunidade.

O resultado²⁰ da pesquisa, em linhas gerais, aponta para a naturalização do acesso à arma, a banalização das mortes, a existência de famílias extremamente vulneráveis e uma quase que total ausência de políticas públicas para a adolescência no estado. Outro dado bastante importante apresentado é que quase 70% das famílias que tiveram adolescentes vítimas de homicídios eram referenciadas na assistência social, isso é um dado que chama atenção. Ou seja, são pessoas vulneráveis, que moram em territórios com enormes vulnerabilidades e que têm contato com o estado por meio das políticas assistenciais. Por este motivo, envolver esses técnicos é de suma importância.

Então, para ampliar o entendimento, foram realizadas entrevistas com mais de 300 técnicos da saúde e da assistência social, buscando entender tanto como os adolescentes chegam aos serviços, mas também realizando um levantamento da questão assistencial. Buscou-se refletir sobre como a saúde e assistência podem auxiliar na prevenção da violência e como a ação precoce dessas Pastas pode contribuir com a redução das mortes.

Assim, trazendo a discussão sobre cada território, levantou-se informações sobre:

- a) a violência armada e grupos armados atuantes;
- b) as vulnerabilidades encontradas;
- c) os serviços disponíveis. As informações levantadas pretendiam mostrar a importância

de entender melhor esses serviços, o tipo de informação que eles geram, as dificuldades que enfrentam e os impactos que podem produzir.

Neste sentido, algumas questões foram colocadas para cada território: Existem pessoas que foram expulsas das suas casas? Existem pessoas que não conseguem circular pelo território? Por este motivo, existem pessoas que não conseguem acessar o CRAS e o CREAS?

Existem adolescentes que não conseguem progredir na medida socioeducativa porque não conseguem acessar o CRAS? Entre outras.

Esse último levantamento mostrou que existe dificuldade de realizar a atualização dos cadastros dos usuários dos serviços. Em casos de adolescentes assassinados, se a família deixa de circular pelo território por medo ou por ameaça, não há como atualizar as informações, havendo lacunas de dados para serem trabalhados. Assim, demonstra-se a importância de atualizar essa informação, para além da iniciativa própria da família, mas a partir de uma proatividade do estado.

Outros pontos trazidos referem-se à falta de formação dos profissionais que atuam na assistência e na saúde, como também a insegurança dos profissionais que atuam nesse serviço. Não é só o adolescente que precisa estar no foco da política, mas aponta-se também para importância de conseguir capacitar e acolher os técnicos da rede de cuidado para que o serviço ofertado seja adequado e eficiente.

Assim, com base nesse amplo diagnóstico realizado, tornou-se possível propor recomendações a partir da compreensão sobre a subjetividade do adolescente, o ambiente familiar em que está ou se encontrava, a relação com a comunidade onde vive ou morava e a dinâmica das políticas públicas que circundam esses adolescentes, sua efetividade e afetividade.

20 O Comitê criou um documento apontando 12 evidências de fatores de risco: 1) Vulnerabilidade de quem cuida [mães adolescentes]; 2) Falta de atendimento à rede de amigos e familiares dos adolescentes assassinados; 3) Territórios Vulneráveis aos Homicídios; 4) Abandono escolar; 5) Experimentação precoce de drogas no início da adolescência (10 a 15 anos); 6) Vida comunitária conflituosa (ameaças e tentativas de homicídios anteriores); 7) Insuficiência do atendimento socioeducativo; 8) Falta de oportunidade de trabalho formal/renda; 9) Interação violenta com a polícia; 10) Violência armada; 11) Cultura da violência em programas policiais (mortes pela polícia); 12) Sensação de injustiça (percentual de responsabilização pelos crimes de homicídios). Mais detalhes podem ser acessados no documento "09.CCPHA_12evidencias_FatoresdeRisco".

Para cumprir essas tarefas, a equipe utilizou como estratégia a realização de ações ordinárias e reuniões extraordinárias, pesquisas de campo, audiências e seminários públicos, consultas a órgãos governamentais e articulação de esforços com organizações sociais.

O Comitê trabalha com o conceito de prevenção primária, prevenção secundária e prevenção terciária. A prevenção primária e secundária é a partir de interlocução com municípios, porque é a gestão municipal que pode chegar com assistência, saúde e educação. Ela que combate a evasão escolar e que pode chegar com programas de qualificação com renda e com programas para juventude. Nota-se que embora as recomendações sejam feitas para todos os poderes, o Comitê destaca a importância do protagonismo municipal com auxílio dos poderes estadual e federal, para que se alcance cada um dos locais onde estejam adolescentes em risco. Dez das 12 recomendações²¹ feitas estão diretamente relacionadas às competências das prefeituras municipais, são elas:

- 1) Atendimento às famílias vítimas de violência;
- 2) Ampliação da rede de programas e projetos sociais a adolescente vulnerável ao homicídio;
- 3) Qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios;
- 4) Busca ativa para inclusão de adolescentes no sistema escolar;
- 5) Prevenção à experimentação precoce de drogas e apoio às famílias;
- 6) Mediação de conflitos e proteção de pessoas ameaçadas;
- 7) Atendimento integral no sistema de medidas socioeducativas em meio aberto;
- 8) Oportunidade de trabalho e renda;

9) Controle de armas de fogo e munições (criar campanhas e iniciativas para entregas voluntárias de armas e munições);

10) Mídia sem violações de direitos (não financiar programas que violem direitos humanos);

Outro exemplo de ação desenvolvida pelo Comitê é o desenvolvimento de um curso para ser ofertado aos profissionais de saúde e assistência. Detectou-se que esses não recebiam formação qualificada, então foi desenvolvido o curso “Cuidando em Rede: saberes e práticas na atenção às famílias vítimas de homicídio”. A iniciativa do Comitê foi idealizada em parceria com o Instituto Oca, a Open Society Foundations (OSF) e a Universidade Estadual do Ceará (Uece). O objetivo era sensibilizar profissionais atuantes na política de Assistência Social e de Saúde para fortalecer a rede de atenção e proteção intersetorial a famílias de Fortaleza.

O curso contou com a utilização de diversas metodologias, como estudo de caso, círculos de cultura, fluxogramas analisadores de rede, trabalhos em grupo e oficinas.

Outra estratégia utilizada é dar bastante visibilidade às informações produzidas, lançamento semestralmente um relatório sobre as ações do Comitê e novos estudos. Vale destacar que o Comitê procura elaborar notas técnicas²² que ajudem a entender aspectos que influenciam os homicídios.

Até o momento de escrita deste relatório, haviam sido lançadas três notas com as seguintes temáticas:

- a) Pandemia;
- b) Mortes pela Polícia; e,
- c) Homicídios de Crianças.

21 Para mais informações, consultar o documento na pasta do projeto: “10.CCPHA_Recomendacoes-para-Prevencao” e “11.CCPHA_12recomendacoes-para-prevencao”.

22 O conteúdo na íntegra referente as três notas encontra-se na pasta do projeto.

Gestão da iniciativa

A equipe específica do Comitê conta com uma coordenação técnica e mais cinco pessoas integrantes da equipe técnica com formação em sociologia, filosofia e psicologia, que tem como função implementar as ações definidas no grupo gestor mais amplo.

A presidência e a relatoria da iniciativa são exercidas por deputados (Ivo Gomes do Pros e Renato Roseno do PSOL, respectivamente),

a coordenação técnica é exercida pela Unicef e, ainda, recebe apoio das comissões de Direitos Humanos e Cidadania, Juventude e Infância e Adolescência da Assembleia Legislativa do Ceará, bem como secretarias de Estado do Ceará e entidades da sociedade civil e Universidades.

Desafios encontrados e soluções possíveis

Apesar de desenvolver um trabalho amplo, ainda pouco se observa em termos de impactos nas vidas reais e na redução dos homicídios. No ano de 2018, houve uma redução significativa de homicídios de 12% dos casos. Entretanto, notou-se um aumento no número de mortes por esclarecer, o que fez com que o Comitê passasse a monitorar esses casos. Já em 2019, o número de homicídios volta a crescer e começa a chamar atenção sobre a morte de meninas. Nesse sentido, foi elaborado um relatório chamado “Meninas no Ceará: A Trajetória de Vida e de Vulnerabilidade de Adolescentes Vítimas de Homicídios”.²³ Nota-se que o Comitê se preocupa com os principais fenômenos que influenciam nos homicídios e tenta responder a eles de forma constante.

Outro desafio é que há um entendimento de que essas mortes têm endereço, classe social, raça, gênero e local de moradia definidos. Sabendo disso, enfatizou-se esse ponto, mas também há uma preocupação em não estigmatizar demais esses territórios. Assim, há um cuidado em tentar mostrar a resistência da periferia, a partir de dezenas de coletivos que fazem arte, cultura, política e que guardam uma potência em reescrever vidas. Iniciativas essas que são autônomas do Estado e, muitas vezes, incompreendidas e criminalizadas por segmentos que não sabem acolher suas expressões,

como reggae, sarau e rolezinhos. Assim, o Comitê busca trazer mais a sociedade civil mobilizada para valorizar mais a juventude da periferia por meio de suas resistências criativas, acreditando no paradigma da prevenção, de forma a potencializá-lo. Assim, busca-se engajar outras instituições públicas, sociedade civil e movimentos sociais comprometidos em evitar que mais vidas sejam interrompidas.

²³ O documento completo encontra-se na pasta (“12.CCPHA_Meninas-no-Ceara_Diagnostico”).

Avaliação e resultados

O Comitê não possui avaliação sobre sua efetividade, mas apresenta relatórios de atividades desenvolvidas em cada semestre desde 2017.

O lançamento desses relatórios é realizado com eventos de discussão sobre os principais fatores que impactaram aquele período. Por exemplo, em 2019.1 o tema tratado foi “mortes por policiais”, já em 2019.2, o tema foi “mortes a esclarecer”.

Além disso, um dos resultados apresentados é a elaboração de um projeto de lei complementar, aprovado por unanimidade pelo Poder Legislativo,

que criou o Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas (Fepad). O objetivo do Fundo é facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados à execução das atividades do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

Apesar de ser uma iniciativa que gera bastante interesse atualmente, nota-se que ainda há muito a ser explorado sobre a produção de avaliação de impactos gerados por ela.

Interlocução com o governo de Pernambuco

O ponto principal de contribuição trazido por essa iniciativa ao estado de Pernambuco, diz respeito à importância que é dada à produção de um bom diagnóstico para que sirva de subsídio para a implementação de uma política efetiva de prevenção. O trabalho do Comitê é centrado na realização de diagnósticos amplos que ajudam a subsidiar recomendações para diferentes atores públicos e, assim, buscar impactar na manutenção da vida de adolescentes e jovens.

A partir de um aprofundamento do tema, percebe-se nuances que olhares menos atentos não capturam, como por exemplo, a redução de homicídios que é gerada pelo aumento do número de mortes a esclarecer. Se não há dados qualificados sobre um problema, é difícil saber como resolver. Neste ponto específico, nota-se que Pernambuco apresenta 8,6 de taxa de Mortes Violentas com Causa Indefinida - MVCI, que pode ser melhor explorada para entender suas causas. Assim, pode-se pensar em como o compartilhamento de informações entre as secretarias, o treinamento de técnicos para gerar melhores informações e a elaboração de um

Observatório podem gerar informações mais qualificadas para dar nortes efetivos de atuação para reduzir o número de mortes.

Para realização de diagnósticos, o Comitê parte das estatísticas oficiais e aprofunda os dados a partir de estratégias como entrevistas com familiares de vítimas e autores, grupos focais, realização de audiências públicas, seminários temáticos. Nota-se que toda a informação produzida serve de insumo para fazer recomendações e esse material é sistematizado e compartilhado com gestores públicos, com centros de estudo e com a população.

Dessa forma, apresenta-se a possibilidade de se pensar em parcerias para que o Observatório não seja só um compilado de informações quantitativas, mas que também possa ser utilizado como fonte, para que estudos mais aprofundados auxiliem a gestão a gerar melhores resultados.

Dados de contato

Telefone: (85) 3277-2789.

E-mail: comite.ccpha@al.ce.gov.br.

Site: <https://cadavidaimporta.com.br>.

<https://www.facebook.com/cadavidaimportaoficial>.

Instagram: @cadavidaimportaoficial.

Prática 4. Citizen Security and Justice - 2ª fase

Kingston, Jamaica (Programa municipal) - 2009 a 2014

Resumo

O programa Jamaica: Citizen Security and Justice aqui descrito corresponde à segunda fase implementada do programa, que tinha como objetivo contribuir para a redução do crime e da violência em 50 comunidades urbanas com alto índice de criminalidade, com foco na construção de proteção e segurança para esses locais. Foram realizadas ações de prevenção e intervenções estratégicas para atuar em fatores identificados como de risco individuais, familiares e comunitários. O programa conta com dois tipos de intervenção:

a) Ação comunitária, que prevê ações de mobilização e governança, com foco em aumentar a quantidade de serviços essenciais (como água potável, saneamento básico e coleta de lixo), criar e/ou fortalecer centros comunitários, estabelecer tribunais

de justiça restaurativa e comunitária e desenvolver campanhas públicas com foco na prevenção da violência;

b) Fortalecimento institucional do Ministério de Segurança Nacional (AT e equipamentos, interagências), que visa aumentar as oportunidades de emprego e empreendedorismo, expandindo programas de treinamento de habilidades vocacionais e voltadas para o mercado de trabalho, através de cursos profissionalizantes, assim como implementar programas de estágio e emprego nas comunidades-alvo.

Dados gerais

Anos de implementação: 2009 a 2014.

Instituição responsável: Ministério de Segurança Nacional.

Estratégia: Plano Integral de Segurança Cidadã.

Objetivo geral: Contribuir para a redução do crime e violência em 50 áreas urbanas com altos níveis de criminalidade, financiando a prevenção e intervenções estratégicas para enfrentar os fatores de risco individuais, familiares e comunitários identificados.

Objetivos específicos: Aumentar as oportunidades de emprego e empreendedorismo, expandindo a oferta de cursos profissionalizantes, como também implementando programas de estágio e emprego nas comunidades-alvo.

Beneficiários: Jovens que vivem em 50 áreas de vulnerabilidade social e altos índices de violência.

Fonte de financiamento: Financiado conjuntamente por meio de um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e uma doação do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido.

Avaliação e resultados: A maioria dos elementos presentes nas duas fases do CSJ permitiram que o programa fosse identificado como uma prática promissora. Em particular, a preparação participativa dos moradores permitiu uma alta adesão das comunidades, assim como um diagnóstico situacional sensível. Mais detalhes são apresentados a seguir.

Origem da iniciativa

A Jamaica apresentava uma das taxas de homicídio mais altas do mundo. Desde 2000, houve apenas duas ocasiões em que o país apresentou quantidades inferiores a 1.000 homicídios em um ano – em 2000 (887) e 2003 (975). Estes números são extremamente altos para um país com uma população de apenas 2,7 milhões. Os picos de violência estavam geralmente associados à deterioração das oportunidades econômicas, à sucessiva impunidade e aos efeitos de deslocamento de população causados pelo narcotráfico. Nas últimas duas décadas, o governo, organizações da sociedade civil e associações privadas promoveram uma série de abordagens visando à melhoria da segurança cidadã no país.

Na capital, Kingston, identificou-se que uma série de áreas residenciais era controlada por chefes de organizações criminosas, que estabeleciam estruturas de governança paralela, respondendo tanto por serviços básicos quanto pela cobrança de “impostos”. Há décadas, eles exercem um alto nível de controle sobre os moradores por meio de uma combinação de coerção, intimidação e envolvimento direto, incluindo intervenções para melhorar o bem-estar social e investimentos em segurança nas áreas em que o poder público federal e municipal estiveram ausentes. Observaram-se também relações nefastas de políticos e empresários com determinados grupos do tráfico.

As comunidades-alvo são definidas pelos baixos níveis de emprego e educação dos seus moradores, especialmente jovens, com os níveis de desemprego chegando a 60% em algumas comunidades. A infraestrutura deficiente, tanto física quanto social, deixou essas comunidades isoladas e os moradores apenas conseguem bons trabalhos. Os empregadores relutam em contratar indivíduos dessas comunidades, devido à associação da comunidade com a violência e o crime. Além disso, muitos jovens foram mal preparados para atuar em empregos formais, tornando-os alvos fáceis de recrutamento para gangues que dão abrigo a um grande número de jovens solteiros do sexo masculino, que fornecem uma força de trabalho pronta. As gangues, por sua vez, fornecem proteção aos membros da comunidade, bem como apoio financeiro a muitos deles.

Em geral, muitas intervenções para reduzir a violência tendem a focar em hot spots e nos indivíduos envolvidos em atividades criminosas, incluindo gangues locais e jovens em situação de vulnerabilidade. Entretanto, nessa iniciativa utilizou-se como princípio que, para lidar com o crime e a violência nas comunidades mais vulneráveis, é necessário lidar com as causas profundas, que são a falta de oportunidades e serviços, bem como a falta de fé nas autoridades para fornecer serviços e proteger a comunidade.

Assim, gerando melhoria da prestação de serviços básicos em comunidades-alvo e uma abordagem mais coordenada por parte do estado em resposta às necessidades das comunidades, os residentes dessas comunidades aumentarão sua confiança no estado. Portanto, o fortalecimento dos comitês de desenvolvimento comunitário e a implementação de atividades de redução da violência resultarão em maior participação da comunidade mais ampla em atividades voltadas para a redução da violência e promoção do desenvolvimento comunitário.

Além disso, maiores oportunidades econômicas e realizações educacionais fornecerão a oportunidade para jovens em risco, e outros membros vulneráveis da comunidade, se afastarem das redes criminosas para formas legítimas de subsistência. Consequentemente, um programa que empodera as comunidades, oferecendo maiores oportunidades e começa a construir sua fé no governo, traz uma alternativa ao crime e à violência.

Desta forma, o programa surgiu com uma aposta de que a implementação de uma série de intervenções sociais direcionadas, combinada com oportunidades econômicas e representação comunitária legítima pode ter um forte impacto sobre o crime nessa comunidade. Quando essas intervenções são combinadas com programas eficazes de policiamento, incluindo o policiamento comunitário e a prestação sustentável de serviços básicos, há uma chance significativa de haver um impacto sustentável sobre os níveis de crime e violência.

Metodologia de intervenção²⁴

A primeira intervenção foi feita em caráter piloto. O primeiro passo do CSJ foi trabalhar com cada comunidade para identificar suas necessidades prioritárias, que foram articuladas nos planos de desenvolvimento e segurança da comunidade. A partir do levantamento, fez a articulação entre os Comitês de Desenvolvimento Comunitário (CDCs) e os serviços públicos setoriais e as agências de prestação de serviços, de forma a garantir a prestação efetiva de serviços básicos. Além disso, financiou atividades que fortaleceram os Comitês de Desenvolvimento Comunitário (CDCs) para promover a liderança comunitária legítima e a implementação de planos de desenvolvimento e segurança comunitários.

Esses planos foram desenvolvidos em consulta com as partes interessadas da comunidade e do governo, além de incorporarem informações desagregadas sobre crimes violentos, lesões relacionadas à violência de gênero, oportunidades econômicas e infraestrutura comunitária para auxiliar na identificação de necessidades de desenvolvimento prioritárias nas comunidades. Por possuir um registro administrativo relativamente bom de várias formas de violência e crime (incluindo maus-tratos a crianças, fornecidos pelo Escritório de Registro de Crianças, e agressões sexuais, fornecidos pela Jamaica Constabulary Force (JCF), desenvolveu-se uma série de pesquisas ao longo dos anos que capturaram tanto a vitimização quanto os fatores de risco.

Outra frente de atuação foram os treinamentos oferecidos e a geração de oportunidades de trabalho. O programa proporcionou oportunidades de emprego e empreendedorismo para moradores das comunidades assistidas, com ênfase particular em jovens em situação de risco. Foram oferecidos treinamento vocacional e empresarial, educação corretiva para jovens, bem como abriu-se a possibilidade de acesso

a microfinanciamento. Uma atividade-chave nessa etapa é a identificação de empregos para os beneficiários do treinamento tanto no setor público quanto no privado. Além disso, o CSJ recrutou um “consultor de empreendedorismo” para ajudar os beneficiários a desenvolver vínculos com instituições nacionais de microfinanciamento, bem como apoiá-los no desenvolvimento de aplicativos e planos de negócios.

Por fim, foi previsto o desenvolvimento do serviço de prevenção da violência na comunidade, com o objetivo de financiar intervenções nas áreas como paternidade, controle da raiva e tomada de decisões. Um programa de justiça restaurativa foi testado em 10 comunidades CSJ que se concentravam na resolução de conflitos nas comunidades e na cura de relações hostis entre e dentro das comunidades. Esta atividade foi implementada através do Ministério da Justiça.

Na fase piloto, a grande maioria das atividades progrediu bem, com muitas metas sendo totalmente cumpridas ou significativamente excedidas. Isso demonstrou a capacidade do CSJP de cumprir metas e trabalhar com eficácia na comunidade. Houve alguns atrasos, principalmente na entrega dos dados de base e na pesquisa da comunidade. Isso ocorreu devido a atrasos no recrutamento de pessoal-chave na unidade de Pesquisa e Avaliação do MNS (responsável pela pesquisa de linha de base).

O impacto ambiental do CSJ não foi um objetivo principal do programa, no entanto, deve haver alguns efeitos ambientais. Ter bairros mais seguros, por exemplo, foi um resultado específico do programa e aumentou o acesso da população mais vulnerável aos serviços básicos, que são direitos ambientais fundamentais.

24 Para saber mais da intervenção, consulte na pasta o documento: “1.Jamaica_CSJ-Diagnostico_Implementacao.pdf”.

Na segunda fase do programa, o foco principal foi aumentar as oportunidades de emprego e empreendedorismo, fornecendo treinamento, colocação profissional, habilidades para a vida e facilitando o acesso a oportunidades de microfinanciamento. Dessa forma, para permitir que os membros das comunidades fossem mais protagonistas nas ações, foi realizada uma capacitação do Comitê de Desenvolvimento Comunitário. Este serviço visou capacitar os líderes comunitários e outras partes interessadas da comunidade para administrar os assuntos de sua comunidade e contribuir efetivamente para o desenvolvimento da comunidade. O CSJ fez parceria com o Departamento de Cooperativas e Sociedades Amigas para implementar sessões de treinamento e workshops para desenvolver as capacidades dos CDCs.

Além disso, foram construídos centros comunitários para facilitar os planos e atividades de desenvolvimento comunitário. Espaços comunitários selecionados, tais como parques, calçadas, projetos de saneamento também são reformados para melhorar o status da comunidade. Estes projetos foram desenvolvidos como um esforço de colaboração entre o CSJ e as principais partes interessadas da comunidade.

Para determinar qual nível de gestão e intervenção é o mais apropriado em cada contexto, as seguintes etapas foram desenvolvidas:

- (i) Fase de mapeamento (incluindo levantamento das responsabilidades legais, recursos, tipos de serviços disponíveis e capacidades humanas em nível local);**
- (ii) Estabelecimento das principais partes interessadas a serem envolvidas no projeto e nível de responsabilização (por exemplo, se o sistema educacional é administrado de forma centralizada e os currículos e a formação dos professores dependem do Ministério da Educação, o Ministério precisa estar envolvido para assegurar a coordenação entre as escolas);**
- (iii) Definição do tamanho e capacidades de diferentes níveis (os municípios têm tamanhos, recursos, desafios e capacidades diferentes; o nível de administração será provavelmente diferente para um pequeno município rural do que para uma grande cidade rica que coleta seus próprios recursos e tem secretários para cuidar de diferentes aspectos da administração local).**

Nota-se, assim, que o esquema de intervenção e gestão do projeto estava mais próximo de uma abordagem de baixo para cima. As comunidades foram direta e regularmente consultadas sobre a escolha das intervenções (a partir de uma lista pré-selecionada), e o CSJ respondeu gerenciando a organização

das atividades e a prestação dos serviços de acordo com isso. Além disso, o projeto fortaleceu a organização e a governança das comunidades, criando e apoiando comitês de ação comunitária.

25 Existem outras informações no site do programa: <https://www.csjp.gov.jm/about/component-descriptions#>; <https://www.csjp.gov.jm/search/node/CSJP%20II?page=1>; <https://www.csjp.gov.jm/node/113>; <https://www.csjp.gov.jm/node/92>; <https://www.csjp.gov.jm/node/79>.

Desafios encontrados e soluções possíveis

Durante a preparação do projeto, as equipes bancárias encomendaram análises institucionais que identificaram os pontos fortes e fracos das entidades participantes do projeto. Na fase 1 do programa, a análise institucional focalizou o Ministério de Segurança Nacional e Justiça (MNSJ) e enfatizou sua limitada experiência na execução de projetos financiados externamente. Já na fase 2, ao passar do modelo de prestação de serviços realizados por uma ONG para o modelo de organizações comunitárias, conseguiu-se identificar elementos centrais para intervenções que seriam implementadas pelos novos profissionais dessas organizações menos experientes.

As intervenções na primeira fase consistiram principalmente em educação corretiva, habilidades para a vida, educação paternal e treinamento vocacional ministrado por organizações não governamentais (ONGs). O projeto foi realizado mais rapidamente do que o esperado, em parte porque forneceu bolsas de estudo para jovens em risco (mais de 20% dos

recursos de empréstimo) e beneficiou-se de um alto grau de continuidade na equipe da unidade executora. Já na segunda, houve uma mudança para programas de bolsas de estudos e estágios para estudantes do nível médio e superior da cidade, mantendo as atividades anteriores, mas fornecendo-as cada vez mais através de organizações comunitárias.

O CSJP II ampliou o número de comunidades beneficiárias, ao reagrupar a prestação de serviços em nível comunitário (em vez de por área de especialização das ONGs), e passou a utilizar cada vez mais as organizações comunitárias. Assim, a seleção dos profissionais para a segunda fase foi baseada não na experiência, mas na eficiência e no custo.

No entanto, os resultados desta mudança na seleção dos profissionais dependem de mecanismos de treinamento e avaliação de desempenho que ainda não estavam claros no momento em que foi realizada a avaliação.

Gestão da iniciativa

A gestão foi executada pelo Ministério de Segurança Nacional e Justiça, que delegou a responsabilidade pela administração operacional e financeira à Unidade de Execução do Projeto (PEU). A PEU possuía mais de 120 funcionários em tempo integral — dos quais apenas 67 trabalhavam no componente de segurança comunitária do programa, o restante do trabalho foi desenvolvido em um programa de modernização do ministério. Isso inclui gestão, administração e finanças; todas as atividades relacionadas à comunidade são apoiadas pelos Oficiais de Ação Comunitária, que são geograficamente divididos em dois ambientes operacionais principais. O Oficial Sênior de Ação Comunitária supervisiona todo o trabalho comunitário, garantindo a consistência da abordagem em todas as comunidades-alvo.

O PEU se reporta ao Secretário Permanente do MNSJ. O programa também financia consultores temáticos específicos para algumas das principais atividades e resultados, como um especialista em colocação de empregos para liderar a identificação de oportunidades econômicas para os beneficiários do programa.

O PEU foi responsável por: (i) preparar planos operacionais anuais, a serem revisados e aprovados; (ii) garantir o alcance dos resultados por meio do monitoramento de indicadores com o apoio do MNS; (iii) preparar e apresentar solicitações de desembolso ao BID e ao DFID e a correspondente justificativa de despesas; (iv) preparar e apresentar ao Banco as demonstrações financeiras anuais relativas às despesas do programa; e (v) manter um sistema adequado de arquivamento de documentação de apoio ao desembolso.

Avaliação e resultados²⁶

Dadas as condições socioeconômicas consolidadas em comunidades marginalizadas, não é realista esperar que todos os problemas possam ser resolvidos em todas as comunidades dentro de um período de três anos. Alguns desafios (falta de emprego, estigma, falta de confiança e respeito pela polícia) se estendem por gerações e levará tempo para reverter o impacto negativo. O programa visa catalisar a reversão, capacitando comunidades e indivíduos para que assumam a responsabilidade por si próprios.

Assim, para monitorar os resultados efetivos, criou-se uma Unidade de Pesquisa e Avaliação dentro do MNS. Os dados para monitoramento e avaliação foram coletados e processados rotineiramente e alguns deles são apresentados a seguir:

- O CSJ II financiou atividades de treinamento, incluindo bolsas de estudo para 9.000 estudantes de nível médio e superior, cursos de prevenção e contra a violência e de paternidade para 28.000 jovens beneficiários;
- Os índices de assassinatos e tiroteios diminuíram e a satisfação com a prevenção do crime aumentou;
- Sob o CSJ II, foi adotada a Política Nacional de Justiça Restaurativa; até 2014, 11 comunidades estão sendo atendidas por programas de justiça restaurativa, excedendo a meta original de 10;
- Um sistema de gerenciamento integrado entre agências foi totalmente implementado para permitir uma melhor coleta de dados e integração de informações de diferentes agências;
- Continuando uma linha de trabalho iniciada sob o CSJ I, mais de 50 Comitês de Ação Comunitária foram estabelecidos, ajudando as comunidades a estabelecer sistemas de governança e prestando uma variedade de serviços que vão do policiamento à coleta de lixo local. Isto provavelmente contribuiu para um aumento na satisfação dos residentes das comunidades do CSJ II com a prevenção do crime pela polícia (de 53% para 68% entre 2011 e 2013);
- Declínio nos números de crimes e violência entre 2009 e 2013. As taxas de assassinatos e tiroteios diminuíram 31% e 35,4%, respectivamente, nas comunidades de atuação do CSJ, em comparação com 29% e 26% a nível nacional. Apesar desse progresso, as metas iniciais para as comunidades do CSJ não foram atingidas;

²⁶ Para saber mais sobre a avaliação e os resultados, consultar na pasta do projeto os documentos: "2.Jamaica_CSJ-Avaliacao1.pdf" e "3.Jamaica_CSJ-Avaliacao2.pdf".

- **A seleção cuidadosa e a contratação anual de ONGs foram incentivos para a prestação de serviços de boa qualidade, juntamente com avaliações planejadas. Incluiu-se mecanismos eficientes de prestação de contas através de uma prestação de serviços específica;**
- **O modelo jamaicano reduziu as barreiras existentes entre beneficiários e prestadores de serviços: serviços e atividades foram diretamente organizados e fornecidos por ONGs, e depois por organizações comunitárias, e mais recentemente bolsas de estudo foram pagas diretamente aos beneficiários estudantes e instituições de ensino médio e superior para o pagamento das taxas. Assim, os prestadores de serviços eram diretamente responsáveis perante os beneficiários e as OCA/ACAO (pessoal do CSJ) nas comunidades. Entretanto, para ser eficaz, a prestação de contas deve ser orientada para a qualidade dos serviços. A este respeito, a nova modalidade de prestação de serviços da Jamaica II levanta algumas questões sobre a qualidade das atividades organizadas pelas organizações comunitárias, que não têm a mesma experiência e conhecimento que as ONGs.**

A maioria dos elementos presentes nas duas fases do CSJ permitiram que o programa fosse identificado como uma prática promissora. Em particular, a preparação participativa dos moradores permitiu uma alta adesão das comunidades, assim como um diagnóstico situacional sensível. Em um primeiro momento, o uso de organizações não-governamentais para realizar intervenções significou que já existiam profissionais treinados e protocolos baseados em habilidades para muitas das intervenções.

O número de ministérios envolvidos foi limitado a um ou dois e, em seguida, a presença de agentes comunitários identificando, motivando e acompanhando os beneficiários em nível comunitário provou ser uma característica muito valiosa do programa.

As intervenções financiadas pelo CSJ foram consistentes com as evidências disponíveis e a literatura especializada: parentalidade, atividades recreativas, educação corretiva,

treinamento vocacional, organização comunitária, policiamento comunitário. Entretanto, as intervenções podem ter sido menos relevantes do que poderiam ter sido porque os elementos centrais que as fizeram se tornar intervenções de prevenção da violência não foram identificados.

De fato, a menos que esses elementos centrais sejam claramente identificados, as intervenções podem acabar se concentrando apenas na infraestrutura, como aconteceu em Honduras e na Nicarágua — e a construção de infraestrutura esportiva por si só dificilmente será uma ferramenta eficaz de prevenção da violência. Na Jamaica, pelo contrário, a identificação dos elementos centrais impediu tais questões.

Interlocução com o governo de Pernambuco

Um grande feito desta prática é a integração e o empoderamento da própria comunidade para o desenvolvimento do programa. Tirou-se o protagonismo de ONGs e buscou-se fortalecer diretamente a participação dos moradores no estabelecimento de prioridades, no desenvolvimento de soluções e também na articulação com agências. A iniciativa aposta que dentre todas as atividades desenvolvidas, desde realizar a limpeza do centro comunitário, até empregar líderes comunitários na execução do projeto, envolver os moradores faz com que haja um senso de pertencimento ao seu território.

Os indicadores principais utilizados, apesar de amplos, podem dar pistas do que se pode gerar com o programa e podem auxiliar a pensar em informações que pode estar presente no Observatório:

- 1) Aumento no número de cidadãos que estão satisfeitos com a prestação de serviços locais;
- 2) Aumento do número de participantes que estão em empregos de longo prazo;
- 3) Aumento no número de pessoas que se sentem seguras nas comunidades-alvo;
- 4) Mais empregos e oportunidades disponíveis para cidadãos de comunidades marginalizadas. Sabe-se também que existem dificuldades em selecionar líderes comunitários, desafio também já enfrentado pelo governo de Pernambuco em outros projetos. Olhar as estratégias traçadas nessa iniciativa pode ser um meio de avançar nos projetos locais.

Dados de contato

Site: <https://www.csjp.gov.jm/about/services;>

[https://mof.gov.jm/mof-media/media-centre/press/2145-signature-ceremony-citizen-security-and-justice-program-iii.html.](https://mof.gov.jm/mof-media/media-centre/press/2145-signature-ceremony-citizen-security-and-justice-program-iii.html)

Prática 5. Mesa de Seguridad y Justicia

Cidade de Juárez, México (Programa municipal) - 2010 até os dias atuais

Resumo

É uma rede de articulação que reúne autoridades dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) e dos três poderes, além de cidadãos empenhados na construção de uma agenda comum de segurança e justiça. Assim, por meio do diálogo e da colaboração, constroem acordos e definem medidas de ação de âmbito local.

Os cidadãos exercem uma responsabilidade solidária participando na elaboração da agenda e no acompanhamento dos acordos. As Mesas de Segurança e Justiça - MSJ tiveram início em 2010 em Ciudad Juárez e até 2015 haviam sido replicadas em nove estados e 17 municípios.

Dados gerais

Anos de implementação: 2010 (Ciudad Juárez) até os dias de hoje.

Instituição responsável: Fundação México SOS.

Estratégia: Participação cidadã (setor privado) - coordenação interinstitucional.

Objetivo geral: Criar um ponto de encontro entre cidadãos e autoridades para construir uma agenda comum de segurança e justiça, além de trabalhá-la de forma sistemática. Sua eficácia consiste na geração de confiança entre cidadãos e autoridades, na corresponsabilidade que é gerada entre ambos e nos resultados concretos oferecidos aos problemas específicos de segurança e justiça locais.

Objetivos específicos:

1) Facilitar o diálogo e a cooperação entre cidadãos e Estado mediante funcionários de alto nível, responsáveis das áreas de segurança e justiça;

2) Promover os espaços de discussão local, gerando espaços de tomada de decisões sobre temas de segurança e justiça;

3) Elaborar relatório de informação sobre a situação criminal, em geral, e sobre os crimes de maior impacto;

4) Elaborar diagnóstico sobre a problemática da violência e da insegurança;

5) Formular propostas para a prevenção e contenção da criminalidade;

6) Criar mecanismos de consulta e monitoramento para acordos entre cidadãos e autoridades;

7) Identificar oportunidades para o fortalecimento das instituições locais de segurança e justiça.

Beneficiários: Comunidade, sem um grupo específico.

Fontes de financiamento: Através de doações, contribuições e fundos coletados dos mesmos empresários. No caso de Ciudad Juárez, é financiada pelo Trust for Competitiveness and Public Security (ficosec.org).

Origem da iniciativa

A Mesa de Seguridad y Justicia de Ciudad Juárez foi criada e começou a se reunir em um momento em que as condições de segurança no município haviam se deteriorado drasticamente. O mesmo pode ser dito das MSJs em Michoacán, Veracruz e Tampico. Em todos os casos, as primeiras iniciativas surgiram da percepção de que as soluções tradicionais implementadas estavam esgotadas e não seriam capazes de gerar mais resultados. Para os empresários, atingidos por crimes de alto impacto econômico, por exemplo, a "segurança privada" não era mais uma opção viável porque não podia crescer no ritmo das ameaças. Além disso, a penetração do crime nos governos locais e a desconfiança generalizada em relação às instituições também inviabilizavam que o Ministério Público fosse acionado por meio de denúncia.

No caso de Ciudad Juárez, a violência começou a aumentar em 2008 e em 2010 foi a mais violenta do mundo²⁷. Neste contexto, o governo nacional (Calderón) implementou o "Todos Somos Juárez", um programa que vinculou secretários federais e cidadãos através de mesas redondas temáticas. Este exercício também forçou as instâncias municipais a participarem mais ativamente.

A partir do grupo formado pelo Comitê Médico Cidadão, o Observatório Juarez e Todos Somos Juárez, a Mesa-Redonda de Segurança foi formada e coordenada pela iniciativa privada. Já em Michoacán, Veracruz e Tamaulipas (Tampico), em coordenação com o SOS do México, as organizações empresariais locais serviram de plataforma para gerar as primeiras iniciativas.

Em Michoacán, a estrutura foi oferecida pela Fundación Ciudadana para el Desarrollo Integral de Michoacán (Fucidim), uma organização empresarial dedicada a promover o desenvolvimento local. Em Veracruz e Tampico esta função foi cumprida pelos conselhos empresariais locais.

A Fundação México SOS participou como o principal promotor do modelo, possuindo um papel ativo na identificação das lideranças locais e atuando como agente articulador com as autoridades locais e federais (eventualmente municipais).

Metodologia de intervenção²⁸

Dessa forma, a Mesa de Seguridad y Justicia foi elaborada a partir de alguns elementos centrais:

- a) Participação voluntária e direta de cidadãos de diferentes origens sociais;
- b) Interação direta entre cidadãos e funcionários dos três níveis de governo com responsabilidade pelas questões de segurança e justiça;
- c) Orientação prática para a solução de problemas de segurança e justiça locais;

d) Elaboração de um horizonte de ações de médio e longo prazo;

e) Foco local e regional para elaboração de diagnóstico e para propor intervenções.

É importante destacar a existência de quatro premissas fundamentais que norteiam todo o trabalho das reuniões plenárias e as ações estratégicas que delas resultam:

²⁷ Existe um diagnóstico disponível para o caso de Ciudad Juárez considerando dados como homicídio, sequestro, extorsão e impunidade. Mais detalhes podem ser acessados na pasta no documento: "1.Juarez_MSJ_Manual_Chihuahua" na página 93 e também no documento "2.Juarez_MSJ_Intervencao".

²⁸ Mais detalhes no documento: "1.Juarez_MSJ_Manual_Chihuahua", nas páginas 31 e seguintes, como também na página 57 e seguintes.

1) Fortalecimento institucional, que diz respeito ao cumprimento das responsabilidades de cada órgão do governo, de acordo com suas atribuições e competências, no combate ao crime;

2) Ajuste das operações, que corresponde ao ajuste operacional dinâmico baseado na autoavaliação constante, para fortalecer ações e programas eficazes e também para eliminar aqueles que não contribuem para a realização dos objetivos;

3) Modernização tecnológica, que envolve reconhecer a urgência da situação em Ciudad Juárez e, assim, investir os recursos tecnológicos, econômicos e técnicos necessários para garantir o sucesso da estratégia;

4) Participação cidadã, que se refere à colaboração da sociedade diretamente sobre questões de segurança, contribuindo com ideias, perspectivas e elencando prioridades baseadas na experiência da realidade social.

Passo a passo da implementação

Para implementar a MSJ, primeiro é definido um coordenador que fica responsável por conduzir as plenárias e orientar os trabalhos dos comitês. A escolha do primeiro coordenador é feita através de consulta entre a SOS do México e os cidadãos interessados em promover o projeto. A eleição dos coordenadores subsequentes é de responsabilidade dos cidadãos membros da MSJ.

São convidados para participarem das Mesas líderes locais reconhecidos com interesse na questão da segurança e justiça, como empresários, comerciantes, agricultores, acadêmicos e outros trabalhadores. Além disso, a maioria das MSJs tem uma Secretaria Técnica responsável pelos assuntos administrativos, chamadas e gerenciamento das agendas, atas e acordos das sessões plenárias.

Para viabilizar as discussões entre os participantes, são feitos dois tipos de reunião: de comitês e plenárias. Nas reuniões plenárias, com a presença de todos os membros, ocorrem as decisões sobre os principais temas que precisam ser aprofundados. Já os comitês são grupos de trabalho menores que se baseiam em torno dos eixos, acordos e objetivos estabelecidos nas sessões plenárias.

A realização da MSJ segue princípios e regras previamente acordados:

- **Confidencialidade:** é proibido aos membros da Mesa divulgar assuntos que são tratados internamente;
- **Proibição de receber e utilizar recursos públicos:** busca evitar qualquer tipo de conflito de interesses que possa minar a legitimidade da MSJ e afastar quaisquer condições que limitem a autonomia dos cidadãos. Acredita-se, assim, que a presença de dinheiro público no MSJ poderia inibir expressões críticas e acabaria por funcionar como um mecanismo de cooptação que poderia distorcer a natureza da participação do cidadão.

Até 2019, a diretoria de Ciudad Juárez ainda estava em funcionamento²⁹.

29 <https://www.elheraldodejuarez.com.mx/local/mesa-de-seguridad-ha-logrado-sobrevivir-noticias-de-ciudad-juarez-violencia-inseguridad-homicidios-4563451.html>

Desafios encontrados e soluções possíveis

Alguns desafios foram mapeados ao longo da implementação do programa:

- A fragilidade econômica da MSJ é um sinal de falta de coesão interna que afeta a capacidade de ação coletiva dos cidadãos e pode eventualmente enfraquecê-los em relação às autoridades;
- A MSJ considera que as ações selecionadas precisam ser baseadas em evidências. Entretanto, não tomaram medidas no sentido de acompanhar suas ações com medições de seu desempenho e impacto;
- As MSJs enfrentam o desafio de mudanças nos governos federal, estaduais e municipais, bem como a rotação de funcionários e representantes dos poderes legislativo e judicial. Sua continuidade nestas circunstâncias reflete a força do modelo e seu alto potencial de replicação. Solução: Durante o processo eleitoral, os cidadãos puderam acrescentar o apoio de seus candidatos ao modelo MSJ e isto facilitou a continuidade do modelo;
- Existe um desafio de diversificar a participação de cidadãos nas Mesas. A homogeneidade interna promove a coesão dos cidadãos e contribui para a eficiência da MSJ no curto prazo, mas a longo prazo pode se tornar um obstáculo porque não representaria o problema de segurança local. A própria experiência das MSJs mostra uma solução possível: o trabalho em rede a nível local. As MSJs com forte presença comercial podem se mover em duas direções: integrar representantes de outras esferas sociais e fortalecer os laços de cooperação com atores e instituições locais.

Avaliação e resultados³⁰

Este programa não possui uma avaliação sistematizada, mas possui uma série de informações sobre o processo histórico da iniciativa que podem ser consultadas com mais detalhes nos documentos anexos.

As contribuições práticas da MSJ, relacionadas a sua contribuição para a construção de um ambiente social mais seguro e menos violento, podem ser melhor compreendidas se forem analisadas a partir das seguintes perspectivas:

- **Destas iniciativas foram apresentadas propostas para: a) a prevenção e contenção do fenômeno criminal; b) a criação de mecanismos de consulta e acompanhamento dos acordos alcançados por membros da MSJ e por autoridades locais, estaduais e federais; c) a identificação de oportunidades para fortalecer as instituições locais de segurança e justiça;**
- **As medidas diretas implementadas pelo MSJ incluem ações para fortalecer as forças policiais locais (Apatzingán e Tampico), mudanças nos modelos de operação policial [adoção de quadrantes (Morelia)], uso de novas tecnologias para prevenção situacional [câmeras (Coatzacoalcos e Xalapa)], programas de prevenção social (Uruapan), promoção de uma cultura de denúncia e criação de espaços de interação entre oficiais de segurança e cidadãos (Morelia);**
- **A partir da multiplicação de nossas organizações na República, em 2014 criamos a Rede Nacional de Mesas de Segurança e Justiça durante o primeiro encontro nacional da MSJ.**

³⁰ Para saber mais, acessar o documento: "2.Juarez_MSJ_Intervencao".

Interlocução com o governo de Pernambuco

Esse modelo de programa traz algumas ideias interessantes de como mobilizar a sociedade para se engajar na discussão e na implementação de ações diretas de prevenção da violência. Sabe-se que os resultados alcançados com programas de prevenção são maiores quando se tem a participação direta de membros da comunidade trazendo informações para diagnóstico, pensando em soluções e ajudando a implementá-las.

Neste sentido, existem alguns elementos elencados com as práticas das MSJs podem servir de subsídios caso haja interesse do estado de Pernambuco em viabilizar essa iniciativa:

- A decisão política local e/ou federal de apoiar o MSJ é de suma importância porque envia um sinal claro da vontade do governo de cooperar com o modelo;
- A formação de alianças está relacionada com o acima exposto. Os cidadãos interessados em participar da prevenção, segurança e justiça precisam se conectar com outros atores (governamentais e não governamentais) para ter acesso aos meios e recursos necessários para promover suas iniciativas;
- O papel da México SOS foi destacado nesse sentido como de uma grande articuladora do modelo das MSJs. Outras organizações civis nacionais também podem assumir esse papel;

- A relevância da MSJ aumenta quando atrai a participação dos tomadores de decisão;
- É importante que isso ocorra a partir de uma organização independente de partidos políticos e não receba recursos nenhum do governo. Isto permite que aumente a capacidade de que haja liberdade dos membros para se expressar e agir, evitando condicionamentos e conflitos de interesse com as autoridades governamentais.

Dados de contato

E-mail: info@mesadeseguridadchihuahua.org.

Site: <http://mesadeseguridadchihuahua.org/mesas-de-seguridad>.

Prática 6. Programa de Controle de Homicídios do Estado de MG - Fica Vivo!

Minas Gerais, Brasil (Programa estadual) - 2003 até os dias de hoje

Resumo

Um dos mais famosos programas de prevenção da violência juvenil, o Fica Vivo atua na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, em áreas que registram maior concentração desse fenômeno no estado de Minas Gerais. O programa adotou uma abordagem abrangente que articula dois eixos de atuação:

1) Proteção Social: com redes locais de assistência não governamentais; e

2) Intervenção Estratégica: reunindo agentes da lei e justiça criminal. Aos poucos ganhou mais vigor com a implantação dos programas Mediação

de Conflitos, Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp), da Central de Penas Alternativas (Ceapa) e, mais recentemente, do Se Liga e do Selo de Prevenção Minas. De 2009 a 2014, após a ampliação, o programa registrou uma redução de 69% nos homicídios. Atualmente, existem 45 intervenções em todo o estado, pelo menos 11.000 jovens atendidos por ano, com mais de 180.000 casos de mediação de conflitos realizados.

Dados gerais

Anos de implementação: de 2003 até os dias de hoje.

Instituição responsável: Governo local.

Estratégia: Plano Integral de Segurança Cidadã.

Objetivo geral: Contribuir com a prevenção e efetiva diminuição da criminalidade e violência por meio de ações, programas e projetos de prevenção à criminalidade, com foco em grupos de pessoas mais vulneráveis a processos de criminalização e em territórios de maior concentração de homicídios, na faixa etária de 12 a 24 anos, bem como consolidar a filosofia de policiamento comunitário, prevenção ativa e segurança cidadã, viabilizando maior interação entre a sociedade, o sistema de justiça criminal e o sistema de defesa social, no estado de Minas Gerais.

Objetivos específicos:

1) Problematizar questões de segurança pública, em especial, a letalidade juvenil, corresponsabilizando poder público e sociedade civil pelo desenvolvimento de ações de proteção social;

2) Favorecer a realização de ações de repressão qualificada e desenvolver ações de proteção social, articulando-as a partir de uma concepção de prevenção à criminalidade;

3) Atender jovens de 12 a 24 anos, nas regiões onde o Núcleo de Prevenção à Criminalidade de base local está implantado.

Beneficiários: Jovens de 12 a 24 anos.

Fonte de financiamento: Em 2003, o financiamento e supervisão eram feitos por parte da Secretaria Estadual de Defesa Social, contando também com financiamento do Ministério da Justiça provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública, que aprovou projeto de expansão do Fica Vivo! e destinou ao programa, R\$ 5 milhões, utilizados ao longo daquele ano e em 2004 para levar o programa para outras áreas da cidade com altos índices de homicídios, prevendo pagamento de oficinas, contratação de técnicos, mobiliário, equipamento, viaturas para o GEPAR e Polícia Civil. A partir de 2004 o programa passa a contar com recursos próprios do Governo do Estado de Minas Gerais, que foram da ordem de 2,5 milhões de reais naquele ano, 5 milhões de reais em 2005 e 7 milhões de reais em 2006 e 2007. Em 2020, a previsão de gastos com o programa é de 35 milhões de reais.

Avaliação e resultados: O programa é um dos mais longos e mais bem avaliados do país, com mais de 17 anos de existência. Em setembro de 2006, o programa foi escolhido como um dos 48 finalistas do Prêmio Global de Excelência de Melhores Práticas para a Melhoria do Ambiente de Vida, criado pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – ONU-Habitat.

Origem da iniciativa

Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, teve um aumento de 171% no número de homicídios entre 1990 e 2001. Observou-se, ainda, que os crimes não se distribuem de modo casual no tempo, espaço, ou entre as categorias socioeconômicas. De um modo geral, a ocorrência de crimes violentos concentra-se nos dias de sexta-feira, sábado e domingo, no intervalo entre 19h e 1h, tendo como ponto máximo 21h. Os homicídios, de modo particular, ocorrem principalmente entre 20h e 22h30.

As vítimas e agressores coabitavam o mesmo espaço, sendo muitos dos homicídios resultantes de conflitos entre jovens que moravam em regiões próximas e acabavam se tornando rivais. Uma rivalidade inscrita na formação de gangues, na delimitação de territórios e em pontos de encontro e desencontro, que se tornaram o cenário de trocas de tiros e mortes.

Quanto aos autores, a maior parte deles tem entre 25 e 30 anos de idade, com média de 32 anos. Os homens constituem a maioria dos agressores (94,8%). As mulheres concentram-se nos crimes cometidos por passionalidade, correspondendo a 13,5% do total dos agressores. Os mais jovens

têm como principal motivação as drogas; os mais velhos matam por passionalidade. Motivos fúteis e vingança constituem as principais motivações de agressores na faixa etária em torno dos 30 anos. Quando se analisa o perfil das vítimas, observa-se que os homens correspondem a 79,5% das vítimas. Há, ainda, um padrão espacial na ocorrência de crimes ocorrendo no início da década, com concentração basicamente em seis das 81 favelas existentes na cidade.

Preocupados com esse fenômeno, o Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (Crisp/UFMG) propôs ao Comando da Polícia Militar e à Chefia da Polícia Civil um curso sobre experiências de programas de controle de homicídios. Ao final do curso, os participantes destacaram quatro níveis de problemas (institucional, organizacional, comunitária e individual) e definiram estratégias para atuar em cada um deles. O processo foi responsável pela criação do Programa Controle de Homicídios, posteriormente denominado Fica Vivo, que passou a ser coordenado pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Minas Gerais.

Foi montado um grupo de trabalho composto por lideranças comunitárias, gestores públicos locais, representantes de organizações não governamentais, empresas e representantes da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (chamado de grupo de mobilização comunitária) e também por representantes do poder público composto por membros do Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil, Judiciário e a UFMG (chamado grupo de intervenção estratégica). Esse grupo ficou responsável por estruturar o programa que seria implementado.

Para testar a metodologia de intervenção, o local escolhido para sediar o projeto piloto, foi o aglomerado denominado Morro das Pedras, situado na região Oeste de Belo Horizonte numa área acidentada que, outrora, abrigou uma pedreira e um aterro de lixo urbano e que contava com cerca de 18 mil habitantes em 2002. O local apresentava alta visibilidade por ser uma área com alta incidência de homicídios e pelo fato de a mesma contar com uma rede de aparelhos públicos locais e de uma série de iniciativas da sociedade civil, que em muito facilitariam a implementação do modelo proposto.

Em agosto de 2002, as estratégias do programa foram colocadas em prática na região com uma série de ações voltadas para a comunicação: ações de natureza policial para prisão de homicidas, ações de inteligência policial e a instituição do Grupo de Policiamento Especial em Área de Risco - GEPAR. Foi ainda constituído um Fórum da Comunidade como instância local de consulta, deliberação e acompanhamento das ações do programa. Além disso, organizou-se a oferta regular de uma série de oficinas (esporte, lazer, educação, saúde, dança, grafite, profissionalização) que têm como público alvo moradores de 12 a 24 anos e que contemplam aproximadamente mil jovens da comunidade.

Foram também criados grupos de trabalho voltados à solução de problemas locais no campo da saúde, educação e inserção produtiva. Os excelentes resultados no curto prazo do programa (redução em 47% dos homicídios em 12 meses e adesão da comunidade ao mesmo) levaram a institucionalização do Fica Vivo pelo governo do estado de Minas Gerais como um de seus programas estruturantes em 2003 (BEATO, 2005).

Metodologia de intervenção

Após a elaboração do piloto, no ano de 2003, o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! foi instituído por meio do Decreto nº 43.334/2003. O programa foi elaborado a partir de dois eixos: Proteção Social e Intervenção Estratégica.

O eixo Proteção Social se constitui a partir de ações de atendimento e de trabalho em rede. Os atendimentos são destinados a jovens na faixa etária de 12 a 24 anos e visam favorecer a construção de modos de vida distintos do envolvimento direto com a criminalidade. O trabalho em rede objetiva incluir na pauta de discussão o tema da prevenção à criminalidade.

Os atendimentos são realizados através dos seguintes instrumentos: oficinas de esporte, cultura e arte; projetos locais, de circulação e institucionais; atendimentos psicossociais individuais dos jovens; grupos de jovens; e

promoção de Fóruns Comunitários. Além disso, o programa articula junto à rede de proteção social os encaminhamentos de adolescentes e jovens.

A ideia inicial era de que o programa seria de responsabilidade dos municípios, mas isso não se concretizou. A execução do programa ainda hoje é de competência do estado.

O eixo Intervenção Estratégica tem como objetivo articular e promover a integração dos órgãos do Sistema de Defesa Social e Justiça Criminal com vistas a prevenir e a reduzir conflitos e rivalidades violentas, por meio da ampliação das ações realizadas nas áreas de abrangência do programa. Foi prevista a articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - Sejustp, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário e órgãos municipais

de segurança pública. Esse eixo contempla a operacionalização do Policiamento Preventivo Especializado, realizado pelo Grupo Especial de Policiamento em Áreas de Risco da Polícia Militar - GEPAR. Além disso, contempla também a realização de estudos técnicos e capacitações dos representantes das instituições do sistema de Justiça criminal.

Passo a passo da implementação³¹

O funcionamento do programa teve início com uma série de atividades voltadas para a comunicação, visando informar os moradores sobre as ações do programa e suas características, sinalizar aos criminosos que os homicídios não seriam mais tolerados como forma de resolução de conflito e estimular a participação da comunidade. Isso ocorreu por meio da fixação de cartazes, distribuição de folhetos, palestras nas escolas, reuniões na comunidade e vinhetas na TV.

Em seguida, iniciaram-se ações de intervenção estratégica, executadas pela Secretaria de Defesa Social, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e Judiciário. Esse grupo passou a expedir mandados de busca e apreensão, mobilizar a polícia militar e civil para apreensão de pessoas procuradas pela justiça, particularmente homicidas, realizar ações de policiamento velado e investigativo, operações de revista e apreensão de armas, e ocupação policial dos pontos de tráfico por tempo indeterminado quando da ocorrência de homicídios.

A finalidade dessas ações foi buscar cumprir a lei, garantir segurança para a comunidade e dificultar o comércio de drogas.

Outra tarefa desenvolvida foi realizar o levantamento de gangues, identificando quem são seus membros e apresentando organogramas com a ligação entre eles e o território de atuação. Foi ainda instituído um

Grupo de Policiamento Especial em Área de Risco (Gepar), composto por policiais militares que buscavam interação permanente com a comunidade, sendo realizadas oficinas e eventos (esporte, cultura, lazer, cidadania, saúde e profissionalização), com foco nos moradores de 12 a 24 anos, e criados grupos de trabalho voltados à solução de problemas locais no campo da saúde, educação e inserção produtiva. Procurou-se identificar uma possível rede de proteção social e estabelecer fluxos para sua utilização.

Já as ações de cunho social do programa passaram a ser realizadas em regiões previamente definidas e que receberam um equipamento de base local — o Núcleo de Prevenção à Criminalidade. Tais ações são realizadas por uma equipe composta basicamente por dois técnicos (formados em psicologia, serviço social, ciências sociais ou pedagogia) e dois estagiários. Além disso, são contratadosicineiros para realizar as oficinas nos locais.

As oficinas foram estratégias traçadas para realizar a aproximação e atendimento aos adolescentes e jovens a partir de temas de interesses deles, tais como aspectos criminais, culturais, sociais, históricos e geográficos. Elas são implantadas em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade, promovendo discussões de temas relacionados à cidadania, aos direitos humanos e à participação social.

Cada Núcleo tem em média 25 oficinas, com participação de 20 a 25 jovens em cada. A carga horária mensal de umicineiro é de 28 horas, divididas em 20 horas de oficinas e 08 horas de reuniões coletivas e/ou individuais com os técnicos do programa. Osicineiros recebem por oficina.

31 Para saber mais, acessar na pasta o documento elaborado pela Superintendência de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social: "Fica-Vivo_Sistematizacao_Metodologica.pdf".

O atendimento realizado pelo oficineiro³², que se diferencia de um técnico, tem destaque por estar relacionado a um ofício e por um saber que lhe são próprios. Os oficineiros são homens e mulheres selecionados que, em muitos casos, já tinham uma atuação em suas comunidades, ensinando atividades de cultura, arte, esportes e qualificação profissional antes do Fica Vivo!.

É por meio da institucionalização desse ator chave que o programa garante o processo de construção de vínculos sociais e de afeto com as comunidades, essencial para a prevenção da criminalidade. Os técnicos, apesar de serem pessoas comprometidas com o trabalho, com os direitos humanos, de contarem com muito conhecimento e desejo de construir algo novo, em sua maioria, não residem no local e só aos poucos constroem relações de confiança com os moradores. Quando as conquistam, em muitos casos, infelizmente, já não podem permanecer, pois não encontram um plano de carreira promissor. Como se não bastassem as interrupções da política ao longo dos 15 anos, aliadas aos frequentes remanejamentos, rodízios e desligamentos de profissionais dessas equipes, importantes construções de vínculos de confiança com a população dos territórios acabam sendo desarticuladas. Diante desse panorama, os oficineiros fizeram e fazem a diferença agindo como mediadores naturalmente comunitários de conflitos.

Os programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos têm base em bairros, vilas e favelas que apresentam índices elevados de homicídios. Posteriormente, foram elaborados também uma série de programas que possuem bases municipais para fortalecer a Prevenção no Estado. São eles:

- Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional - PrEsp, que tem como objetivo principal propiciar o acesso a direitos e promover condições para a inclusão social de homens e mulheres egressos do sistema prisional;

- Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - Ceapa, tem como objetivo contribuir para o fortalecimento e consolidação das alternativas à prisão no Estado de Minas Gerais, pautando ações de responsabilização com liberdade;

- Programa Se Liga, um serviço de acesso à cidade e à rede de proteção social, ofertado após o cumprimento da medida socioeducativa, que tem como objetivo contribuir com o reencontro do adolescente/jovem com a liberdade, acolhendo seus impasses, construindo com ele suas escolhas e alternativas que o governo consiga sustentar. Ressalta-se que o Se Liga não é uma “continuidade” da medida socioeducativa, sendo um programa de livre participação em que o egresso pode ser acompanhado por até um ano. Cada adolescente/jovem pode escolher de que forma irá participar do programa a partir do que é construído nos atendimentos individuais e considerando os eixos: saúde, profissionalização, educação, família, lazer, trabalho, renda, entre outros;

- Selo de Prevenção Minas, uma iniciativa da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade – Supec que, em parceria com as prefeituras municipais, visa contribuir para a criação e o fortalecimento de políticas públicas direcionadas à redução e prevenção à criminalidade e às violências locais, a partir do apoio técnico e metodológico da Supec/Sejusp. O programa, que iniciou suas atividades em 2019, capacita os municípios em prevenção à criminalidade e estimula a mobilização e a participação social, construindo coletivamente ações no âmbito dos fatores geradores de violências, e está estruturado em dois eixos: o Selo Prevenção Minas Certifica e o Selo Prevenção Minas Em Curso.

³² Existe um artigo escrito especificamente sobre o papel dos oficineiros do Fica Vivo!, que pode ser acessado pelo link: <https://www.justificando.com/2020/07/30/o-papel-dos-oficineiros-do-fica-vivo/>.

Desafios encontrados e possíveis soluções

O programa apresenta desafios de diversas ordens que serão relatados abaixo a título de ilustração com informações que foram colhidas de uma tese de doutorado que avaliou o impacto do Fica Vivo! na comunidade (Silveira, 2007), bem como de um artigo no site Justificando sobre o papel dos oficinairos. Os documentos utilizados como base para a descrição deste tópico encontram-se na planilha em anexo.

O grupo de Intervenção Estratégica passou a se reunir regularmente com o objetivo de compartilhamento de informações sobre os principais criminosos atuando na área. Um dos grandes ganhos reconhecidos por todos os participantes teve a ver com a criação de uma dinâmica até então inédita entre as instituições participantes de compartilharem informações, planejarem e atuarem de forma articulada.

Na prática, estas ocupações não tiveram o impacto esperado e não puderam ser executadas conforme previsto, ou rotineiramente. Inicialmente, porque isto exigiria uma disponibilidade de efetivos superior às possibilidades orçamentárias e organizativas das forças policiais. As ocupações além de tudo são antipáticas, pois criam constrangimento para toda a comunidade. No caso específico do Morro das Pedras, onde ocorreu o piloto, resultaram em invasão de domicílios sem mandado por parte da polícia, num claro desrespeito a direitos constitucionais e em aplicação desnecessária da violência, colocando a comunidade contra a Polícia. Posteriormente, verificou-se ainda que estas operações, apesar do estardalhaço, eram pouco efetivas. Poucas armas e drogas foram apreendidas, assim como poucos infratores foram presos (quase sempre os de menor expressão), o que também desmoraliza a fórmula e a corporação policial diante da comunidade e da sociedade como um todo.

Em segundo lugar, as lideranças comunitárias que participaram das reuniões se posicionaram firmemente contra a ideia de operarem como “meninos de recado”, ou informantes da Polícia.

Nas primeiras reuniões das quais participaram, os líderes apresentaram suas opiniões sobre a atuação das polícias e das agências públicas locais, suas percepções quanto às causas da violência, suas agendas de reivindicações e suas propostas de soluções para os problemas locais (que não se resumiam à questão da violência) e seus medos, não se dispendo a serem meros avalizadores ou legitimadores da iniciativa estatal.

Na primeira fase, as ações da proteção social foram bastante tímidas com dificuldade por falta de recursos e por ausência de uma estrutura física que pudesse sediar o programa e ser referência para a comunidade. As oficinas e outras atividades de mobilização comunitária realizadas foram financiadas com recursos do município e de organizações não governamentais. Como foram realizadas de forma pulverizada, por agências públicas e ONGs diversas, não foi possível ter o número exato de jovens atendidos pelas mesmas.

O cenário da implementação do programa permaneceu com essa conformação até maio de 2003, quando o Fica Vivo foi institucionalizado. Em meados do primeiro semestre de 2003, ocorreu profissionalização do programa, começam a ser criadas as oficinas, é contratada uma técnica oriunda da comunidade e conhecedora da localidade para articular as ações de proteção social no plano local. É nessa época que se inicia a implementação de ações de proteção social que vem ao encontro das expectativas surgidas nos fóruns das comunidades e outros encontros com lideranças comunitárias. Havia, então, a reivindicação de que as ações de inclusão produtiva de jovens fossem incluídas no Programa de Liberdade Assistida e Oficinas.

As ações de inclusão produtiva foram articuladas em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, Clube de Diretores Lojistas – CDL e Estação das Profissões. Foram oferecidos “Curso de Empreendedorismo” para artesãos, comerciantes e produtores locais, informações

sobre o mercado de trabalho e orientações sobre elaboração de currículos e estágios para jovens cursando a 7ª série do ensino fundamental. Os patrocinadores custeavam transporte, material didático, lanche etc. Estas iniciativas foram bem-vindas na comunidade ao enfatizar a necessidade de geração de oportunidades de trabalho que deem aos jovens renda e acesso aos bens de consumo tão desejados, através de meios legítimos.

Contudo, a experiência defrontou-se com as contingências do cenário contemporâneo do mundo do trabalho, que inclui no seu núcleo duro (emprego com garantias de previdência social, alguma estabilidade e melhores salários), os bem escolarizados e detentores do capital cultural que lhes permita transitar no mundo globalizado, atender as exigências patronais de múltiplas habilidades, iniciativa, domínio de informática, se possível de uma segunda língua e habilidades de comunicação. Exigências que, obviamente, excluem a maior parte dos jovens da comunidade que devem se contentar com os postos de menor prestígio, salário e vantagens. Desta forma, cursos de jardinagem, panificação e pedreiro não pareciam muito atraentes aos jovens, dadas as expectativas de baixos salários, o que gerava uma grande evasão. Além destes fatores, outros motivos teriam interferido para o baixo desempenho dos jovens. Os técnicos apontam que também pesou fortemente o despreparo dos jovens para enfrentar as rotinas do mundo do trabalho.

Este mundo do trabalho é um universo de regras rígidas, de disciplina, de hierarquia, de submissão, de pontualidade, de prestação de contas e de responsabilidade. É o mundo do adiamento do prazer. Trabalha-se para ter salário no fim do mês, reconhecimento e prestígio depois de vários meses ou anos, muitas vezes às custas de sacrifícios e esforços.

Levando isso em consideração, para participar dos cursos foi dada prioridade na indicação de jovens em situação de risco em decorrência de vulnerabilidade social ou pelo envolvimento com gangues e/ou tráfico. Grande parte desses jovens não estão habituados às regras rígidas descritas acima, seja no trabalho, na

escola, ou na família e que, portanto, tiveram dificuldades de se ajustar à proposta, o que se constatou já nos cursos de capacitação através da alta evasão.

Outra possível explicação seria o despreparo dos professores destes cursos para estabelecer um vínculo com jovens de comunidades, o que também não facilita a adesão e compromete o desempenho destes jovens. As principais dificuldades residem no manejo dos déficits de escolarização destes jovens, em impor disciplina, no medo dos jovens e no preconceito em relação aos mesmos.

Quanto às primeiras oficinas, nas áreas de esporte, lazer, percussão, dança de rua, teatro, saúde e comunicação, a maioria ocorreu nos espaços das escolas públicas locais. Estas oficinas foram custeadas com recursos da prefeitura de Belo Horizonte, que otimizou a utilização de seus recursos na área, e com recursos de organizações não governamentais.

O grupo deicineiros foi composto por membros da comunidade e pessoas de fora da comunidade, recebendo 30 reais por hora/aula. Já nesse momento, surgiram os debates em torno da pertinência deicineiros externos à comunidade.

Lideranças comunitárias desde o início defenderam ardorosamente a reserva de mercado de oficinas para moradores, como forma de capitalizar a comunidade deixando os recursos do programa com a mesma e também sob o argumento de que apenas os membros da comunidade seriam capazes de fomentar uma identidade positiva para a favela, além de terem mais facilidade de fazer interlocução com os jovens.

Já a participação no Programa de Liberdade Assistida se deu através do encaminhamento pela Justiça de jovens da comunidade cumprindo medidas socioeducativas para aquele programa, onde recebiam assistência psicológica, social e eram integrados às oficinas de Comunicação do Fica Vivo, onde faziam a cobertura dos eventos na comunidade e produziam inserções para a programação da Rádio Comunitária local.

A partir desse ponto, ocorreram modificações paulatinas no processo de implementação. O número de oficinas cresceu e em junho de 2004 foi inaugurado o Núcleo do Fica Vivo! em instalações na comunidade cedidas pela Sociedade Cruz de Malta. Isto permitiu a ampliação do número de profissionais e uma referência física do programa dentro da comunidade. Contudo, a localização na fronteira sudeste do aglomerado dificulta o acesso de grande parte dos moradores, fato ao qual os técnicos e membros da comunidade atribuem uma frequência baixa às instalações e reuniões organizadas no Núcleo.

Além disso, desde 2005 o programa Fica Vivo! atende a comunidade da favela da Ventosa, igualmente violenta e vizinha ao Morro das Pedras e da qual o atual Núcleo fica bastante distante. Como as previsões do primeiro financiamento para o programa não permitiam pagamento de aluguel, ocorreu a necessidade de identificar uma instituição que cedesse espaço. Atualmente, a SEDS pode custear aluguéis, mas se defronta com a ausência de instalações adequadas e legalizadas na favela, que possam abrigar o Núcleo de Prevenção. Estas instalações devem ainda atender ao requisito de se localizarem em uma região que facilite o acesso de todos os usuários.

Ao longo deste período, observou-se ainda uma inversão. Se o programa foi implementado sob a marca da intervenção estratégica, particularmente das ações policiais, ao longo do tempo estas ações perderam um pouco da visibilidade para as ações de proteção social. No plano local, as frequentes trocas de comando, oscilações no número e rotatividade de policiais do grupo do GEPAR provocaram também oscilações na atuação do grupo.

Do ponto de vista da proteção social a atividade mais importante e visível que tem sido realizada é a oferta de oficinas para jovens. As oficinas para jovens entre 12 e 24 anos foram selecionadas através de um processo público de inscrição de projetos junto ao Núcleo do Fica Vivo. Os oficinairos são remunerados mensalmente com o compromisso de oferecerem 20 horas mensais de atividades para grupos de até 30 jovens e de adquirir material para as oficinas.

Por fim, com a Pandemia, toda a política de prevenção à criminalidade foi ameaçada de completa interrupção logo nos primeiros dias. Após uma intensa mobilização social, especialmente travada pelos oficinairos, alguns dos centros permaneceram em funcionamento. Por enquanto, parte dos técnicos e da coordenação continuam vinculados ao programa, ainda que com estratégias de trabalho diferenciadas (como a alternância entre o trabalho remoto ou presencial e com carga horária reduzida em parte do período de isolamento social). Porém, ao contrário do que ocorreu com os oficinairos, seus salários não foram reduzidos de forma permanente.

Uma alternativa apresentada por profissionais do CRISP-UFMG foi que, uma vez que os contatos entre os analistas do programa e a comunidade se tornaram menos frequentes, identificaram que seria por meio do trabalho dos oficinairos que a informação fluiria de forma mais efetiva. Os oficinairos poderiam apoiar na construção de projetos públicos de suporte à população mais vulnerável à crise gerada pela pandemia, como por exemplo no desenho de medidas de prevenção possíveis de serem aplicadas nos territórios, onde medidas sanitárias como distanciamento social parecem menos viáveis. Além disso, poderiam acompanhar e intervir sobre as dinâmicas de conflito e, por vezes, de criminalidade que ocorrem nas regiões onde o programa atua.

Afinal, com menos oportunidades de emprego (formal ou informal) as atividades ilícitas podem se apresentar como alternativa econômica ainda mais evidente nessas comunidades, principalmente para adolescentes e jovens. As forças policiais, sob o pretexto de atuarem na garantia das medidas de isolamento, podem estar agindo com mais violência em regiões periféricas das cidades, principalmente após a ausência das demais instituições de proteção social que costumavam estar presentes nesses territórios.

Os profissionais tiveram que reinventar o trabalho para lidar com a nova realidade, já que os efeitos nocivos da violência não foram suspensos durante a pandemia de Covid-19, muito pelo

contrário, algumas violências acabaram se acentuando. Os atendimentos presenciais se transformaram em ligações e conversas de WhatsApp, as reuniões com a rede de proteção social, discussões de caso e reuniões temáticas com a população viraram vídeo conferências. O problema é que grande parte da população atendida pelos programas não tem condições efetivas de acessar as ferramentas que possibilitam o trabalho virtual.

Osicineiros, novamente, seriam atores estratégicos para minimizar os impactos da mudança no formato de trabalho, mas a eles não foi dada a possibilidade de discutir formas alternativas de trabalho, como ocorreu com milhões de trabalhadores mundo afora. Tudo

segue se adaptando aos novos formatos, ao passo que os programas, que mesmo com dificuldades ainda faziam um bom trabalho, são desmontados sem ampla discussão com os mais afetados que, como sempre, são “a ponta”, estão na linha de frente.

Ainda que essa não seja uma solução definitiva para a questão do vínculo dosicineiros, é imprescindível que ao menos a sua participação no período de pandemia, durante a suspensão das atividades, seja revista. Tanto para a manutenção da sua ajuda de custo quanto para que prossiga construindo seu importante papel na vida da juventude das periferias de Minas Gerais.

Gestão da iniciativa

O programa conta com uma estrutura administrativa que conta com a seguinte configuração:

1) Coordenação Geral - que tem como atribuição estabelecer as diretrizes gerais do programa, coordenando, avaliando e acompanhando a execução. Formada por representantes da Secretaria de Estado de Defesa Social; do Tribunal de Justiça do Estado; da Assembleia Legislativa; do Ministério Público; da Polícia Militar; da Polícia Civil; da Secretaria de Desenvolvimento Social; da Secretaria de Educação; do CRISP; e membros convidados;

2) Coordenações Municipais - dividida em grupo de proteção social e grupo de ações estratégicas de Intervenção, que tem como atribuição planejar, coordenar e executar as ações do programa. Sendo que cada grupo de trabalho específico é formado em cada município contemplado pelo programa;

3) Fórum Municipal - instância que reúne todos os envolvidos no programa com objetivo de monitorar e avaliar os resultados, bem como propor novas estratégias e ações necessárias;

Avaliação e resultados³³

O Programa Fica Vivo! se destaca em diversos aspectos na área de Segurança Pública Baseada em Evidências no Brasil. O programa segue como pioneiro no modelo em que foi elaborado, após a realização de pesquisas detalhadas, e também pelo fato de ter partido de uma iniciativa de um Centro de Pesquisas, congregando diferentes órgãos públicos desde o seu início. Além disso, o programa foi implementado na forma de um piloto para avaliar os seus resultados e integrou ações de prevenção, de policiamento e de Justiça Criminal com foco específico em jovens participando de grupos violentos, nas comunidades com os maiores índices de violência.

O programa se destaca também pela sua longevidade, que já alcança 20 anos tendo sobrevivido a diferentes trocas de governo e sendo um dos raros programas de prevenção efetivamente institucionalizados dentro da Subsecretaria de Prevenção à Violência da Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais.

Peixoto, Andrade e Azevedo (2008a) fizeram uma avaliação econômica da aplicação do programa Fica Vivo!, em sua experiência piloto, na comunidade de Morro das Pedras, em Belo Horizonte, uma comunidade então com 23.611 residentes, onde o programa passou a ser aplicado a partir de 2002. Para isso, primeiramente os autores realizaram uma mensuração da efetividade do programa sobre a taxa de homicídios de cada setor censitário, entre 2004 a 2006, por meio de um desenho quase experimental, aplicando a metodologia de Diferenças em Diferenças com Pareamento por Escore de Propensão (Double Difference Matching - DDM) com base nas ocorrências georreferenciadas registradas pela PMMG e no Censo Demográfico 2000, utilizando na estimação do modelo o método dos Mínimos Quadrados Ordinários. O grupo controle foi selecionado entre os demais

setores censitários de Belo Horizonte que não receberam o programa, condicionado à taxa de homicídio por 100 mil habitantes nos semestres antes do início do Fica Vivo!. Os autores analisaram o efeito do programa em três períodos diferentes, do primeiro semestre de 2000 ao primeiro semestre de 2002, do segundo semestre de 2002 ao segundo semestre de 2003 e os seis semestres entre 2004 a 2006.

Peixoto, Andrade e Azevedo (2008a) avaliaram o impacto do programa Fica Vivo! sobre a taxa de homicídio por 100 mil habitantes semestral, utilizando os dados georreferenciados da Polícia Militar de Minas Gerais, em cada setor censitário das sete favelas do município de Belo Horizonte que receberam o programa Fica Vivo! até o ano de 2005. Para isso, os autores utilizaram dados dos anos 2000 a 2006 e realizaram um Pareamento por Escore de Propensão (Propensity Score Matching - PSM) com Diferenças em Diferenças (Double Difference - DD). Os autores utilizaram também dois grupos de controle, sendo o primeiro construído a partir de todos os setores censitários do município de Belo Horizonte (Base BH) e o segundo utilizando apenas os setores localizados em favelas do município de Belo Horizonte (Base Favela), realizando a análise em três momentos diferentes conforme o processo de expansão do programa: o primeiro tempo, entre o primeiro semestre de 2002 e o primeiro semestre de 2004, quando o programa existia apenas no território piloto de Morro das Pedras; o tempo dois, que vai do segundo semestre de 2004 ao primeiro semestre de 2005, quando o programa foi expandido e, o terceiro tempo, entre o segundo semestre de 2005 e o segundo semestre de 2006.

33 O programa conta com uma série de avaliações feitas por diferentes órgãos e com diversas vertentes. Todos os arquivos encontrados encontram-se na pasta do projeto.

Castro (2014) avaliou o impacto do programa Fica Vivo! sobre a taxa de homicídios por mil habitantes de cada setor censitário segundo os dados do Centro Integrado de Informações de Defesa Social da Polícia Militar de Minas Gerais (CINDS/PMMG), analisando separadamente os 1.934 homicídios ocorridos no estado em 2012 e os 2.034 homicídios de 2013. Para realizar a avaliação, foi utilizado o método de Propensity Score Matching (PSM), realizando o pareamento dos 1.129 setores censitários que receberam o programa em 12 municípios em comparação com outros 7236 setores dessas cidades, por meio do método de Kernel e estimação pelo método Probit.

Silva e colaboradores (2016) avaliaram o impacto do programa Fica Vivo! sobre os registros oficiais de homicídios, provenientes da Secretaria de Defesa Social, entre 1998 e 2015. Considerando que o programa foi implantado em diversas áreas da cidade de Belo Horizonte, a partir de 2005 o estudo avaliou dez anos de aplicação contínua do programa. Para isso, os autores realizaram um modelo de escore de propensão por meio do qual identificaram 510 setores censitários entre os 3.937 existentes, em Belo Horizonte, que se assemelhavam em diversas características sociodemográficas com os 566 setores censitários que receberam o programa.

Após essa etapa, os autores realizaram um método de diferenças em diferenças entre os grupos que receberam a intervenção, antes e depois, e os grupos que não receberam a intervenção, antes e depois, e identificaram que entre os anos de 1998 a 2004, nas áreas do Fica Vivo!, a incidência de homicídios foi crescente e, após o ano de referência da implantação do programa, os homicídios tiveram uma mudança a ponto de fazer com que a tendência geral ao longo dos dez anos assumisse um comportamento linear e descendente. Por outro lado, nas áreas

consideradas de controle, sem a adoção do programa, a tendência ao longo do mesmo período, é de crescimento constante, cujas médias de homicídios em cada setor censitário passaram de 0,076 em 1998 para 0,208 em 2015, ou seja, um crescimento de 273%.

Importante destacar que o programa é um dos poucos em Segurança Pública a ter uma avaliação de custo-benefício — Peixoto, Andrade e Azevedo (2008a) — ao qual identificou-se que, na análise mais conservadora, a taxa de retorno do Fica Vivo! é 1,99 reais para cada real investido e na estimação menos conservadora, a taxa de retorno do Fica Vivo! é de 2,41 reais, levando-se em conta apenas os homicídios, sem considerar outros crimes violentos e outros retornos positivos não mensurados, como a redução da evasão escolar.

Atualmente, o governo do estado de Minas Gerais monitora o programa com uma série de indicadores³⁴ listados a seguir:

34 Mais informações sobre este monitoramento pode ser conseguido na página de Transparência do Estado de Minas Gerais pelo link: <http://www.transparencia.mg.gov.br/planejamento-e-resultados/planejamento-e-monitoramento/programacao-execucao-ppag-programa/ppagprograma-programa-s/4/2018/1/20181691#prg=201840203>.

Indicador	Fórmula de cálculo	Periodicidade
Média de participação mensal de jovens no programa	$[(\text{Número de jovens atendidos no ano}) / \text{Número de meses}]$	Anual
Número de penas alternativas monitoradas	$[(\text{Número de alternativas penais em monitoramento no início do ano}) + (\text{Número de novas alternativas penais recebidas no ano vigente})]$	Anual
Número de Atendimentos no Programa Mediação de Conflitos	Somatório do número de atendimentos do programa no ano	Anual
Número de atendimentos realizados pelo PRESP	Somatório do número de atendimentos realizados no ano	Anual
Número de encaminhamentos do programa de mediação de conflitos para a rede de proteção	Somatório do número de encaminhamentos para a rede parceira, nos atendimentos de orientação para acesso a direitos, realizados no ano.	Anual
Percentual de cumprimento de penas alternativas penais	$(\text{Número de penas cumpridas no ano} / \text{Número de penas monitoradas no ano}) \times 100$	Anual
Percentual de solução pacífica em casos de mediação de conflitos	$[\text{Somatório do número de casos de mediação encerrados (integrantes dos eixos "atendimento individual" e "atendimento coletivo") que chegaram a acordo entre as partes envolvidas (formal, verbal ou perifericamente estabelecido)}] / [\text{Somatório do número de casos de mediação (integrantes dos eixos "atendimento individual" e "atendimento coletivo" encerrados}] \times 100.$	Anual
Relatórios das dinâmicas de violência e criminalidade nas áreas de atuação dos centros de prevenção à criminalidade	Somatório do número de relatórios das dinâmicas sociais de violência e criminalidade nas áreas de atuação dos centros de prevenção à criminalidade recebidos no ano	Anual

Interlocução com o governo de Pernambuco

O Programa de Redução de Homicídios - Fica Vivo! possui grande similaridade ao que já é desenvolvido por Pernambuco. A escolha de territórios para focar a atuação, a definição de público prioritário para participar das intervenções e a mescla das abordagens para se chegar nos jovens — como realização de oficina, atendimentos individuais e profissionalização — é o que pretende o programa Juventude Presente.

Nas lições trazidas pelo programa Fica Vivo! percebe-se que a implementação de programas de prevenção a homicídios no Brasil encontra dificuldades como:

a) precariedade dos sistemas de informação em segurança pública, com dados de qualidade questionável (falta de informações importantes como armas utilizadas, características de agressores e vítimas, circunstâncias dos eventos, etc.);

b) falta de diagnósticos sociodemográficos, econômicos, culturais, institucionais e do perfil da violência nas áreas que concentram maior número de eventos;

c) inexperiência em programas de prevenção na área de segurança pública;

d) escassez de profissionais com experiência na implementação e gestão de programas preventivos;

e) concentração de homicídios em áreas cujas populações apresentam pequena capacidade de mobilização e organização para demandar soluções no plano das políticas públicas para o problema;

f) resistências à integração entre os atores institucionais responsáveis pelo planejamento e implementação de ações de prevenção, as quais envolvem agências públicas e privadas de setores diferentes; g) grande pressão por destinação de recursos para políticas tradicionais de natureza meramente repressiva.

De uma forma geral, programas de prevenção à violência, particularmente homicídios, concentram medidas cuja natureza pode ser caracterizada como de prevenção secundária. Tal natureza se justifica na medida em que os riscos de vitimização por homicídios não se distribuem homogênea pela sociedade. A focalização de esforços em populações mais vulneráveis permite a otimização de recursos e a obtenção de melhores resultados em tempos mais curtos.

Até hoje, a duras penas, o braço da proteção social do Fica Vivo! ainda está presente. O projeto parece se estruturar a partir do trabalho de equipes compostas por coordenação e técnicos que tem como função o atendimento à população juvenil, oferecendo escuta, possibilitando pensar possibilidades para as questões de conflito, mediar relações e, em alguma medida, intervir sobre as dinâmicas locais de criminalidade, evitando violências.

Dados de contato

Telefone: (31) 3422-5693 / 5567.

Site: www.seguranca.mg.gov.br/2013-07-09-19-17-59/2020-05-12-22-29-51/programas-e-acoas.

Prática 7. Sistema Integrado de Informação para Políticas de Convivência e Segurança Cidadã

Honduras (Programa nacional) - 2014 até os dias atuais

Resumo

O programa refere-se ao desenvolvimento de uma série de Observatórios, alimentados com dados de diferentes órgãos, que permite identificar locais que concentram uma maior proporção de crimes e fatores de risco, bem como reconhecer grupos populacionais mais afetados pela violência e criminalidade.

O objetivo dessa iniciativa é gerar análises de dados multissetoriais, de forma a possibilitar que os insumos sejam utilizados na tomada de decisões multinível, desenvolvendo políticas públicas em matéria de convivência e segurança cidadã.

Dados gerais

Anos de implementação: 2014 até os dias de hoje.

Instituição responsável: A Subsecretaria em Assuntos Interinstitucionais da Secretaria de Segurança, o Centro de Informação do Setor Social - CENISS, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - Usaid, através do Projeto Regional Infosegura.

Estratégia: Estatísticas, Índice de Priorização Territorial, Análises Situacional, Observatórios Municipais.

Objetivo geral: O Sistema Integrado de Informação para Políticas de Convivência e Segurança Cidadã tem como objetivo permitir a elaboração de análises multidimensionais que sirvam de base para as decisões de política pública destinadas a reduzir os incidentes criminais e melhorar a convivência.

Objetivos específicos:

1) Realizar análise de dados multissetoriais como elementos para a tomada de decisões em vários níveis e a elaboração de políticas públicas sobre a questão da convivência e de segurança cidadã;

2) Gerar uma articulação interinstitucional já que as ferramentas integram informações sobre segurança pública, como dados socioeconômicos (educação, saúde, entre outros), com um nível

de desagregação a nível municipal que permita uma análise inovadora sobre as dinâmicas em nível nacional;

3) Fortalecer a capacidade dos tomadores de decisão na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de segurança, através de um Sistema de Indicadores Padronizados que permitam a avaliação e o monitoramento de eventos relacionados a esta questão (projeto a nível regional com o apoio da OEA, UNODC, PNUD, Banco Mundial e o Sistema de Integração Econômica - SICA);

4) Constituir um sistema de informação baseado na padronização dos dados relativos a eventos de coexistência e de segurança pública coletados pelas instituições que geram as informações, possibilitando ter um único dado de referência com uma base nacional, departamental ou municipal.

Beneficiários: População em geral.

Fonte de financiamento: Apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) através do Projeto Regional Infosegura.

Avaliação e resultados: O projeto não conta com avaliação, mas apresenta resultados sistematizados pela equipe de implementação que estão descritos no tópico específico.

Origem da iniciativa

A elaboração, a implementação e o monitoramento de políticas públicas de prevenção à violência e à criminalidade ficam bastante prejudicadas quando faltam elementos importantes para dar suporte. Nesse sentido é preciso contar com:

- a) informações públicas disponíveis;
- b) articulação entre agências que trabalham com temas relacionados com a segurança e vulnerabilidade territorial; e,
- c) sistemas que organizam essas informações e permitem analisá-las em conjunto. Em Honduras esses elementos não estavam presentes e o resultado era a ausência de políticas públicas na área de segurança baseadas em informação e análises.

Por este motivo, deu-se início ao processo de desenvolvimento e desenho de ferramentas para priorização e focalização de alguns territórios que precisam receber uma atenção maior das políticas. O norte dessa ação era permitir enfrentar o problema de segurança, por meio de indicadores comparáveis em nível regional, de forma a fortalecer a capacidade dos tomadores de decisão com base em evidências.

No âmbito do Sistema Regional de Indicadores Padronizados de Convivência e Segurança Cidadã - SES, nasceu este projeto com o objetivo de fortalecer a capacidade dos tomadores de decisão da região na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de segurança cidadã, por meio de um Sistema de Indicadores Padronizados que permitem a medição e monitoramento de eventos relacionados a este tema.

A SES possibilitou a construção de uma rede institucional em nível nacional e regional que inclui mais de 180 instituições públicas, lideradas pelo Ministério da Segurança ou do Interior encarregado da segurança do cidadão em cada país, cujos parceiros estratégicos são a Organização dos Estados Americanos - OEA, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC, Sistema de Integração Econômica - SICA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Banco Mundial e Aliança Regional da Juventude.

Para atingir os objetivos propostos, cada país parceiro constituiu uma Subunidade Técnica - SUT como grupo de trabalho, composto por representantes das entidades responsáveis pela coleta de informações.

Por meio do Acordo Ministerial nº 0700-2014 foi institucionalizada a Unidade Técnica de Coordenação Interinstitucional -UTECI, vinculada à Secretaria de Estado da Segurança, com duas responsabilidades: a) representar o país perante seus pares regionais nos Comitês Diretivo e Técnico de Projeto; b) promover, acompanhar e trabalhar na implementação de atividades a nível nacional.

Neste contexto e com o objetivo de definir, construir e manter a Unidade Técnica de Coordenação Interinstitucional UTECI-Honduras, foi criado um sistema de informação baseado na homologação de registros para construção de 22 indicadores,³⁵ conforme será descrito a seguir.

35 Para maiores detalhes sobre as instituições encarregadas de cada um dos indicadores, pode ser consultado na pasta no documento "2.Honduras_Sistema-Integrado_Manual-Usuario.pdf" na página 7.

Metodologia de intervenção

O primeiro passo realizado foi a revisão completa da disponibilidade e da qualidade das informações existentes no país. Em seguida, de forma consensual entre as instituições, foi estabelecido o Protocolo de Reconciliação de Dados, definindo o papel de cada uma na gestão da informação e no processo de controle de qualidade dos dados.

A partir disso, foram realizadas mesas temáticas com a presença de instituições responsáveis pela coleta, captação, processamento, análise e divulgação de informações relacionadas aos indicadores regionais e nacionais em Honduras. O objetivo era melhorar a qualidade dos relatórios de dados nacionais para 12 dos indicadores regionais³⁶ de registros administrativos e 10 indicadores de pesquisas de vitimização³⁷ em processo de implementação.

Outra ação foi desenvolver a metodologia para as ferramentas de análise. Foram realizadas cinco mesas temáticas: 1. Mesa de Criminalidade; 2. Mesa de Mortes Violentas; 3. Mesa de Violência Intrafamiliar, Doméstica, Violência Sexual e Maus-tratos Infantis; 4. Mesa de Convivência; 5. Mesa de Prevenção à Violência. Em seguida, após a divulgação dos dados da pesquisa de vitimização, também foi realizada a Mesa de Vitimização.³⁸

Assim, foram criados 60 Observatórios Municipais de Segurança Pública e Cidadania - OMSCS, que utilizam uma metodologia padronizada, permitindo que as informações sobre eventos monitorados sejam comparáveis entre os diferentes territórios acompanhados. As principais atividades do sistema de conciliação de informações consistem em:

- a) gerar diretrizes sobre o sistema de conciliação de informações de segurança cidadã e convivência;
- b) operar o sistema de processamento de dados;
- c) implementar o sistema-estabelecimento de doutrinas institucionais para seu funcionamento;
- d) gerar dados e informações;
- e) permitir a auditoria e monitoramento de como as informações são tratadas.

A articulação entre as instituições permite que sejam apresentados dados e análises públicas para guiar e informar a política pública de segurança em Honduras. O principal resultado do Observatório de Segurança se encontra na plataforma,³⁹ que contém entre seus produtos:

36 Os indicadores de registros administrativos são: 1) Taxa de homicídios para 100 mil habitantes; 2) Taxa de suicídios para 100 mil habitantes maiores de 5 anos; 3) Taxa de mortes por lesão de trânsito por 100 mil habitantes; 4) Taxa de denúncias de violência intrafamiliar/familiar/ doméstica por 100 mil habitantes; 5) Taxas de denúncias de maus-tratos infantil e de adolescentes por 1.000 adolescentes de até 18 anos; 6) Taxa de denúncias de delitos sexuais por 100 mil habitantes; 7) Taxa de furto por 100 mil habitantes; 8) Taxa de roubo por 100 mil habitantes; 9) Taxa de furto e roubo de veículos por 10,000 veículos registrados; 10) Taxa de sequestro por cada 100 mil habitantes; 11) Taxa de mortes por armas de fogo por cada 100 mil habitantes; 12) Infrações de trânsito por embriaguez.

37 Os indicadores são: 1) Taxa de vitimização em pessoas maiores de 18 anos; 2) Porcentagem de vitimização por furtos em pessoas maiores de 18 anos; 3) Porcentagem de vitimização de roubo em pessoas maiores de 18 anos; 4) Prevalência de violência intrafamiliar/familiar/doméstica; 5) Prevalência de violência sexual; 6) Porcentagem de pessoas com percepção de insegurança; 7) Porcentagem de pessoas com percepção de medo; 8) Porcentagem de pessoas com percepção de risco; 9) Porcentagem de pessoas com confiança nas instituições; 10) Porcentagem de pessoas que justificam o uso da violência.

38 Para mais informações sobre a realização das mesas, consulte na pasta do projeto o documento: "3.Honduras_Sistema-Integrado_Protocolo-Validacao-Dados.pdf.

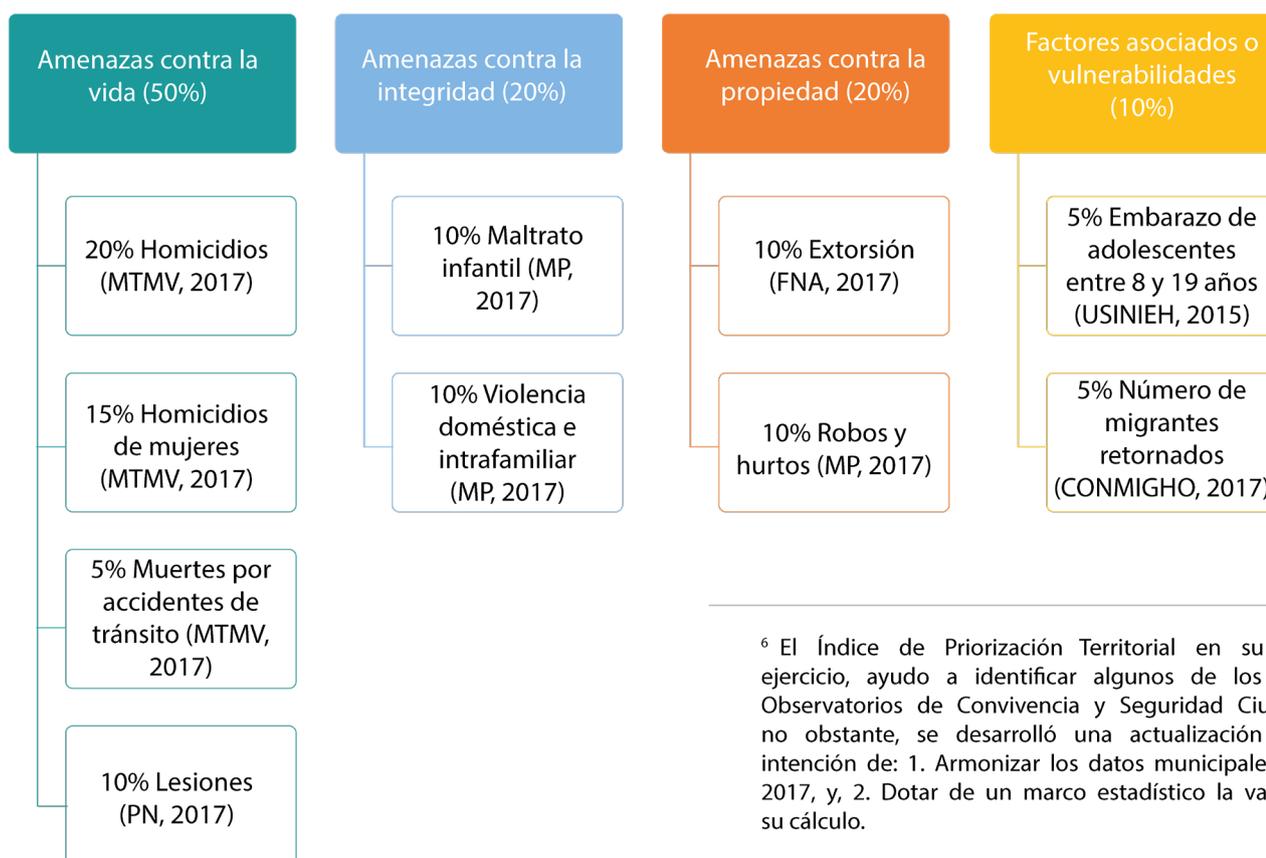
39 Disponível no site <http://www.ceniss.gob.hn/seguridad/>.

1) Consulta dinâmica: uma análise situacional de segurança pública com delitos de incidência geral entre 2013-2020 por taxas, além da disponibilização de mapas por variáveis de município e de fatores associados (como retorno de migrantes). Existe a possibilidade de baixar a base completa e dados em série.

2) Ferramentas para a definição de prioridades municipais em segurança cidadã: contribuem para gerar análises automatizadas para a elaboração e monitoramento de políticas públicas de segurança, com uma perspectiva de

desenvolvimento sustentável, gênero e direitos humanos. O principal objetivo das ferramentas é caracterizar os municípios, identificando os locais onde se concentra a maior proporção de crimes e fatores de risco, bem como os grupos populacionais mais afetados pela violência e criminalidade. As ferramentas integram informações sobre segurança pública como dados socioeconômicos (educação, saúde, entre outros) com um nível de desagregação em nível municipal que permite uma análise inovadora das dinâmicas em nível nacional. As ferramentas são:

a) Índice de Priorização Territorial:⁴⁰ ferramenta que coleta indicadores de segurança pública e fatores de risco associados que permitem que os municípios sejam ordenados com ênfase em grupos especialmente vulneráveis. Possui uma análise multidisciplinar baseada em dados sobre a incidência do crime e fatores correlatos para classificar os municípios em critérios estatísticos.



⁶ El Índice de Priorización Territorial en su primer ejercicio, ayudo a identificar algunos de los nuevos Observatorios de Convivencia y Seguridad Ciudadana, no obstante, se desarrolló una actualización con la intención de: 1. Armonizar los datos municipales al año 2017, y, 2. Dotar de un marco estadístico la validez de su cálculo.

Fonte: Manual de Priorização Territorial - Honduras

40 Para mais informações, acesse na pasta do projeto o documento "1.Honduras_Sistema-Integrado_Manual-Territorio.pdf".

b) Análise da situação municipal: Uma ferramenta que consolida indicadores de incidentes criminais, fatores associados à segurança cidadã e convivência, com um alto nível de desagregação municipal relacionando várias variáveis à natureza do evento ou às características das vítimas. Ele gera relatórios estatísticos sobre a incidência criminal e fatores de risco com altos níveis de desagregação e georreferenciamento em nível de aldeias.

c) Análise avançada: Uma ferramenta composta de vários bancos de dados que permitem o cruzamento de indicadores e variáveis de

incidência, a fim de obter insumos para a análise multidimensional da violência em nível nacional, departamental e municipal. Ele coleta informações de diferentes fontes, padroniza e se integra a um sistema de inteligência comercial. É atualizado com uma frequência de 6 meses.

As ferramentas de análise são baseadas em uma plataforma chamada Pentaho, software de inteligência comercial (BI) que fornece integração de dados, serviços OLAP, relatórios, painéis, recursos de mineração e extração, transformação e carregamento de dados.

Desafios encontrados e soluções possíveis

Em qualquer projeto baseado em informações existe uma limitação que cada instituição tem de fornecer informações completas sobre os fenômenos de violência. Para isso, definiu-se protocolos para melhoria dos dados coletados, mas ainda existem dificuldades com a cobertura das instituições de saúde e segurança.

A qualidade dos relatórios da plataforma, bem como as análises aprofundadas, depende da conformidade das instituições para a geração adequada de informações. Como solução,

foi proposto a assinatura de um documento de compromisso para vincular as instituições de alguma forma.

Outro desafio enfrentado por projetos como esses é a dependência tecnológica do sistema. O projeto está sujeito a se tornar inútil diante desta vulnerabilidade, incluindo servidores desligados, baixa capacidade de internet em territórios isolados, inovações tecnológicas frequentes, entre outros.

Gestão da iniciativa

Um dos principais elementos da iniciativa é a coordenação entre agências que estão relacionadas a questão da segurança e da prevenção da violência, entre as principais são:

- a) Ministério Público;
- b) Secretaria de Segurança;
- c) Secretaria de Relações Exteriores;
- d) Registro Nacional de Pessoas;
- e) Centro Nacional de Informação do Setor Social;

f) Instituto Nacional de Estatísticas;

g) Secretaria de Educação.

Assim, a gestão da iniciativa se baseia na criação de mesas temáticas, onde cada instituição se compromete por meio de um ato de compromisso.

Avaliação e resultados

Os principais resultados apresentados são:

- No início do ano de 2020, o Sistema contava com mais de 600 mil registros sobre delitos contra a vida, integridade e propriedade, além de fatores associados à insegurança em um período compreendido entre os anos de 2013 e 2019. As informações são desagregadas por sexo, grupos etários, área geográfica e as principais fontes de dados institucionais são a Secretaria de Segurança, Secretaria de Educação, Ministério Público, Secretaria de Relações Exteriores, CENISS, INE e RNP;
- A plataforma apresenta dados, permitindo consulta dinâmica de dados e ferramentas de priorização municipal em segurança pública;
- Foram estabelecidos pelo menos 60 Observatórios Municipais de Segurança Pública e Cidadania, que utilizam uma metodologia padronizada, permitindo que as informações sobre eventos que são monitorados possam ser comparados entre si;
- São elaborados relatórios informativos dos Observatórios, além de relatórios de análise a nível nacional, regional e municipal sobre dinâmicas de violência com dados gerais e também específicos (por exemplo, violência contra a mulher);⁴¹
- As informações geradas servem de apoio para a criação de Planos Municipais de Segurança Pública e Cidadania (em apoio a Unidade de Gestão e Apoio aos Governos Locais - Ugaglo).

41 Os relatórios podem ser acessados no site: <https://infosegura.org/seccion/honduras/>.

Interlocução com o governo de Pernambuco

Essa iniciativa tem muita relação com o que o estado de Pernambuco quer implementar neste momento. Os observatórios de Honduras trouxeram alguns apontamentos importantes:

1) Sobre articulação intersetorial:

- Definição de compromissos através de atas nas quais cada instituição se compromete a cumprir o Protocolo de Validação de Dados, participação nas tabelas, bem como compromissos para gerar e reconciliar informações;
- Identificação de fontes de informação em todas as instituições que geram informações para a construção de índices complexos sobre vulnerabilidade em termos de violência.

2) Sobre território:

- Implementação dos Observatórios Municipais, que são responsáveis não só pela geração e análise de informações, mas também pela criação de relatórios e planos de segurança e coexistência a nível local.

3) Sobre metodologia:

- O Observatório tem detalhes sobre a origem e padronização de cada dado, assim como protocolos de responsabilidade de cada instituição. Existem suportes metodológicos para cada um dos indicadores (por exemplo, o foco territorial), bem como tutoriais para acesso e consulta de informações complexas.

4) Sobre tecnologia:

- A plataforma possui ferramentas avançadas de consultoria e análise de informações baseadas em software de business intelligence (BI).

Dados de contato

Telefone: (504) 2229-0896

E-mail: uteci.sdsai@gmail.com

Site: <http://www.ceniss.gob.hn/seguridad/>

Prática 8. Modelo de Ocupación Humana en Programa de tratamiento de Drogas y alcohol para adolescentes infractores de Ley - PAMOH

Chile (Programa Federal) - 2010 até os dias de hoje

Resumo

O programa visa a reabilitação e reinserção social para adolescentes e jovens em conflito com a legislação sobre drogas. Lançado em 2010, aplica a abordagem terapêutica do Modelo de Ocupação Humana (MOHO).

A abordagem depende da adesão dos principais beneficiários, comportamento positivo de formação de hábitos e melhoria das capacidades mentais e físicas.

Dados gerais

Anos de implementação: 2010 até os dias de hoje.

Beneficiários: Adolescentes e jovens de 14 a 20 anos.

Instituição responsável: ONG Corporación Servicio Paz y Justicia - SERPAJ.

Fonte de financiamento: Instituições do Estado.

Estratégia: Prevenção Social - Redução de riscos e danos.

Avaliação e resultados: A avaliação está focada nos beneficiários do programa e avalia tanto o processo quanto os resultados. A avaliação de processos emprega ferramentas de registro diário e instrumentos de avaliação de oficinas/workshops. Já a avaliação de resultados é feita por meio da aplicação do Plano Individual de Tratamento Integral (PITI) desenvolvido de forma personalizada para cada um dos beneficiários do programa. Os resultados mostram que houve melhora nos indicadores de saúde física, mental, sexual e reprodutiva e na capacidade relacional e adaptativa de seus usuários.

Objetivo geral: Reabilitar e reinserir socialmente adolescentes e jovens infratores usuários de drogas e/ou álcool e outros transtornos mentais em áreas vulneráveis da cidade de Valparaíso.

Objetivos específicos:

1) Oferecer tratamento contra o abuso de substâncias químicas para adolescentes infratores entre 14 e 18 anos e jovens infratores até os 20 anos de idade que estejam cumprindo pena de delito cometido até os 18;

2) Formar hábitos positivos e oferecer melhoria das capacidades físicas e mentais.

Origem da iniciativa

Antes da implementação do programa, surgiu uma preocupação com o consumo problemático de drogas por jovens que cometeram algum delito. Os casos de jovens que se encontravam nessa situação e recebiam tratamento ainda era pequena. Sendo assim, sentiu-se a necessidade de elaborar um Programa de Tratamento específico que contasse com intervenções em diversos níveis, favorecendo o desenvolvimento biopsicossocial dos beneficiários.

Com base nisto, foi feito um diagnóstico sobre o perfil dos jovens que cometeram delito e que faziam uso problemático de drogas a partir de informações do seu histórico familiar e de saúde, rotina das atividades diárias, interesses, valores e necessidades. Assim, identificaram-se os fatores de risco que envolviam os jovens beneficiários do programa, uma vez que boa parte desses adolescentes viviam em áreas de vulnerabilidade socioeconômica, possuíam dificuldade em acatar regras sociais, obedecer autoridades e tendiam a solucionar conflitos com uso da violência. Além disso, no âmbito familiar foi possível observar vínculos com o comportamento delituoso e o consumo de drogas em um contexto de socialização, onde o comportamento delituoso é validado como uma forma de sustentar as necessidades básicas.

Entre os fatores de proteção, encontrados na família, estão a presença dos pais no cuidado e apoio ao adolescente, juntamente com o tamanho e funcionalidade da família, bem como a força nas normas e na moral que possuem.

Em relação ao uso abusivo de substâncias, embora as causas da dependência do uso de drogas e/ou álcool varie de acordo com cada pessoa, percebeu-se que pessoas com transtornos mentais têm maior probabilidade ao

vício, assim como quanto mais cedo o indivíduo inicie o uso de drogas e/ou álcool, maiores as chances de desenvolver problemas futuros devido ao abuso de substâncias.

Já dentre os principais indicadores diagnosticados que favoreciam a inserção do jovem na criminalidade estão a marginalidade, a evasão escolar, o trabalho infantil, violência, ausência de expectativas, consumo de substâncias e a dificuldade em construir uma identidade social responsável e autônoma.

Com base nessas informações, foi elaborado o Plano de Tratamento de Drogas e Álcool para Adolescentes Infratores da Lei, por meio da Lei 20.084, que estipulou princípios para o tratamento e promoveu a articulação de ações entre os Ministérios da Saúde, da Justiça e do Interior. O programa foi inspirado no Modelo de Ocupação Humana (MOHO), um instrumento clínico que permite a interlocução das atividades em diversos níveis.

O tratamento do PAMOH tem como foco desenvolver rotinas saudáveis como visitação a lugares públicos como museus, atividades ao ar livre como a prática de esportes, criação de vínculo entre pessoas com interesses em comum e outras atividades que possibilitem o desenvolvimento de habilidades sociais dos beneficiários, além de sessões de terapia individuais e em grupo. É importante destacar que as atividades foram pensadas de acordo com os hábitos e costumes dos moradores de Valparaíso para que fosse mais acessível aos beneficiários.

Metodologia de intervenção⁴²

A metodologia é fundamentada na abordagem da Ocupação Humana, que leva em consideração características, interesses e necessidades oriundas do processo de reabilitação de cada um dos beneficiários, implementando um modelo intensivo de intervenção ambulatorial que favoreça o desenvolvimento de hábitos positivos e melhoria das capacidades físicas e mentais.

O programa foi pensado como um tratamento integrado que aborda não só o consumo em si, mas que também analisa as circunstâncias que propiciam o uso abusivo da droga e permite que os adolescentes recebam apoio de uma equipe multidisciplinar para desenvolver suas habilidades, opiniões e identidades.

A implementação do programa foi dividida em cinco etapas:

- 1) Fase de ingresso;
- 2) Acolhimento;
- 3) Elaboração do Diagnóstico;
- 4) Tratamento;
- 5) Saída do projeto.

Na primeira e na segunda fases, chamadas de ingresso e acolhida, são realizadas visitas frequentes à casa dos adolescentes por um profissional da equipe. Nessa etapa é fundamental que seja desenvolvido um vínculo pessoal com o beneficiário. Para casos em que os profissionais encontram maiores dificuldades, foi criado um “protocolo de resgate” para ser utilizado com esses adolescentes.

Na terceira fase, é elaborado um diagnóstico a partir de três instrumentos:

- 1) realizam-se entrevistas que exploram as necessidades e as expectativas do adolescente, além de aprofundar informações que permitam entender seu perfil socioprofissional;
- 2) apresenta-se uma lista de interesses desse adolescente, a partir da coleta de dados sobre os características atuais e padrões dos seus interesses;
- 3) por fim, desenvolve-se uma lista de funções que é realizada por um procedimento mais longo. Em primeiro lugar, se avalia, através de um continuum temporal, os papéis que têm sido mais úteis na organização da vida diária do adolescente. Na segunda parte, identifica-se o grau de valorização individual de cada papel.

Uma vez aplicados os instrumentos, os dados são analisados e então são identificados os aspectos que podem ajudar os adolescentes a se motivarem e aderirem ao programa e aqueles que podem prejudicar estes objetivos, levando em conta os pontos fortes e fracos nas capacidades e habilidades de cada um dos adolescentes.

O diagnóstico ocupacional será completado durante todo o processo de tratamento e para isso é preciso levar em consideração alguns princípios importantes, como:

- O perfil do beneficiário precisa ser compreendido de acordo com o contexto em que ele está inserido, de forma que se permita focar em atividades específicas e importantes para ele;

42 Para mais detalhes, consultar na pasta os documentos: “1.Chile_PAMOH_Intervencao” e “2.Chile_PAMOH_Intervencao”.

- Será necessário observar o desempenho do beneficiário nas atividades que foram pensadas para ele, prestando atenção à efetividade do desenvolvimento das habilidades e o estabelecimento de padrões de desempenho;
- É preciso interpretar dados das avaliações para identificar aspectos que apoiem ou dificultem o desempenho dos beneficiários;
- Será necessário desenvolver hipóteses sobre os pontos fortes e fracos para o desempenho ocupacional de cada beneficiário.

A quarta etapa de implementação refere-se ao tratamento. A rotina de atividades que serão desenvolvidas ao longo dessa etapa é definida junto com os jovens, utilizando como subsídio o mapeamento de interesse realizado anteriormente. As atividades são realizadas na unidade própria do programa e tem como objetivo principal atingir um nível ocupacional dos adolescentes com atividades que também tenham propósitos clínicos (consulta psiquiátrica, consulta psicológica, psicoterapia individual, grupal e familiar e intervenção psicossocial grupal).

Em termos de monitoramento da rotina, o educador faz um registro diário do comparecimento e participação dos usuários envolvidos na rotina diária, além do registro que cada líder de oficina mantém no arquivo das atividades que realizam. A cada três meses, as oficinas são avaliadas e modificadas a fim de manter o interesse, a motivação e a aderência dos usuários às diversas atividades.

As atividades estão inseridas nas três áreas propostas pelo MOHO:

- 1) Área do dia a dia: são destinadas ao autocuidado, aos cuidados do programa com alimentação, higiene pessoal e do espaço físico (limpeza das áreas comuns onde são realizadas as intervenções).
 - 2) Área produtiva: são realizadas dinâmicas nas quais os adolescentes apresentam afinidade e que envolvam principalmente atividades de lazer, visitas a espaços públicos (museus, escolas, universidades, cinemas, parques naturais, etc.) e atividades esportivas (ping-pong, futebol, mergulho, etc.)
 - 3) Área de tempo livre: são realizadas atividades que envolvem dinâmicas psicoeducacionais, abordando temas que os adolescentes estão interessados em investigar e aqueles que a equipe também determina (como as relacionadas à sexualidade, prevenção de recaídas, importância do tratamento farmacológico, etc.). Além disso, são realizadas atividades que envolvam o desenvolvimento de habilidades pré-trabalho para aqueles adolescentes cujo projeto de vida a curto prazo é visualizado como trabalhar em um determinado ofício. Isto é feito através de oficinas de artesanato (mosaico, madeira, eletricidade, etc).
- A última etapa de implementação, que se refere especificamente a desvinculação dos adolescentes do programa, ainda está em desenvolvimento.

Desafios encontrados e soluções possíveis

Trabalhar com adolescentes em conflito com a lei traz uma série de desafios para a equipe de profissionais envolvidos. Por este motivo, também são desenvolvidas ações de autocuidado da equipe, através de atendimento psicológico realizado por profissionais externos a cada dois meses. Dessa forma, elabora-se o diagnóstico de necessidades, a partir do qual é gerado um plano de atendimento da equipe.

Além disso, alguns casos de adolescentes específicos costumam ser bastante desafiadores e difíceis de gerar resultados. Assim, foram implementadas instâncias reflexivas e críticas para replanejar as atividades do projeto, se necessário. Sessões semanais de análise clínica dos casos são realizadas com a equipe e um

consultor clínico externo onde o trabalho é planejado caso a caso, fornecendo feedback a todos os profissionais que intervêm em quadros de evolução críticos, favorecendo o desenvolvimento de novas estratégias para abordar os diferentes casos.

Por fim, são previstas atividades de aperfeiçoamento técnico da equipe, que são implementadas para as diferentes equipes do programa através do trabalho colaborativo com diferentes centros de formação. De maneira geral, incentiva-se que o profissional procure se aperfeiçoar por conta própria, mas também se criam espaços formais para o desenvolvimento profissional.

Gestão da iniciativa

A equipe é composta por dez profissionais e técnicos, seis homens e quatro mulheres e que possuem uma média de 3,8 anos de experiência no assunto da intervenção. Suas funções são as seguintes:

- Um técnico de reabilitação, encarregado da Direção Técnica Administrativa do programa;
- Dois psicólogos, um homem e uma mulher, que realizam trabalhos de diagnóstico (individual e familiar) da área clínico-psicológica e também lideram os processos psicoterapêuticos dos usuários do programa através da coordenação com as diversas instituições que trabalham com os jovens;
- Dois assistentes sociais, um homem e uma mulher, são responsáveis pela construção e execução conjunta de um programa terapêutico de acordo com as diretrizes técnicas para o tratamento de drogas, incorporando as variáveis de vulnerabilidade social e violação da lei;
- Um terapeuta ocupacional, encarregado da concepção e elaboração do diagnóstico ocupacional e do plano de intervenção (rotina), da definição de oficinas de acordo com o

perfil ocupacional e da coordenação com os diferentes profissionais da equipe para a realização do diagnóstico integral;

- Um técnico de reabilitação, encarregado da coordenação com os diferentes profissionais da equipe para a realização de um diagnóstico integral;
- Um professor de Educação Física, responsável pelo projeto e execução da oficina de condicionamento físico;
- Um professor de Educação Física, monitor da oficina de futebol;
- Um Técnico de Esportes e Recreação, encarregado de projetar e executar a atividade física e oficina de recreação.

Avaliação e resultados

A avaliação do programa é feita pela própria equipe e traz os resultados identificados até o momento, tanto no nível do usuário quanto no nível institucional:

Nível de usuário: Entre os resultados e/ou impactos alcançados com esta iniciativa, no nível de cada usuário, podem ser identificadas quatro áreas principais:

1) Melhoria da saúde física:

- Melhoria da relação peso/idade do estado nutricional; peso/tamanho normal;
- Diminuição ou ausência de desconforto, ou patologias somáticas;
- Conhecimento da presença de doenças crônicas e tratamento estabilizador;
- Presença estável de comportamentos de iniciativa de autocuidado.

2) Melhora da saúde sexual e reprodutiva:

- Redução do risco de doenças sexualmente transmissíveis;
- Aumento do acesso a rede de saúde para obter informações ou ajuda.

3) Melhoria da saúde mental (no entendimento de que os usuários apresentam características da adolescência):

- Aumento da estabilidade emocional;
- Melhoria de sua autoavaliação de uma forma positiva (autoestima positiva);
- Melhoria de sua percepção de realização (autoeficácia);
- Melhoria da percepção do adolescente de que ele pode se automodificar e influenciar seu próprio comportamento (autocontrole).

4) Melhoria das habilidades relacionais e adaptativas:

- A experimentação de autocontrole permite aceitar gradualmente limites e regras; melhorar sua adaptação a contextos específicos;
- A incorporação de comportamentos adaptativos torna possível reduzir ou inibir os comportamentos ofensivos de reincidência;
- Permite mobilizar a predisposição do jovem para reconhecer (tanto emocional quanto cognitivamente) que o comportamento de infringir a lei foi uma escolha errada e que afetou ou prejudicou outros com ela (responsabilidade do ato);
- Facilita a tendência cognitiva, afetiva e comportamental para desenvolver empatia com os outros e a internalização de regras e diretrizes pró-sociais de convivência;
- Reintegração familiar de acordo com o contexto individual;
- Maior probabilidade de participação em grupos de pares com menor acesso a danos físicos, psicológicos e sociais para si mesmo e para os outros.

Nível Institucional: A complementaridade e a coordenação permanente com as organizações tornou possível integrar visões comuns sobre o trabalho realizado com os jovens no campo da reintegração social, na aplicação de sanções e na reabilitação de álcool e drogas. Assim, torna-se possível promover a integração de abordagens comuns e evitar o excesso de intervenções descoordenadas.

A partir da implementação desta iniciativa, percebeu-se também que a motivação dos adolescentes melhorou com relação à participação em atividades incorporadas à rotina ocupacional, bem como às intervenções diagnósticas dos outros profissionais da equipe.

Uma vez que os jovens tenham aderido às atividades do programa, a mudança de comportamento é percebida através de dinâmicas que desenvolvem habilidades sociais e socioeducativas, vendo estas mudanças refletidas em maior comparecimento escolar e melhor participação.

Com relação à fase final do tratamento, atividades que favorecem um estilo de vida saudável foram incorporadas à rotina da vida diária do jovem.

Interlocução com o governo Pernambuco

O programa traz alguns elementos interessantes para desenvolver a metodologia de trabalho com jovens. Dividem a estratégia de atuação com jovens em três áreas: área do dia a dia, destinadas ao autocuidado e cuidados com espaço físico; área produtiva, relacionada às afinidades dos jovens, incluindo atividades de lazer, visitas a espaços públicos; área de tempo livre.

Outro achado interessante que essa iniciativa traz é a metodologia de avaliação do programa, apresentando alguns indicadores interessantes que poderiam ser replicados.

Boa parte da intervenção se assemelha ao programa Atitude, o principal diferencial desta prática seria introduzir a terapia ocupacional, como também uma avaliação de profissional que não faça parte da equipe constantemente para ter um olhar externo. Algumas das questões levantadas durante a reunião foram:

- a) Como dar autonomia a esses jovens para que consigam sair do programa?;
- b) Como escolher a equipe e o beneficiário?;
- c) Como dar sustentabilidade ao programa?

Dados de contato

E-mail: serpaj@serpajchile.cl; comunicaciones@serpajchile.cl.

Prática 9. Cuenta Hasta 10 y Abre la Posibilidad de Actuar Distinto

Bogotá, Colômbia (Programa municipal) - 2016-2019

Resumo

O programa busca prevenir a participação ou a reincidência dos jovens em condutas violentas ou delituosas, assim como orientar quem já cometeu algum tipo de delito, a partir do fortalecimento da capacidade socioemocional como forma para incentivar a mudança

de comportamento. Sua estrutura e bases estão inspiradas em programas similares implementados com êxito em outros países como Estados Unidos e Libéria, onde os jovens têm melhorado a forma que manejam suas emoções e tomam decisões na sua vida.

Dados gerais

Anos de implementação: 2016 a 2019.

Instituição responsável: Secretaría Distrital de Seguridad, Convivencia y Justicia de Bogotá D.C. - SDSCJ.

Estratégia: Prevenção Social - Fortalecimento da capacidade socioemocional para responder a situações difíceis / desenvolver mudança de comportamento.

Objetivo geral: Prevenir a participação de adolescentes e jovens em comportamentos delituosos ou violentos.

Objetivos específicos:

1) Componente 1 (terapia cognitivo-comportamental): Criar um programa que ensina técnicas e ferramentas para melhorar a inteligência emocional e corrigir padrões de pensamento tendenciosos, de forma a prevenir sua participação em comportamentos violentos;

2) Componente 2 (matemáticas como reforço): Aumentar a probabilidade dos adolescentes e jovens de terminar o ciclo escolar (neste caso o ensino médio), o que pode se traduzir numa menor participação desta população em atividades criminosas;

3) Componente 3 (ferramenta para as famílias): Envolver a família em um processo de corresponsabilidade que permita a aquisição de competências socioemocionais que resultem na melhoria da interação e das relações nos contextos de origem dos adolescentes e jovens.

Beneficiários: Baixo risco: 3.771 estudantes participaram. Médio risco: 520 jovens, dos quais 84 não concluíram o programa. Alto risco: 100 participantes escolhidos aleatoriamente (para posterior avaliação).

Fonte de Financiamento: Secretaría Distrital de Seguridad, Convivencia y Justicia de Bogotá D.C. - SDSCJ.

Avaliação e Resultados: Ver detalhes a seguir.

Origem da iniciativa

Em Bogotá, há uma proporção significativa de adultos presos pela Polícia que começaram a cometer crimes ainda quando eram adolescentes. Em 2018, foram 2.817 adolescentes apreendidos por participar de atividades criminosas na cidade, o que equivale a 6,3% do total das prisões realizadas nesse período. Entre janeiro de 2013 e julho de 2018, 192.340 pessoas foram presas, das quais 35.058 (18%) foram presas mais de uma vez no mesmo período. Desses infratores reincidentes, 2.981 (8,5%) foram apreendidos pela primeira vez antes de completar 18 anos: 1.201 entre as idades de 14 e 15 e 1.780 entre as idades de 16 e 17; além disso, 384 (12,8%) deles foram apreendidos mais de três vezes.⁴³

Tendo em vista esse cenário, para aplicar o programa Cuenta Hasta Diez, a Secretaría Distrital de Seguridad, Convivencia y Justicia de Bogotá D.C. - SDSCJ identificou a população prioritária com base na probabilidade (ou risco) do adolescente se relacionar ou se envolver com o crime e redes criminosas; bem como a presença acumulada de fatores de risco. Foram definidos três grupos de risco, em que o nível alto indica maior magnitude de reincidência no comportamento criminoso, em comparação com o baixo nível de participação pela primeira vez em um evento desse tipo. Os três tipos de risco e segmento correspondente da população são:

- Baixo risco: Adolescentes e jovens vinculados ao sistema educacional de Bogotá que vivem em setores onde há maior concentração de crimes, mas que também correm o risco de abandono escolar ou que estiveram ausentes do sistema educacional por algum tempo. Especificamente, atende alunos que fazem parte do programa Volver a la Escuela da Secretaría de Educación del Distrito.

- Médio risco: Adolescentes e jovens em situação de rua ou em situação de risco de trabalho infantil, confinamento e/ou acompanhamento de adultos no desenvolvimento de atividades de subsistência como mendicância, recuperação material, venda informal, prostituição, entre outras. Atendido por programas de proteção municipal e vinculado a modelos educacionais flexíveis. Especificamente, atende a população filiada ao Centro AMAR da Secretaría Distrital de Integración Social e às Unidades de Protección Integral (UPI) do Instituto Distrital para la Protección de la Niñez y la Juventud – IDIPRON.

- Alto risco: adolescentes e jovens punidos por cometer ou participar de ato criminoso no âmbito do Sistema de Responsabilidad Penal para Adolescentes (SRPA), que tenham medida de restrição de liberdade ou não restritiva, como liberdade assistida, prisão preventiva, liberdade condicional, entre outros. O modelo nessa população foi implantado em um centro de internação e, em seguida, expandido para todos os centros da cidade.

O modelo de intervenção é inspirado em experiências internacionais voltadas para a prevenção do crime por meio de estratégias que desenvolvem ferramentas para melhorar a tomada de decisão daqueles que participam do programa. Alguns exemplos exitosos destas estratégias são os programas Becoming a Man (BAM) desenvolvido por Youth Guidance (e avaliado pelo Urban Lab da Universidade de Chicago: Heller et al, 2015);⁴⁴ PODER implementado no México pelo Banco Mundial; e Sustainable Transformation of Youth na Liberia - STYL (Blattman, Jamison & Sheridan, 2015).⁴⁵

43 Um diagnóstico completo com indícios de prisão de adolescentes em Bogotá pode ser encontrado no documento "Bogota_Cuenta-hasta-10_diagnostico".

44 Heller, S. et al (2015) Thinking fast and slow? Some field experiments to reduce crime and dropout in Chicago. National Bureau of Economic Research, Working Paper 21178.

45 Blattman, C., Jamison, J. C., & Sheridan, M. (2015) Reducing crime and violence: Experimental evidence from cognitive behavioral therapy in Liberia. NBER Working Paper (21204).

Como esses programas, Cuenta Hasta Diez é baseado na teoria cognitivo-comportamental - CBT (de Cognitive Behavioral Therapy, em inglês). Essa teoria psicológica afirma que é possível construir habilidades cognitivas e comportamentais para corrigir as distorções que foram aprendidas em ambas as áreas.

Essa suposição é a base principal dos três componentes do programa: um componente cognitivo-comportamental; um componente de reforço em matemática com ênfase especial no desenvolvimento do pensamento lógico matemático; e um componente de atenção às famílias dos participantes. Este último foi um fator complementar introduzido pela Secretaria na concepção deste tipo de programa.

Sendo assim, no primeiro componente, que realiza uma intervenção cognitivo-comportamental, usam-se técnicas estruturadas que procuram construir habilidades cognitivas em áreas onde há déficits, além de reestruturar a cognição em áreas onde o pensamento é tendencioso. Essas técnicas também desenvolvem vários fatores relacionados a habilidades sociais, gerenciamento de emoções e prevenção de recaídas (Lipsey, Landenberger & Wilson, 2007).⁴⁶

O segundo componente é um reforço do desenvolvimento do pensamento lógico matemático. A matemática, além de ser uma ferramenta útil para o desenvolvimento da vida diária, está associada ao melhor desempenho acadêmico, que por sua vez está associado ao melhor desempenho no trabalho. De Hoyos, Estrada & Vargas (2018) constataram em estudo realizado no México que os resultados de testes padronizados, principalmente do componente matemático, têm alto poder preditivo sobre a probabilidade de conclusão do ensino médio.

O terceiro componente identifica o ambiente familiar como vetor fundamental na mudança de dinâmicas e elementos que desencadeiam e mantêm comportamentos desregulamentados ou desadaptativos dos jovens que frequentam o programa (Pinquart, 2017). Portanto, é relevante envolver as famílias por meio de um exercício de corresponsabilidade, proporcionando-lhes ferramentas que lhes permitam reconhecer suas emoções diante do vínculo.

46 Lipsey, M. W. (2009) The Primary Factors that Characterize Effective Interventions with Juvenile Offenders: A Meta-Analytic Overview. *Victims and Offenders* (4), 124-147. Obtenido de http://www.episcenter.psu.edu/sites/default/files/community/Lipsey_Effective%20interventions%20-%202009.pdf.

Metodologia de intervenção

Para implementar o programa, foram criados protocolos para cada grupo de intervenção.⁴⁷

- **Componente 1** - Programa cognitivo-comportamental - é desenvolvido por um pequeno grupo de cerca de 10 assistentes, com a coordenação ou direção de psicólogo clínico com formação em TCC. O número de participantes é determinado por reunião, a partir das ferramentas e dos temas que serão abordados. A duração das sessões também pode variar de acordo com o planejamento inicial, podendo durar o ano letivo, um semestre ou um período determinado. As atividades podem ser realizadas tanto nas escolas (geralmente as reuniões semanais duram uma hora e meia), quanto nos CAEs (reuniões semanais, ou duas vezes por semana, que duram de uma hora e meia a duas horas).

- Por se tratar de uma população com a qual é mais fácil garantir um processo contínuo, nesse componente são realizadas sessões que geram aprendizagem escalonada. Assim, à medida que o protocolo avança, diferentes conceitos e estratégias são retomados, complementados e reforçados para que sejam compreendidos em sua integralidade.⁴⁸

- **Componente 2** - No Reforço de matemática⁴⁹ são ensinados quatro módulos: modelação ou matematização, formulação e comparação de procedimentos, exercício e comunicação. Na construção das atividades, foi levado em consideração o contexto educacional dos participantes (escolaridade, idade e território onde residem).

- **Componente 3** - Ferramenta para as famílias:⁵⁰ parentes e professores próximos também passam por uma pequena formação de competências que visa reforçar os conhecimentos adquiridos pela população-alvo durante o desenvolvimento das oficinas. Embora este novo grupo (familiares e professores) não receba todas as ferramentas, eles têm a possibilidade de frequentar sessões que abordam os temas das emoções, validação e estratégias de comunicação.

47 Para saber mais detalhes sobre os protocolos consulte o documento '2.Bogota_Cuenta-hasta-10_descricao.pdf'. Existem tabelas nas seções e detalhes da implementação na página 42.

48 Ver protocolo para população de baixo risco na Tabela 3 (pág 26) do documento '2.Bogota_Cuenta-hasta-10_descricao.pdf', para médio risco nas Tabelas 4-5 (pag 29 e 31) e de alto risco na Tabela 7.

49 Para mais detalhes consultar as tabelas 8 e 9 (pág 37 e 39) do documento '2.Bogota_Cuenta-hasta-10_descricao.pdf' que apresenta os componentes e objetivos dos quatro módulos do protocolo.

50 Para maiores detalhes consulte a tabela 10 (pág 41) do documento '2.Bogota_Cuenta-hasta-10_descricao.pdf'.

Desafios encontrados e soluções traçadas⁵¹

- Houve uma abertura de chamada pública com o objetivo de contratação de operadora habilitada para a concepção e execução do programa. No entanto, não houve licitantes e o processo teve que ser declarado nulo. A chamada foi lançada uma segunda vez, mas teve o mesmo resultado da primeira. A estratégia teve que ser implementada internamente;

- Os protocolos foram desenvolvidos juntamente com a implementação, o que apresenta muitos desafios. No entanto, isso serviu para fornecer feedback adequado sobre a utilidade, relevância e conteúdo dos protocolos;

- Houve interrupção do período letivo nos meses de férias de dezembro e janeiro, o que significou uma redução considerável no número de alunos vinculados ao programa. Por este motivo, foi alterada a duração do programa de anual para semestral;

- Houve problemas para avaliar o acompanhamento, pois jovens de todos os grupos foram saindo do programa;

- Encontrou-se dificuldade em determinar os efeitos de curto, médio e longo prazo associados à longa duração do programa. Como solução, decidiu-se aplicar instrumentos de monitoramento para cada turma que realizou o programa.

• População de baixo risco:

- Alta mobilidade, deserção e abandono de alunos. Solução: manter o programa apenas com jovens promovidos ao próximo ciclo educacional;

- Os horários das atividades coincidiam com as atividades curriculares. Solução: cronograma rotativo, convertendo o Cuenta Hasta Diez como quase parte da grade curricular, o que facilitou a participação dos estudantes. A frequência média ao programa aumentou.

• População de médio risco:

- Por fazer parte de um modelo de programas de proteção, atrelado a modelos educacionais flexíveis, apresenta alto índice de deserção. O componente da família não pôde ser executado. O modelo deixou de ser implantado em 2019 nesta população.

• População de alto risco:

- Houve episódios de agressividade dos adolescentes e jovens privados de liberdade quando ocorreu a mudança de operadora do projeto. Os jovens fizeram motim e queimaram os arquivos que estavam no Centro (página 49). As atividades tiveram que ser suspensas por um tempo. Para resumir, uma avaliação de risco teve que ser realizada para definir melhor os grupos e espaços de intervenção.

- Alguns professores disseram ter medo em trabalhar com a população privada de liberdade. Solução: suporte de grupos de gestão de coexistência.

- Havia uma grande quantidade de atividades para os jovens no centro, o que gera cansaço nos jovens, bem como interrupções associadas aos processos judiciais dos participantes.

- Aconteceram episódios de consumo de substâncias psicoativas durante as sessões.

- Alta rotatividade da população (normalmente, os mais diligentes saem mais rápido). Dos 100 infratores selecionados para participar, 42 deixaram o centro durante a implantação.

- Dificuldades de avaliação e acompanhamento, uma vez que associadas à privação de liberdade, os jovens enfrentam situações que podem afetar sua estabilidade emocional e os resultados do projeto.

51 Para mais informações consulte a lista completa de recomendações de políticas públicas focadas em aplicações futuras na página 60 do documento '2.Bogota_Cuenta-hasta-10_descricao.pdf'.

Gestão da Iniciativa

Equipe de implantação:

- (i) Coordenador: profissional da psicologia, com mestrado em psicologia clínica e com especial ênfase na experiência com a população a ser atendida;
- (ii) Profissionais de psicologia clínica com experiência científica em terapia cognitivo-comportamental;
- (iii) Profissional em matemática com experiência científica em modelos educacionais, especialmente no desenvolvimento do pensamento lógico matemático;
- (iv) Profissional com experiência em trabalho familiar.

Equipe de avaliação:

- (i) Supervisor: profissional em economia ou estatística com mestrado e experiência em avaliação de impacto;
- (ii) Profissional de psicologia clínica com experiência em análise psicométrica;
- (iii) Profissional em ciências econômicas ou estatísticas com experiência em avaliação de impacto.

Recomenda-se que os psicólogos tenham sido treinados especificamente em terapia cognitivo-comportamental. Na falta disso, passaram por escolas de formação compatíveis com ele, como o behaviorismo, cognitivismo e humanismo, e que em qualquer caso realizaram pesquisa clínica aplicada.

Avaliação e resultados

A abordagem que atende adolescentes e jovens no âmbito do SRPA (alto risco) foi avaliada por meio de um experimento controlado randomizado. A abordagem que atende alunos do programa de médio risco tem monitoramento de resultados.

Existem três instrumentos de medição fornecidos aos participantes: uma pesquisa, uma atividade lúdica e um teste de raciocínio lógico matemático. A pesquisa captura informações sobre a percepção dos participantes, referente a seus pensamentos, emoções e comportamentos, e visa indagar sobre os principais objetivos do protocolo. As questões são somadas para construir índices que medem regulação emocional, modificação de crenças e pensamentos, treinamento de habilidades, comportamento pautado por valores e outros indicadores como apoio social com equipe de psicólogos. A atividade lúdica busca coletar informações não autorreferidas, a partir da realização de dois tipos de jogos em que os participantes têm a oportunidade

de ganhar doces de acordo com as decisões que tomarem. No primeiro tipo de jogo, o participante se depara com nove situações em que deveria escolher entre receber uma quantidade de doces em um futuro próximo ou receber uma quantidade maior de doces em um futuro mais distante. Este exercício permite identificar as preferências temporais, a consistência temporal e o grau de adiamento de gratificação dos jovens. O segundo tipo é um jogo de cartas que permite identificar os comportamentos impulsivos e a aversão ao risco do participante.

Além disso, outros indicadores são visualizados:⁵²

- (i) Para a população das escolas, foi incluído um pequeno inquérito que indaga sobre a percepção dos alunos quanto a relevância da matemática e um teste para determinar o seu nível de conhecimentos básicos;

52 Outros indicadores podem ser acessados com mais detalhes nos instrumentos de avaliação e escala em '2.Bogota_Cuenta-hasta-10_descricao.pdf'.

(ii) São utilizadas informações sobre a assiduidade de cada participante a cada sessão;

(iii) Há observação da sessão e inclusão de informações de autogerenciamento realizadas pelo implementador.

Sobre os resultados do programa em uma população de alto risco, é possível dizer que a avaliação de impacto indica que o programa reduz a agressão física dos jovens participantes em 0,56 desvio-padrão. Este resultado é estatisticamente significativo. Isso sugere que o componente focado no controle da raiva é aquele que gerou as maiores mudanças nos jovens.

Dos resultados dos jogos de decisões intertemporais, de racionalidade e pensamento estratégico, verifica-se que há uma diminuição significativa da impaciência no período pós-tratamento. No entanto, esse resultado não é robusto, podendo ser gerado por outros fatores externos ao programa.

Quanto à avaliação realizada em população de baixo risco, permitiu-se identificar uma série de correlações que indicam se existe uma associação negativa ou positiva entre o programa e os indicadores de interesse. Para isso, são feitas comparações ao longo do tempo, ou seja, antes e depois da implantação do programa. Isso é conhecido como comparação de médias pré-pós.

Os indicadores incluem medidas de agressão física, verbal, hostilidade, raiva, agressão geral, ansiedade, depressão, controle, perseverança e assertividade. Os resultados das medidas antes e depois das intervenções apontam que existe uma relação como a regulação emocional e autocontrole; com maior incidência no grupo com agressão emocional. A exploração das estatísticas desses grupos mostra que tanto o grupo de agressão emocional quanto de ambos os tipos de agressão (emocional e instrumental), em média apresentam indicadores de raiva,

ansiedade, depressão e estresse que estão 0,4 desvios-padrão acima dos indicadores dos grupos não agressão e agressão instrumental.

Sobre outros indicadores, os jogos permitem constatar que é possível contrastar o nível de impaciência em ambas as medidas com um teste de diferença de médias. O resultado indica uma redução significativa do nível de impaciência. Por outro lado, ao caracterizar os alunos de acordo com o grau de racionalidade econômica, a proporção de alunos com racionalidade e racionalidade de segunda ordem aumentou, embora o resultado não seja estatisticamente significativo.

Os resultados gerais para a matemática são um aumento significativo na autoeficácia e na motivação matemáticas.

Interlocução com o governo de Pernambuco

O programa Cuenta hasta 10 é um exemplo de programa de mudança de comportamento que está sendo implementado em diferentes lugares do mundo. O objetivo central é trabalhar com jovens em situação de risco ou que já cometeram algum delito e levá-los a refletir sobre as decisões que tomaram e auxiliá-los a tomar decisões diferentes. Para isso, o programa utiliza como estratégia a implementação de abordagens de terapia cognitivo-comportamental, capacitação em matemática para aumentar autoestima e desenvolver pensamento lógico, assim como fortalecimento de vínculos.

Dessa forma, o programa pode ser interessante para o estado de Pernambuco por adotar uma estratégia inovadora de intervenção e conter materiais bastante detalhados sobre a metodologia implementada e as dificuldades encontradas no momento de colocá-la em prática.

Além disso, o programa trabalha com a conceituação do que considera como jovens de baixo, médio e alto risco, que podem servir de parâmetro para a escolha do público-alvo dos programas a serem implementados pelo estado.

Dados de contato

Nome: Alejandro Pelaez

E-mail: alejandro.pelaez@gmail.com.

Site: <https://scj.gov.co/es/seguridad-y-convivencia/cuenta-hasta-diez>.

Prática 10. Tratamiento Integral de Pandillas – Jóvenes sin Fronteras

Cali, Colômbia (Programa municipal) - 2016 a 2019

Resumo

A iniciativa consiste em um modelo de atenção integral que atende à problemática de jovens vinculados a gangues na cidade de Cali, com o objetivo de transformar sua perspectiva de vida por meio da inclusão social e do acompanhamento personalizado. O plano de intervenção inclui cuidados psicossociais e de saúde para a promoção do autocuidado, desenvolvimento da educação

e formação, promoção de oportunidades de empregabilidade e empreendedorismo, ações de restauração à comunidade e fortalecimento da cidadania, contando com atividades desportivas, recreativas e culturais. Todas as intervenções são acompanhadas por um processo permanente de caracterização e acompanhamento para garantir o monitoramento e avaliação da estratégia.

Dados gerais

Anos de implementação: de 2016 a 2019.

Instituição responsável: Instituto CISALVA - Universidad del Valle.

Estratégia: Prevenção Social - Reduzir a exposição a oportunidades para o crime.

Objetivo geral: Desenvolver um processo de intervenção psicossocial com uma perspectiva abrangente que promova a inclusão social e ofereça garantias para a restituição de direitos aos membros de grupos armados juvenis identificados pela Polícia Metropolitana de Cali, dando base também para o desenho de uma política pública de assistência aos jovens em situações vulneráveis.

Objetivos específicos:

- 1) Acompanhar a construção e transformação do projeto de vida de cada um dos jovens beneficiários.
- 2) Possibilitar a redução e atenuação dos danos causados pelo consumo de SPA (substâncias psicoativas).
- 3) Criar espaços que contribuam para melhorar as relações entre os jovens e seu ambiente familiar, de acordo com suas necessidades como crianças ou cuidadores.

4) Determinar as mudanças na transformação do projeto de vida dos jovens e o significado dos grupos ligados ao processo.

5) Identificar a base para a formulação de uma política pública para lidar com as gangues.

6) Facilitar a participação dos jovens em espaços para o uso adequado do tempo livre.

7) Fornecer aconselhamento e acompanhamento para a transformação do significado dos grupos.

Beneficiários: TIP - Jóvenes Sin Fronteras entende por gangue juvenil um grupo de cinco ou mais membros, cuja idade está na maioria das vezes entre 12 e 28 anos, que se formou espontaneamente graças às afinidades entre os membros (proximidade espacial, amizade, consanguinidade, interesses), buscando um reconhecimento social que geralmente carece de comunidade, família e com conflitos com grupos semelhantes, cujos membros estão envolvidos em atividades que violam a lei e cujo habitat é geralmente um lugar de espaço público na vizinhança. No final de 2019, 95 gangues estavam envolvidas no projeto.

Fonte de Financiamento: Até o final da iniciativa em dezembro de 2019, a TIP - Jóvenes sin Fronteras foi financiada pela Secretaria de

Segurança e Justiça da Prefeitura de Santiago de Cali. Foi executada pela Universidad del Valle (Instituto Cisalva) e implementada por sua equipe técnica em conjunto com a Polícia Nacional (Unidade de Polícia Preventiva, Programa TIP - Tratamiento Integral a Cuadrillas). As decisões operacionais são sempre tomadas em conjunto por estas duas equipes.

Avaliação e Resultados:

Impactos na redução da violência:

- O número total de homicídios em 2019 caiu em relação ao mesmo período nos anos de referência anteriores, com um total de 71 vidas salvas. No final de 2019, houve 10 homicídios violentos perpetrados por grupos criminosos juvenis.

- Desde 2015, o número de homicídios tem diminuído. O número registrado é 197, 21, 97 e 71 homicídios a menos para os anos 2016, 2017, 2018 e 2019, respectivamente. A queda nos dados de homicídios ocorre principalmente nos bairros onde existem grupos de jovens em conflito com a lei.
- Outro efeito do programa é o desaparecimento das fronteiras invisíveis, o que impediu a mobilidade dos jovens, reduzindo os espaços pelos quais eles poderiam transitar. Ao incorporar grupos criminosos juvenis historicamente inimigos ao programa, a convivência dos jovens foi melhorada, reduzindo confrontos violentos que afetaram não apenas os jovens, mas também a comunidade. Na verdade, o número de mortes causadas por balas perdidas foi reduzido nestas comunidades.

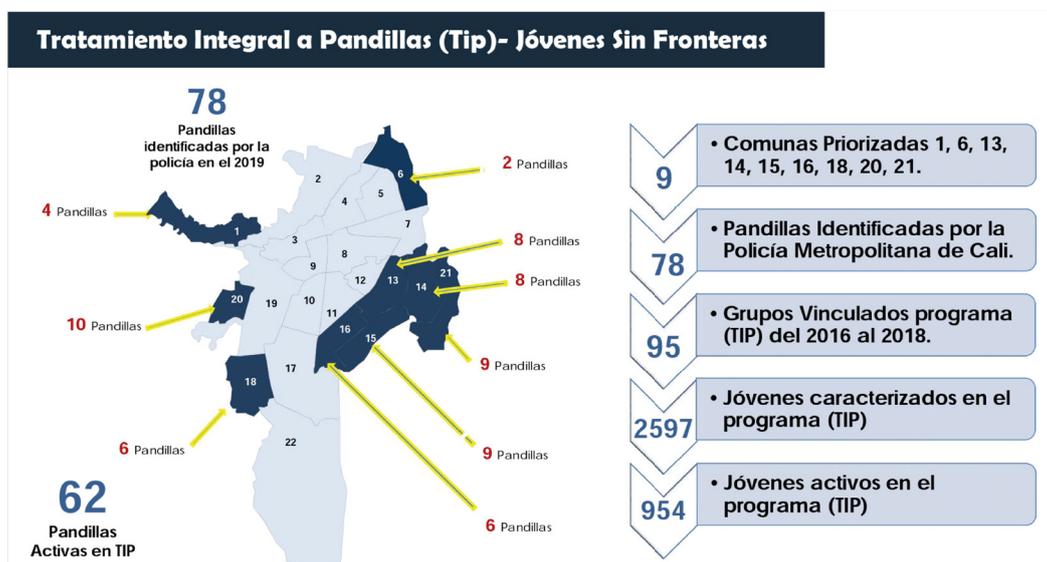
Origem da iniciativa

Em 2014, surgiu a necessidade de encontrar soluções inovadoras para os problemas sociais que moldaram o fenômeno das facções nas regiões orientais e montanhosas da cidade de Cali pela Polícia Metropolitana de Cali. A partir do Observatório para o mapeamento integral de grupos criminosos e a atuação de gestores de prevenção e participação cidadã, se iniciam ações de intervenção no território com um enfoque social.

Em 2016, foi gerada uma aliança interinstitucional entre a Polícia Metropolitana de Cali e o Instituto Cisalva da Universidade de Valle, a fim de fortalecer esta estratégia a partir de uma oferta integrada

da cidade baseada em assistência psicossocial, educação, esporte, cultura, empregabilidade, resolução de conflitos, etc. Isto é feito considerando experiências anteriores na cidade, como o Plano PARCES (1993) e a estratégia de Desaprendizagem da Violência: Travesía, Jóvenes Construyendo Futuro (2007).

No mesmo ano, sob o financiamento da Secretaria de Segurança e Justiça do Município de Santiago de Cali, a implementação do projeto TIP - Tratamiento Integral a Pandillas - Jóvenes Sin Fronteras começa com a intervenção inicial de 30 quadrilhas, nas 9 localidades mais vulneráveis.



Fonte: Apresentação TIP – Jóvenes sin fronteras, 28 de janeiro de 2020.

O primeiro passo foi chamado de Caracterização, Monitoramento e Avaliação. O Objetivo era desenvolver um processo de caracterização sociodemográfica aos jovens pertencentes aos novos grupos vinculados ao projeto, além de monitorar e avaliar a intervenção que delimita as bases para a

construção de uma política pública ou de um modelo de cidade para a atenção dos jovens em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa inclui um exercício completo de cartografia social, cujo exemplo foi retirado da apresentação do projeto.⁵³

Cartografía social

Componentes:

- Grupos de pandillas intervenidos en el proyecto.
- Lugar de reuniones del proyecto TIP en territorio.
- Ubicación de las Banderas de convivencia.
- Ubicación de los espacios recuperados por los jóvenes TIP.
- Fronteras invisibles activas e inactivas en el entorno de los grupos intervenidos.
- Ubicación de grupos de pandillas y bandas externas que se encuentren dentro del territorio.
- Lugares de expendio (Proxy).
- Lugares de consumo habitual de SPA.
- Lugares en los que se expende alcohol.
- Viviendas abandonadas.
- Puestos fijos de la policía.
- CAI de la policía.
- Escuelas y centros deportivos.
- Puestos de salud.
- Estaciones del MIO.
- Bibliotecas.
- Polideportivos.
- Zonas con luminaria.
- Espacios en los que las instituciones de la alcaldía, ONG y otras entidades (multilaterales) están haciendo oferta institucional o interinstitucional.

Fonte: Apresentação TIP – Jóvenes sin fronteras, 28 de janeiro de 2020.

Já para realizar a avaliação e o monitoramento, definiu-se que o plano de trabalho pessoal de cada jovem, estabelecido a partir de seu roteiro, seria acompanhado mensalmente. O desempenho dos beneficiários nas atividades de treinamento e desenvolvimento econômico aos quais eles tiveram acesso também foi monitorado. Finalmente, foi realizada uma pesquisa no final do processo, que contrasta com a linha de base para identificar o progresso do processo. Exemplo de indicadores de percepção das pesquisas de monitoramento no final de 2019:

- 87% se sentem satisfeitos com o projeto;
- 63% concluíram o ensino médio;
- 95% recomendam o projeto;

- 33% terminaram estudos técnicos.
- 92% identificam mudanças positivas em um grupo de amigos.
- 62% estão trabalhando.
- 91% se sentem socialmente incluídos.
- 76% indicam que o grupo de jovens tem um bom relacionamento com os vizinhos.

A intervenção TIP foi articulada dentro da Estratégia de Prevenção Social da cidade de Cali, que se baseia na coordenação de programas de diferentes setores da administração municipal na qual são abordados os diversos grupos populacionais e territórios.

53 Para saber mais detalhes, acesse na pasta o documento "2.Cali_TIP_Apresentacao.pdf".

A estratégia procura diminuir de forma sustentável a incidência da violência comunitária, concentrando-se nos jovens, nas famílias e nas comunidades. Esta iniciativa está ligada às outras estratégias do componente “interrupção dos ciclos de violência”.

Essa estratégia se concentra nas pessoas e nos territórios mais vulneráveis e inclui outras intervenções como: Abriendo Caminos-Cure Violence e Jóvenes de la Violencia a la Paz Urbana (Igreja Católica). Essas intervenções têm o objetivo concreto de reduzir imediatamente as ações violentas no território, dirigindo-se aos jovens em maior risco, e mesmo em conflito com a lei, que estão ligados a ações violentas

no território. As intervenções têm diferentes estratégias, desde o nível individual com apoio psicossocial, a definição e monitoramento de rotas de vida, bem como a atenção às dinâmicas familiares e comunitárias que podem facilitar a abordagem da população e a sustentabilidade da redução da violência no território.

O processo é complementado pelo envolvimento de alguns dos participantes no programa de intervenção Gestores de Paz e Cultura Cidadã com o objetivo de facilitar a inclusão social e territorial, bem como proporcionar treinamento e oportunidades de emprego.

Metodologia de intervenção

O método de abordagem do TIP – Jóvenes Sin Fronteras se baseia no modelo de atenção integral composto por 5 componentes que se relacionam entre si e um componente transversal cujas ações se operacionalizam nas comunidades priorizadas. São eles:

- a) Caracterização, Monitoramento e Avaliação;
- b) Cuidado Psicossocial e Autocuidado;
- c) Formação de Liderança Pessoal;
- d) Empregabilidade e Empreendedorismo;
- e) Esporte e Recreação para a Convivência do Adolescente; e, finalmente,
- f) Cidadania (como componente transversal).

Resumidamente, os objetivos gerais de cada componente são os seguintes:

1. Caracterização, Monitoramento e Avaliação: Desenvolver um processo de caracterização sociodemográfica dos jovens pertencentes aos novos grupos vinculados ao projeto. Monitorar e avaliar a intervenção aplicada que delimita as bases para a construção de uma política pública ou de um modelo de cidade para a atenção dos jovens em situação de vulnerabilidade social.

2. Cuidado Psicossocial e Autocuidado: Desenvolver e implementar um programa de intervenção psicossocial que gere a transformação do indivíduo e do projeto de vida, fortalecimento dos laços familiares e articulação com as redes locais que, quando correspondida, facilita o acesso ao tratamento de drogas e outros problemas dos jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão social ligados ao projeto.

3. Formação de Liderança Pessoal: Elaborar um Plano de trabalho para o restabelecimento ao sistema educativo formal e/ou acesso a programas de formação para o trabalho e desenvolvimento humano dirigido aos jovens beneficiários do projeto.

4. Empregabilidade e Empreendedorismo: Elaborar uma estratégia de treinamento e vínculos de emprego e empreendedorismo para os jovens envolvidos no projeto.

5. Esporte e Recreação para a Convivência do Adolescente: Elaborar um plano para oferecer aos jovens do projeto atividades físicas, uso adequado do tempo livre, desenvolvimento de atividades culturais destinadas a promover a convivência social, prevenção da violência e do consumo de substâncias psicoativas.

6. Cidadania e cultura política: Desenvolver ações para promover o exercício da cidadania, a cultura cidadã e a resolução pacífica de conflitos.

Nove unidades operacionais foram criadas para acompanhar permanentemente os jovens em seus espaços diários e ser uma referência ética. Existe um ajudante e um conselheiro, para a materialização de cada projeto de vida individual. As unidades operacionais são compostas por: Agentes Comunitários, Coordenadores da Paz da Polícia Nacional, Educadores pela Vida (profissionais em psicologia e trabalho social) e um coordenador comunitário (profissional em ciências sociais com experiência em trabalho comunitário, desenvolvimento de projetos, etc.).

A interação direta é baseada em um modelo motivacional para a mudança, centrado no afeto e nas relações horizontais. Ela busca a transformação pessoal (acompanhada de transformações comunitárias e urbanas), como garantia de sucesso sustentado. A abordagem inicial do cuidado consiste em um processo de reconhecimento do grupo no qual se constrói a confiança necessária entre as unidades operacionais e os jovens, para dar origem a uma caracterização sociodemográfica que, por sua vez, serve de linha de base. Uma vez terminada a caracterização, cada jovem elabora um roteiro que define seu projeto de vida a curto e médio prazo e identifica as barreiras de acesso aos serviços públicos e privados da cidade.

Paralelamente ao processo de caracterização, começa o acompanhamento psicossocial e de saúde individual. O cuidado psicossocial está centrado no desenvolvimento das capacidades humanas nos campos educacional, econômico, cultural, recreativo e artístico, o que ao mesmo tempo promove a cidadania ativa. Desta forma, procura revigorar os processos de construção de capital social através do intercâmbio de conhecimentos entre vários atores de uma mesma comunidade.

Há também uma assistência médica que consiste em identificar e articular a oferta institucional de acordo com as necessidades dos jovens e suas famílias e o tipo de afiliação com o sistema de saúde. Se eles ainda não têm qualquer tipo de afiliação com o sistema de saúde (13%), o objetivo é conseguir isso de acordo com sua capacidade econômica e sua situação de emprego. É colocada ênfase especial na atenção ao abuso e dependência de substâncias.

Para responder às outras demandas identificadas no processo de caracterização e elaboração de roteiros, foi feito um exercício de articulação de diversos atores dos setores público, privado, acadêmico e da sociedade civil para conhecer a oferta que a cidade é capaz de oferecer.



Fonte: Documento "2.Cali_TIP_Apresentacao.pdf".

Desafios encontrados e soluções possíveis

- O principal desafio é a falta de articulação do programa com uma política municipal. Mesmo com os resultados positivos, o programa deixou de receber recursos em janeiro de 2020, após a mudança da administração municipal.

Quanto a problemas encontrados na implementação e no planejamento do programa, pode-se citar:

- Embora o Modelo de Prevenção Social seja uma estratégia coordenada e centrada em torno da prevenção da violência, não há articulação em torno do problema das drogas. Isto apesar da suposição de que a violência na cidade tem um alto nível de relação com o microtráfico. Não há nada no que diz respeito à abordagem do consumo, nem em relação à redução de riscos e danos;

- O modelo de Prevenção Social da cidade de Cali (e a estratégia TIP) tem efeitos limitados diante da existência de estruturas criminosas mais complexas, tais como gangues, escritórios e grupos armados organizados, ligados a atividades ilegais em larga escala, mesmo em nível internacional. No entanto, não devemos ignorar os diferentes níveis de articulação desses grupos com menor criminalidade no território e a forma como

crianças e jovens ligados à ilegalidade, bem como gangues, são instrumentalizados por estruturas mais complexas a fim de expandir seu alcance nos territórios;

- Questões como justiça reparadora e outros componentes do trabalho para reduzir a reincidência devem ser fortalecidos como parte de uma política para reduzir os riscos e danos da violência;

- A composição demográfica da cidade, assim como os processos históricos de exclusão e racismo, que não estão explicitamente incluídos no programa, devem ser amplamente reconhecidos. A estratégia de prevenção da violência deve se basear nestas dinâmicas.

Gestão da Iniciativa

Há uma equipe de coordenação e uma unidade operacional, composta de:

- a) gestores de paz;
- b) educadores para a vida;
- c) agentes comunitários.

Avaliação e resultados

Entre os resultados primários e mais visíveis da intervenção de gangues na cidade está a redução dos homicídios relacionados a estas dinâmicas que tiveram um impacto significativamente doloroso. Com base nos dados do Observatório Social, do Observatório do Instituto CISALVA (Universidad del Valle) e na análise do Comitê Interinstitucional sobre Mortes Violentas em Santiago de Cali, os números de homicídios móveis por gangues caíram consideravelmente no final de 2019, tomando o ano de 2015 como ano base.

Em primeiro lugar, há a notória redução verificada entre 2015 e 2018, a redução é mostrada em um total de 80% neste período, e em comparação com 2018 em relação a 2019, houve uma redução de 88%. Isto reflete o fato de que aproximadamente 71 vidas de jovens em situações vulneráveis em ambientes de gangues foram salvaguardadas em comparação com o mesmo período em 2018.

Tabela 1. Homicídios relacionados com movimentação de grupos criminosos 2015-2019 por meses.

Homicídios ligados a grupos criminosos juvenis (comunidades beneficiárias)											
Meses	2015	2016	2017	2018	2019	Total	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2015-2018	2018-2019
jan	27	28	10	10	0	76	4%	-64%	0%	-63%	-100%
fev	19	21	20	6	0	66	11%	-5%	-70%	-68%	-100%
mar	34	18	11	15	2	80	-47%	-39%	36%	-56%	-87%
abr	35	25	16	19	1	96	-29%	-36%	19%	-46%	-95%
mai	38	13	11	6	0	68	-66%	-15%	-45%	-84%	-100%
jun	41	21	7	3	0	72	-49%	-67%	-57%	-93%	-100%
jul	34	10	15	3	2	64	-71%	50%	-80%	-91%	-33%
ago	40	14	17	6	1	78	-65%	21%	-65%	-85%	-83%
sep	23	12	12		0	47	-48%	0%	-100%	-100%	0%
out	27	16	14	7	1	65	-41%	-13%	-50%	-74%	-86%
nov	26	15	20	5	2	68	-42%	33%	-75%	-81%	-60%
dez	52	6	25	1	1	85	-88%	317%	-96%	-98%	-0%
Total	396	199	178	81	10	864	-50%	-11%	-54%	-80%	-88%

Fonte: Observatório do Instituto Cisalva da Universidad del Valle.

Agora, na dinâmica da violência nos espaços em que ocorreram intervenções (5 localidades) até o ano 2019 (tendo como referência o ano 2018) é evidenciada uma redução total de homicídios com motivos presumidos associados

a gangues na comuna 18, 3 anos contínuos sem homicídios na comuna 1 e reduções de mais de 70% para o resto das comunas (dentro do acumulado contra o total do ano 2018).

Tabela 2. Comparativo por intervenções nas comunidades e homicídios possíveis relacionados com gangues

Homicídios ligados a grupos criminosos juvenis (comunidades beneficiárias)											
Localidade	2015	2016	2017	2018	2019	Total	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2015-2018	2018-2019
1	10	7	0	0	0	17	-30%	-100%	-100%	-100%	-100%
13	63	38	26	16	2	144	-40%	-32%	-38%	-75%	-88%
14	73	44	28	10	1	156	-40%	-36%	-64%	-86%	-90%
15	79	38	51	21	1	189	-52%	34%	-59%	-73%	-95%
16	26	7	7	7	2	48	-73%	0%	0%	-73%	-71%
18	11	2	4	2	0	19	-82%	100%	-50%	-82%	-100%
20	74	34	36	13	3	157	-54%	6%	-64%	-82%	-77%
21	60	29	26	12	1	128	-52%	-10%	-54%	-80%	-92%
Total	396	199	178	81	10	858	-50%	-11%	-54%	-80%	-88%

Fonte: Observatório do Instituto Cisarva da Universidad del Valle.

Embora a intervenção na íntegra esteja sendo desenvolvida desde 2016, e a redução nos primeiros anos de trabalho não tenha sido a mais alta, deve-se notar que o número de grupos abordados cresceu, portanto estava sendo abordado com maior interferência aos atores deste problema. O número de gangues que foram intervencionadas e sustentadas no processo é de 62, representando 79% das 78 gangues identificadas pela Polícia Metropolitana de Cali em 2019. Porém, nem todos os atos de violência gerados por gangues se referem aos grupos com os quais trabalham, mas mostra a necessidade de continuar expandindo a gama de incidência, tanto nos bairros como nos grupos.

No final do período 2017-2018, houve a maior redução anual de homicídios relacionados ao fenômeno das gangues, com um total de 97 vidas protegidas, enquanto a maior redução percentual foi registrada no período 2018-2019 com 88% tomando como referência os dados dos períodos anteriores (2015-2016; 2016-2017; 2017-2018). No entanto, é apontado que as comunas 13, 16, 20 e 21 podem melhorar para atingir níveis de redução como as outras comunas trabalhadas, onde, por exemplo, na comuna 18 foi alcançado um registro de 0 homicídios para o ano de 2019.

Embora as reduções sejam significativas no nível do projeto, e embora o número de homicídios em todas as comunas que tenha sido registrado esteja abaixo de 2 dígitos, em contraste com os anos anteriores, é importante manter a dinâmica da intervenção. Embora, como já esclarecido, nem todos os casos estejam ligados às quadrilhas com as quais estamos trabalhando, o fortalecimento da presença no campo através de policiais e a presença de educadores, de pessoas de ligação com a comunidade, atuando juntos nos próprios territórios dos jovens, contribui para mudanças positivas nos níveis de criminalidade e violência na cidade.

Da mesma forma, os grupos que em algum momento foram identificados como gangues podem transcender as gangues criminosas, e as atividades que poderiam ser realizadas com essas gangues estão fora do objetivo do trabalho do projeto, razão pela qual se enfatiza a necessidade de trabalhar para que os grupos de jovens não piorem sua dinâmica ou comportamento. Outros impactos:

- Assistência médica (médica, odontológica, saúde sexual e reprodutiva e saúde mental) para 100% dos jovens do projeto;
- Elaboração de um modelo de atendimento psicossocial que trate de questões priorizadas pela análise de caracterização, tais como família, uso de drogas, gerenciamento de luto, gênero e projeto de vida;
- Elaboração de 19 compromissos em conjunto onde os jovens se comprometeram a reduzir o consumo de SPA, a realizar ações comunitárias de recuperação de espaços, a não ter mais brigas e a buscar formas alternativas de resolver problemas e conflitos, a atender pontualmente às atividades do projeto, entre outros;
- Restabelecimento do direito à educação de 267 beneficiários do projeto no último corte;
- 171 jovens receberam capacitação para a prova de ingresso em universidades;
- 4 jovens estão cursando o ensino superior;
- Vinculação de 26 jovens em carreiras técnicas;
- Três jovens se inscreveram em cursos superiores;
- 27 jovens fizeram as provas de ingresso à universidade em Março de 2019, somados aos 25 jovens que também fizeram a prova em Agosto de 2018;
- 123 jovens estão em cursos técnicos;
- 101 jovens finalizaram o curso de formação da Ruta Motor (habilidades para a vida: educação e trabalho);
- 66 jovens que foram aprovados no curso da Ruta Motor possuem vínculo direto com o ensino técnico;
- 52 novos jovens em processos de capacitação técnica;
- Articulação com empresa privada com uma proposta de formação em empreendimento artístico cultural, com a participação de 17 jovens do projeto. Como resultado, um jovem participante foi vencedor do processo;
- 56 espaços protagonizados pelos jovens em ações de restituição à comunidade por meio de murais, rotinas de limpeza e plantio;
- Desenvolvimento de 201 atividades de plantio em áreas verdes da comunidade com a participação ativa dos jovens nos grupos;
- 72% dos jovens dos jovens receberam capacitação profissional através de seu vínculo com a estratégia de gestão (estratégia da Prefeitura de Cali para articulação no mercado de trabalho);
- 63 jovens empregados de maneira independente;
- 55 jovens empregados em empresas privadas;
- Realização da obra de teatro 'Sin Fronteras Invisibles' com jovens das comunidades participantes do projeto, utilizando o principal teatro da cidade;
- Formulação e execução de campeonato esportivo intercomunidades pela paz e pela convivência (Torneo Tú, tranquilo durante dois anos).

Interlocução com o governo de Pernambuco

Essa iniciativa apresenta contribuições para o estado de Pernambuco em alguns pontos:

1) Sobre Território

- Identificação dos jovens como parte de um grupo criminoso (pandilla);
- Trabalho com a comunidade e as famílias;
- A estratégia está concentrada nos territórios de maior complexidade social e de violência na cidade;
- A estratégia conta com um enfoque populacional, onde se identifica a população juvenil como a que se encontra em maior risco de envolvimento em atividades violentas e de convivência.

2) Sobre Articulação

- Articulação com os serviços municipais, principalmente nos temas de saúde (estratégia consumo de drogas e redução de riscos e danos), educação, assim como outras ofertas como recreação, etc;
- Articulação com outras estratégias de prevenção, incluindo as outras intervenções na área de Interrupção dos ciclos da violência, assim como a integração com estratégias vinculados a integração ao mercado de trabalho e de palestras de prevenção à violência;
- O ponto de partida é o reconhecimento de uma abordagem interinstitucional e interdisciplinar da violência, para a qual é realizada uma coordenação interinstitucional baseada na formação de uma "Mesa de Prevenção Social", que é o ponto de trabalho coordenado entre as agências da Prefeitura. Envolve a participação da Subsecretaria Territorial de Inclusão Urbana e Rural e Oportunidades de Cali, da Secretaria de Paz e Cultura Cidadã, da Secretaria de Segurança e Justiça, da Secretaria de Saúde,

da Secretaria de Educação, da Secretaria de Desenvolvimento e Participação Cidadã, da Secretaria de Esporte e Recreação, assim como organizações da sociedade civil aliadas ou operando projetos como a Igreja Católica (Arquidiocese de Cali), a Universidade de Valle (Instituto Cisalva), e até mesmo a Força Pública (Policia Metropolitana).

3) Sobre dados

- Mapeamento da situação de segurança e Cali, assim como identificação de 114 grupos criminosos juvenis com sua correspondente caracterização;
- Monitoramento de casos individuais, monitoramento de entrada, saída e processo;
- Avaliação de impacto sobre homicídios e homicídios associados a grupos criminosos juvenis no território.

4) Sobre pontos de inovação

- Intervenção integral que considera uma roteiro individual, comunitário e familiar para cada um dos beneficiários;
- Processo de intervenção psicossocial que parte da experiência da saúde pública;
- Integração ao mercado de trabalho ou alternativas de educação;
- Enfoque de redução de riscos e danos no consumo de substâncias psicoativas e álcool;

- O modelo tem um enfoque de saúde pública, que considera que a violência pode ser mensurada, prevenida e tratada. Esse enfoque parte do conhecimento das dinâmicas de território, a partir da revisão de informação primária e secundária, que guia as intervenções a partir dos fatores de risco e proteção identificados;
- O Modelo de Prevenção Social demonstra que é possível salvar vidas, levando os jovens, em maior risco dos contextos mais violentos, e evitando confrontos. Por exemplo, é até possível que os jovens em conflito com a lei e a polícia possam trabalhar juntos para quebrar ciclos de violência, em processos em que trabalhem juntos, quando anteriormente poderiam estar em desacordo;
- Os programas criam espaços para serviços de redução de danos sem interferir neles, já que nenhum dos programas parte da exigência de abstinência para participação.

Dados de contato

Endereço: Universidad del Valle, Campus San Fernando. Edifício 135, Tercer Piso Calle 4B No. 36-00 Cali - Colômbia.

Telefone: (57 2) 5577206 (57 2) 5560253.

E-mail: maria.gutierrez@correounivalle.edu.co, cisalva@correounivalle.edu.co.



A Cooperação Pernambuco foi desenvolvida pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas - SPVD com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - ONU-Habitat, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC e o Instituto Igarapé. Trata-se de esforço conjunto para desenvolver conhecimento e compartilhar metodologias inovadoras e integradas que possam fortalecer ações de prevenção social e situacional dos crimes e das violências, assim como de cuidados às pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas no estado de Pernambuco.



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente focado nas áreas de segurança pública, climática e digital e suas consequências para a democracia. Seu objetivo é propor soluções e parcerias para desafios globais por meio de pesquisas, novas tecnologias, comunicação e influência em políticas públicas. O Instituto trabalha com governos, setor privado e sociedade civil para desenhar soluções baseadas em dados. Fomos premiados como a melhor ONG de Direitos Humanos no ano de 2018 e melhor think tank em política social pela Prospect Magazine em 2019.

Instituto Igarapé

Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org
instagram.com/igarape_org/

www.igarape.org.br

Layout

Anatália Jacuru



ONU HABITAT
POR UM FUTURO URBANO MELHOR

UNODC
Escritório das Nações Unidas
sobre Drogas e Crime

Parceiro Implementador



Secretaria de
Políticas de Prevenção
à Violência e às Drogas



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

